Grandezas e Misérias da Logística

MÁRIO FERREIRA DOS SANTOS

Grandezas e Misérias
da
Logística

MARIO FERREIRA DOS SANTOS

Grandezas e Misérias da Logística

EDITÔRA MATESE
AV. IRERÊ, 382 (PLANALTO PAULISTA)
TELS.: 33-3892 e 35-6080
SÃO PAULO — BRASIL

Enciclopédia de Ciências Filosóficas e Sociais

de Mário Ferreira dos Santos

OBRAS PUBLICADAS:

1) Filosofia e Cosmovisão — 5.ª ed.
2) Lógica e Dialéctica — 5.ª ed.
3) Psicologia — 5.ª ed.
4) Teoria do Conhecimento — 5.ª ed.
5) Ontologia e Cosmologia — 5.ª ed.
6) Tratado de Simbólica — 5.ª ed.
7) Filosofia da Crise (Temática) — 4.ª ed.
8) O Homem perante o Infinito (Teologia) — 5.ª ed.
9) Noologia Geral — 4.ª ed.
10) Filosofia Concreta I vol. — 4.ª ed.
11) Filosofia Concreta II vol. — 4.ª ed.
12) Filosofia Concreta III vol. — 4.ª ed.
13) Filosofia Concreta dos Valôres — 3.ª ed.
14) Sociologia Fundamental e Ética Fundamental — 3.ª ed.
15) Pitágoras e o Tema do Número (Temática) — 2.ª ed.
16) Aristóteles e as Mutações (Temática) — 3.ª ed.
17) O Um e o Múltiplo em Platão (Temática) — 3.ª ed.
18) Métodos Lógicos e Dialécticos I vol. — 4.ª ed.
19) Métodos Lógicos e Dialécticos II vol. — 4.ª ed.
20) Métodos Lógicos e Dialécticos III vol. — 4.ª ed.
21) Filosofias da Afirmação e da Negação (Temática Dialéctica) - 2.ª ed.
22) Tratado de Economia I vol. — 2.ª ed.
23) Tratado de Economia II vol. — 2.ª ed.
24) Filosofia e História da Cultura I vol. — 2.ª ed.
25) Filosofia e História da Cultura II vol. — 2.ª ed.
26) Filosofia e História da Cultura III vol. — 2.ª ed.
27) Análise de Temas Sociais I vol. — 2.ª ed.
28) Análise de Temas Sociais II vol. — 2.ª ed.
29) Análise de Temas Sociais III vol. — 2.ª ed.
30) O Problema Social — 2.ª ed.
31) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais I vol. — 3.ª ed.
32) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais II vol. — 3.ª ed.
33) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais III vol. — 3.ª ed.
34) Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais IV vol. — 3.ª ed.
35) Dicionário de Pedagogia e Puericultura — 1.º vol.
36) Dicionário de Pedagogia e Puericultura — 2.º vol.
37) Dicionário de Pedagogia e Puericultura — 3.º vol.
38) Origem dos Grandes Erros Filosóficos — I vol.

39) «Protágoras», de Platão, com notas e comentários.
40) «Isagoge», de Porfírio, com notas e comentários.
41) «Das Categorias», de Aristóteles, com notas e comentários.
42) «Grandezas e Misérias da Logística».

A SAIR:

— As Três Críticas de Kant
— Tratado de Esquematologia
— Problemática da Filosofia Concreta — I vol.
— Teoria Geral das Tensões — I vol.
— Teoria Geral das Tensões — II vol.
— Filosofia e Romantismo
— Dialéctica Concreta
— Filosofia Suprema (**Mathesis Megisthe**)

Os volumes subseqüentes serão oportunamente anunciados.

OUTRAS OBRAS DO MESMO AUTOR:

Publicadas

— «O Homem que Foi um Campo de Batalha» — Prólogo de «Vontade de Potência», de Nietzsche, ed. Globo — Esgotada.
— «Curso de Oratória e Retórica» — 11.ª ed.
— «O Homem que Nasceu Póstumo» — (Temas nietzscheanos) — 3.ª ed.
— «Assim Falava Zaratustra» — Texto de Nietzsche, com análise simbólica — 3.ª ed.
— «Técnica do Discurso Moderno» — 5.ª ed.
— «Se a esfinge falasse...» — Com o pseudônimo de Dan Andersen — Esgotada
— «Realidade do Homem» — Com o pseudônimo de Dan Andersen — Esgotada
— «Análise Dialéctica do Marxismo» — Esgotada
— «Curso de Integração Pessoal» — (Estudos caracterológicos) — 6.ª ed.
— «Práticas de Oratória» — 5.ª ed.
— «Assim Deus falou aos Homens» — 2.ª ed.
— «Vida não é Argumento»
— «A Casa das Paredes Geladas»
— «Escutai em Silêncio»
— «A Verdade e o Símbolo»
— «A Arte e a Vida»
— «A Luta dos Contrários» — 2.ª ed.
— «Certas Subtilezas Humanas — 2.ª ed.
— «Convite à Estética» — 5.ª ed.
— «Convite à Psicologia Prática» — 5.ª ed.
— «Convite à Filosofia» — 5.ª ed.
— «Páginas Várias» — 6.ª ed.

A PUBLICAR:

— «Dicionário de Símbolos e Sinais»
— «Discursos e Conferências»
— «Obras Completas de Platão» — comentadas — 12 vols.
— «Obras Completas de Aristóteles» — comentadas — 10 vols.

TRADUÇÕES:

— «Vontade de Potência», de Nietzsche
— «Além do Bem e do Mal», de Nietzsche
— «Aurora», de Nietzsche
— «Diário Intimo», de Amiel
— «Saudação ao Mundo», de Walt Whitman

ÍNDICE

UM APÓLOGO COMO PRELÚDIO

A MAIOR FAÇANHA DE SATÃ

Quando Satã, depois de observar, no paraíso terrestre, aquelas criaturas que o Senhor havia criado, envoltas na sua ingenuidade, imersas apenas no bem, tentou-as, então, para que desobedecessem ao Senhor, dando-lhes, primeiramente, uma exagerada consciência de si mesmas, porque sabia que a afirmação de si mesmo é já o caminho de uma negação. Não esperava que o castigo lhes poupasse a existência. E ao vê-las, depois, dispersas pelo mundo, lutando pela obtenção dos bens de que necessitavam, construindo suas cabanas, suas povoações e, finalmente, as suas cidades, jamais deixou de rondá-las, de sugerir outras tantas negações, outros tantos desvios, para que, afinal, pudesse conquistar aquelas criaturas, retirando-as do poder do Senhor.

Preocupado, contudo, com o destino daqueles sêres, e, sobretudo, com o que deveria fazer para de uma vez por tôdas afastá-los do Senhor, reuniu os príncipes das côrtes do inferno, para traçar planos decisivos.

Expostas as intenções que o animava, solicitou de seus pares que propusessem soluções. Entre os demônios, falou então Angafor:

— Sem dúvida que o caminho de Ialdabaó, o senhor dêstes mundos, é o caminho da afirmação. Tais homens vivem, contudo, de excessivas afirmações, o que lhes impede de cair em nossas mãos. Só nos resta, para conquistá-los, destruir as afirmações e aumentar as negações.

— Sem dúvida, corroborou Belfegor, mas mister traçar um plano cuidadoso e seguro. E para que êle dê bons resultados, é preciso que siga por degraus, um a um, para

que não reaja às nossas insinuações e, a pouco e pouco, perca tôda a segurança e precipite-se, definitivamente, na negação total. Então, cantaremos a nossa vitória.

— E que degraus propões? — Perguntou-lhe Satã.

Belfegor começou a esfregar levemente as mãos, enquanto olhava de soslaio os seus pares, e com um sorriso leve no rosto e os olhos semicerrados, numa voz aflautada, ora envolta nuns sons roucos, por entre sibilos prolongados, começou a falar calmamente:

— Êles sabem que o Senhor existe e o temem. Mas, nem no paraíso terrestre seus pais viram o Senhor. Nunca o viram. Apenas sabem da sua existência pelos testemunhos que o mundo lhes oferece. Começaremos por infundir-lhes que não podem acreditar nas coisas que não sentem. É fácil convencê-los, por que muitas das coisas que sôbre elas pensam, realmente não existem, e poder-se-á incutir-lhes que perguntem como saberemos com segurança que o Senhor existe?

Haverá, então, muitas respostas, mostrando tantas obras que há no cosmos, que atestam a existência do Senhor. Então, incutiremos a pergunta: mas há tanto mal no mundo. Como poderemos explicar isso como obra do Senhor?

Dirão, então: mas o mal não é feito pelo Senhor. E então incutiremos a pergunta: Mas, por que o Senhor tolera que tais males existam?

Nesse momento, já teremos posto em seu pensamento a dúvida, já se encontrarão numa encruzilhada.

Depois, faremos que muitos afirmem que só existe o que é sentido, e que é fruto apenas da imaginação o que não é sentido. Noutros, mais voltados para as coisas agradáveis, incutir-lhes-emos para que digam que cabe ao homem procurar o agradável, o mais agradável, o que o deleite, o que lhe dê prazer, porque o prazer é real, o prazer existe, e que se afastem da dor, do sofrimento, que é penoso e desagradável.

A seguir, faremos que alguns ponham em dúvida a certeza de que é real o que sentem, porque estão sujeitos a tantos erros, a tantas ilusões.

Quando chegarmos aí, já teremos um grande número de nosso lado. Nesse momento Satã atalhou:

— Não nos pode interessar apenas um grande número. Teremos de dominar a todos, teremos que separar todos do Senhor.

— Se me permite, continuou Belfegor, poderemos chegar lá, continuando degrau por degrau.

— Continua expondo a tua proposta, ordenou Satã.

— Faremos ver, por meio daqueles que dominarmos, que os homens são apenas sêres sensíveis, e que devem preocupar-se em viver a vida e nada mais, já que a morte será apenas um grande final.

— Nada mais tens a acrescentar, perguntou Satã.

— Senhor dos Infernos, de dúvida em dúvida, faremos o homem descrêr de tudo, e até de si mesmo. Êle, então, não afirmará mais nada, só negará. Nesse momento, êle será totalmente nosso.

— Enganas-te, Belfegor, o homem não será ainda totalmente nosso. É preciso mais, mais.

Belfegor dava mostras evidentes que estava confuso. Seus olhos perdiam-se, e seu rosto tornara-se ainda mais sombrio. Finalmente, disse:

— Senhor dos Infernos, que mais poderemos querer depois de havermos alcançado o nada. Que mais se poderia fazer?

Então Satã tomou um postura dominadora, e sua voz enrouqueceu exageradamente. E em sons cavos, lentos, que escoavam pelas abóbadas dos Infernos, sentenciou dominadoramente:

— Enquanto o homem acreditar que a palavra tem um significado, que ela se dirige para alguma coisa de real, ainda afirmará, até quando nega, até quando recusa aceitar qualquer coisa positiva. Só destruiremos no homem os últimos laços que o ligam ao Senhor dos Céus, quando nêle destruamos a fé nas palavras, quando o convencermos que elas são apenas vozes que êle articula, que elas não pretendem realmente dizer nada, mas apenas são

arbitrárias, apenas indicadoras de uma tentativa de classificar as coisas. Com a palavra começou o homem, e é com a destruição dela que o destruiremos.

Só quando destruamos a crença no valor intrínseco das palavras — (disse êle, dominando com o olhar de fogo a todos os demônios presentes) — quando nêle destruamos o que há de mais humano, que é a capacidade de dar uma significação a elas, quando afinal, não creiam mais nelas, quando a palavra tenha perdido todo conteúdo, então, sim, irmãos das Trevas, então dominaremos com um grande vazio as suas almas, então os teremos para sempre voltados para o nosso lado, afastados do Senhor dos Céus, e realizado a nossa maior façanha: — tonitroante completou: — teremos destruído a obra do Senhor dos Céus, teremos humilhado Ialdabaó para todo o sempre. Seremos, então, os senhores do mundo, e nunca mais perderemos o nosso poder, que será omnipotente. Teremos atingido a omnipotência do Mal, e seremos tão grandes como êle. Então, tôdas as coisas esquecerão para sempre Ialdabaó ...

O POR QUE DE NOSSA LUTA

Caracteriza a nossa época uma série de preconceitos, produtos da ignorância sôbre o que de grande realizou a humanidade, por parte de grande número de intelectuais modernos.

Queremos nos referir, preferentemente, ao que se dá no campo cultural e sôbre o que foi realizado em certas épocas. Quando se perpassam os olhos pelos livros de filosofia e se lê o que se escreve sôbre o pitagorismo, espanta que, havendo às mãos dos estudiosos, fragmentos, como os de Filolau, Arquitas, obras como as de Nicómaco de Gerasa, de Moderato de Gades e muitos outros, haja ainda quem escreva tanta tolice sôbre tal escola, fundando-se nas capciosas informações de Aristóteles e de outros autores, que se colocavam do lado daqueles que tinham, e ainda têm, interêsse em combater o pitagorismo, devido às suas idéias de libertação humana e que tanto contrariam interêsses criados. E assim, há vinte e três séculos continua-se falsificando, desfigurando, caricaturizando o que os discípulos do mestre de Crótona criaram, sem notarem sequer que as teses fundamentais, tanto do platonismo como do aristotelismo, foram formuladas com uma precisão e uma apoditicidade extraordinária pelos grandes mestres do pitagorismo.

Tudo isso, porém, não impede, até quando leiam tais fragmentos, que os seus olhos se ceguem, que as suas mentes se obnubilem e que nada percebam de que há de grandioso naqueles. Não é, pois, de admirar, que, dominados pelos preconceitos, pelas falsas-verdades de todos os tempos, que contribuam também para injustiçar os grandes pensadores que construiram o filosofar.

Há aquêles que afirmam que Aristóteles foi o primeiro a formular a doutrina das quatro causas, que o silogismo é uma criação dêle, que a distinção entre substância e accidente, que as relações entre a forma e a matéria etc., são criações do estagirita, como o conceito o foi de Sócrates e que a ética especulativa começa com êste e muitas outras afirmações. Seria um êrro querer negar as grandes contribuições de Aristóteles e de Sócrates, dois filósofos, sobretudo o segundo, que foram beber o seu conhecimento nos pitagóricos. Mas tudo isso já estava estabelecido e estudado, sintètica e analiticamente, pelos grandes pitagóricos, como Lysis, Filolau, Arquitas, Brontinos etc., cujas obras, embora perdidas, deixaram alguns fragmentos, que são lampejos da grandeza dos grandes discípulos do mestre de Samos.

Igualmente ao que se deu com a pitagorismo, dá-se hoje em relação à escolástica medievalista e a barroca. A maioria dos que pretendem abordar matéria filosófica, do mesmo modo que desconhece o que de extraordinário realizaram os pitagóricos, desconhece, também, a imensa obra dos escolásticos.

E não é, portanto, de admirar que surjam êles hoje como "colombos retardados" a apresentarem, como novidades, o que há milênios está gravado nas grandes obras. Mas se apenas aí permanecessem, se seu trabalho apenas se cingisse em revelar novamente o que de grande havia sido feito, até sem chamar à autoria os seus reais criadores, a obra seria ainda meritória e digna de respeito. E o seria, porque estariam, assim, contribuindo para que não se perdesse o que de notável já fôra feito, actualizando o que indevidamente se virtualizara. Mas o que é de lamentar é que tais homens vão desenterrar os erros, trazer a lume os velhos desvios viciosos do pensamento, apresentar como a última face da verdade a falsidade já refutada, extrair da grande sacola dos **praeterea**, dos argumentos falsos, o que de mais falso se pensou, e apresentá-lo engalonado e revestido de vestes das mais esplendorosas, como se fôssem grandes verdades extraídas por vascos-da-gama a descobrirem mundos novos.

No campo da intelectualidade deve predominar, acima de tudo, a honestidade cultural. É mister uma ética que regule as relações do autor e daquele que vai em sua

obra em busca de informações. Não é possível que se pretenda estudar filosofia, passando por alto os pressocráticos, demorando-se levemente em Platão e Aristóteles, e cair, se fôr inglês, desde logo em Francis Bacon; se fôr francês, em Descartes; se fôr italiano, em Campanela, Giordano Bruno; se fôr alemão, em Kant, e depois afirmar, sem qualquer fundamento, mas apenas preconceituadamente, que Alexandria, o medievalismo ocidental e a filosofia muçulmana e hebréia, nada mais passaram de uma longa noite tenebrosa em que a mente humana havia caído no báratro da ignorância.

Ora, tal atitude é simplesmente tola. E é tola, porque todos, todos sem excepção, que pensam assim, e pregam tais idéias, jamais estudaram nada do que se realizou durante êsses longos 18 séculos. E se conhecem algum autor, será sem dúvida algum de menor importância, apresentado muitas vêzes como uma sumidade, como um verdadeiro representante dêsse pensamento. Não adianta ao leitor perguntar-lhes se conhecem alguma coisa do que foi feito. Pode desde já estar certo que nada conhecem, mesmo que digam o contrário, porque, então, mentem. Se algum manuseou qualquer das grandes obras dêsse longo período, não a leu, e, se leu, não a entendeu, o que será mais acertado, porque, do contrário, não seria possível tentassem apagar com a esponja da sua ignorância todo êsse imenso horizonte em que a humanidade atingiu, no pensamento, o que de mais alto lhe foi possível fazer.

Foi considerando todos êsses factos que não poderíamos permanecer calados, quando o Brasil se acha ameaçado da invasão do neo-positivismo, já em decadência na Europa, como o estêve, desde início o positivismo, apesar da figura grandiosa de Augusto Comte, merecedora de todo respeito por todos os títulos, embora defenda idéias fracas e já refutadas com antecedência, que permanecêssemos indiferentes ao que se pretende fazer aqui com a propaganda desenfreada que se faz da logística, dando-lhe possibilidades que não têm, apresentando-a como uma nova panacéia filosófica, aproveitando-se da inadvertência e da deficiência de jovens e de certos professores, para que realize aqui os estragos que já fêz em outras bandas.

Não se julgue que sejamos inimigos à **outrance** da logística. Ao contrário. Ela foi sempre uma tentativa

boa, realizada desde os pitagóricos até os nossos dias. O que queremos salientar é que não se deve pôr nelas esperanças maiores do que as que pode ela oferecer. O que é mister é dar-lhe o seu verdadeiro sentido, delinear seus nítidos contornos, estabelecer seus reais limites e também o seu/verdadeiro alcance. É mister que se mostre a sua grandeza, mas também que se aponte a sua miséria. Esta não decorre da logística **per se**, mas **per accidens**. Não é algo que provenha daquela como inevitabilidade da sua essência, mas, sim, o vício que decorre dos seus falsos cultores, que desejam dar ao fetiche um poder que não tem. O que muitos logísticos fazem com a logística é fetichismo, sim, mero fetichismo, querem garantir a superveniência de efeitos, que são superiores às suas causas. E o que resultará de tudo isso? O que sempre se deu. Tôda a vez que se pôs no cálculo lógico uma esperança maior do que pode dar, a ponto de pretender-se com êle substituir a lógica e a dialéctica, no bom sentido de tais têrmos, como as entendiam os grandes autores do passado, o resultado colhido foi uma grande decepção, porque o cálculo, pelo seu aspecto mecânico e sobretudo hábil para trabalhar com o contingente, (portanto, hábil para trabalhar com as ciências particulares, porque se interessam apenas pelo **como** dos fenômenos) não é eficiente para trabalhar com a filosofia. Essa a razão, e ainda veremos outras mais poderosas, no decorrer desta obra, que impediram que essas tentativas fôssem coroadas de um êxito superior ao que poderiam atingir. Não queremos nesta obra desmerecer a Logística. Queremos que ela se coloque no seu verdadeiro lugar. O que queremos é denunciar aquêles que se dizem seus seguidores, mas que, na verdade, violentam as suas intenções, as suas possibilidades, os seus recursos.

O que combatemos são os novos violadores da inteligência, que pretendem, ainda, transformar a Logística numa arma para destruir os aspectos positivos de nossa cultura, que é cristã, porque pertence à era cristã e está sob a égide de suas normas, e auxiliar, assim, a um satanismo desagregador e corruptor, que actua hoje com desenvoltura, com audácia e que pretende apresentar-se como a mais alta criação do homem.

Contra essa mentira, contra essa falsidade, contra essa moeda falsa, passamos a actuar, procurando manter-nos justos e comedidos tanto quanto permite a afectividade humana.

Só desejamos que esta obra denuncie os novos **violadores de túmulos**, êsses desenterradores de despojos, que julgam estar lançando sôbre a mesa novas realizações.

Combatemos a desvalia e não a grandeza.

BOCHENSKI E A LÓGICA

I. M. Bochenski é, hoje, um dos autores consagrados pelos logísticos. Dentre as suas várias obras sôbre a matéria, podemos considerar "Los Métodos actuales del Pensamiento", ed. espanhola de "Ediciones Rialp, S. A.", 1957, como uma das que mereceram maiores elogios, porque pretendeu êle, nesse livro, dar, em forma elementar, uma visão das concepções actuais importantes e gerais ùltimamente propostos. A obra dedica-se mais ao campo da metodologia geral, que é a parte da Lógica que ocupa em aplicar as suas leis no exercício do pensamento. Adverte desde logo que o tom dogmático que se reveste, não deve ser levado às últimas conseqüências, porque a finalidade é apenas a de uma **exposição de referência.** Garante o autor manter fidelidade ao pensamento que expõe, que faz questão de frisar que nem sempre é o que segue, pois se manifestasse o próprio pensamento teria de divergir muitas vêzes. Tôda essa advertência pode e deve ser considerada. Contudo, os logísticos são unânimes em admitir que sua exposição é fiel.

De nosso lado, os reparos que fazemos a várias passagens da exposição de Bochenski não se referirão sempre ao autor, mas ao pensamento exposto. Só nos referiremos ao autor quando é patente que êle se filia ao pensamento exposto, mas apenas naquelas passagens em que as suas afirmativas são categóricas, e não passíveis de dúvida.

Logo de início, à pág. 16, diz: "o mundo consta de **coisas** (coisas, substâncias), como montes, plantas, homens, etc.,que são determinadas mediante diferentes propriedades, por exemplo, côres, formas, aptidões, etc., e que estão

vinculadas entre si por meio de **relações.**" E prossegue: "O nome filosófico genérico para tudo o que é ou pode ser, é o de **ente.** Em todo ente podem distinguir-se dois aspectos ou momentos: sua essência (qüididade, ser assim), o **que** é; e sua existência, que consiste em **que o ente é.**"

Tem-se entendido por propriedade um accidente da essência, ou genérica ou específica. A côr não é um accidente nem da espécie nem do gênero, mas, sim, do ente singular. Nas classificações científicas (já que a ciência pode alcançar apenas as propriedades), pode-se considerar, como se tem feito, propriedade o que, na verdade, não o é. Mas isso tem sido mais um defeito do que uma virtude. Quanto ao resto apenas um leve reparo. Pròpriamente, a existência de um ser não é **que o ente é**, senão tomado como algo verificável. A existência de um ser é fundada no exercício actual do ente. Um ente existe quando está no exercício (actual) do seu ser. É um reparo aparentemente sem importância, mas, oportunamente, veremos que não é assim.

À pág. 21 afirma que "... alguns lógicos (assim, os escolásticos e Kant) empregam a palavra "juízo" no sentido que nós damos ao vocábulo "proposição). Em nossa terminologia, um juízo é sempre um processo, enquanto que uma proposição é um producto (objectivo ou de conteúdo)."

Ora, tal não é procedente, porque os escolásticos sabiam distinguir o **juízo** da **proposição.**

Não basta ligar dois conceitos por meio de um verbo para que tenhamos um juízo. Neste há um **assentimento** da mente, pelo qual ela une o que afirma e separa o que nega. Julgar é assentir, é o acto de assentimento que constitui formalmente o juízo. A proposição é o discurso, pelo qual a mente expressa o que pretende. Há proposições que não são ainda juízos, como vemos nas proposições singulares de predicação possível, como "esta montanha ou é Vesúvio ou Etna", pois, nela, a mente ainda não julgou, mas apenas enunciou a possibilidade da predicação, como já vimos. Sem dúvida, a proposição é um producto, porque é um discurso.

A linguagem não representa directamente o ser, mas apenas os conceitos e proposições objectivas. Não expressamos o que é o ser, mas apenas o que pensamos dêle. Muitos logísticos não compreenderam isso, e confundiram um sentido com outro, o que os levou a erros graves. Ademais, sabe-se que a linguagem, que é formada de sinais instrumentais, nem sempre se refere adequadamente aos conceitos, como notamos nos têrmos análogos e equívocos. Enquanto o homem vulgar gosta de dar conteúdos vários ao conceito, o homem culto tende para construir um saber culto, um saber epistêmico, dando a tais têrmos referências adequadas e precisivas. Se não se conseguiu atingir ao estado ideal neste ponto, é inegável que êsse ideal é o da ciência em seu verdadeiro sentido, pois é o único caminho para iniciar a dissipação das confusões que infestam o pensamento humano.

Conseqüentemente, a linguagem é matéria importante de estudo para o filósofo. Alguns logísticos modernos, desconhecendo o que já se fêz nesse campo, afirmam que, graças à logística, e apenas a ela, está-se marchando para a realização dêsse ideal, dêsse **desideratum**. É realmente desconhecer o que realizaram os defensores da **lógica tradicionalista** e, sobretudo, os que se dedicaram durante a chamada Idade Média, em suas extraordinárias **grammaticas speculativas**, com as quais se completava o estudo que cabia à gramática expositiva, que apenas se dedica ao estudo da língua, enquanto aquela se dedicava a especular sôbre a origem, sentido, razão, vida e morte dos têrmos, etc., cujos remanescentes encontramos em várias disciplinas da linguística, como a sintaxe, a semântica, e, na psicologia, a **ideologia** e, modernamente, a esquematologia e a noologia geral.

A **palavra** é o **têrmo**, que é significável por um **sinal** (como a palavra escrita), mas essa palavra tem um conteúdo, que é o que ela enuncia, ou pretende enunciar (que os lógicos chamam de **conceito objectivo**).

O conceito chama-se **idéia** (do grego **idea**, de **eidos**, do verbo **eidô**, ver), porque o objecto é **visto** por meio dêle. Chama-se **noção**, do verbo latino **nosco**, conhecer, porque o objecto é conhecido por êle. É **verbo mental** porque a mente o prefere dentro de si mesmo. Chama-se **representação**, de **re** e **praesentia**, porque é uma similitu-

de do objecto, tornada presente ao espírito. E chama-se **intentio**, intenção, por que é por meio dêle que a mente se refere, se dirige ao objecto. Chama-se **species** (esquema), enquanto representação e imagens (de **imago**, do que mana dentro). Chamam de **têrmo mental** porque, no conceito, **termina** a resolução ou a análise da proposição.

Na verdade, a **lógica tradicionalista** parte do raciocínio. Resolve o raciocínio em seus elementos, os juízos, e êstes em seus elementos, os conceitos, que é o têrmo mental. **O têrmo é assim um som articulado, que significa convencionalmente um conceito.**

As palavras, primeiramente, quando pronunciadas, impressionam os ouvidos e só significam idéias ao evocarem imagens sensíveis, do contrário soariam ôcas, como soam àquele ao qual não lhe corespondem imagens, como as palavras de uma língua estranha. As "**voces significant intellectus conceptiones immediate** (as vozes significam imediatamente as concepções do intelecto, escreve Tomás de Aquino, em **Peri Herm.** lect, 2, n.º 5, "**et eis mediantibus res**" (e elas por meio da coisa", "**nomina non significante res nisi mediante intellectu**" (os nomes não significam coisas, senão mediante o intelecto) Assim a palavra **homem** significa a natureza humana abstraída dos indivíduos; conseqüentemente, a natureza humana, formalmente considerada, não existe fora da mente humana, e quando nossa mente afirma ou nega, sua afirmação ou negação são verdadeiras ou falsas, não que o sejam nas coisas. Quer-se dizer, sim, que nossas concepções são verdadeiras ou falsas por corresponderem ou não às coisas. Como a palavra **homem** significa de uma só vez a natureza humana e os indivíduos que têm essa natureza, o conceito pode ser considerado, primeiramente em sua compreensão, que os modernos preferem chamar de **conotação** ou **intensão** e, secundàriamente, em sua **extensão**, ou seja, quanto ao número de indivíduos que o mesmo **com capta, cum-ceptum**, contém. Assim o têrmo significa, imediatamente, o conceito mental e, mediatamente, o conceito objectivo. **O** conceito mental é essencialmente um sinal da coisa, e tende a trazer ou levar espírito à coisa tornada por êle objecto de inteligência. **Passa**, dêsse modo, o **têrmo**, que é elemento material da Lógica, a ser objecto de estudo e de classificação, como **unívoco, análogo, equívoco, categoremático, sincategoremático, com-**

plexo **in re et in voce**, **complexo in re et non in voce**, **incomplexo in re et in voce** e **incomplexo in re et non in voce**, etc. A classificação entre sujeito e predicado é uma classificação de têrmos. .Por não compreenderem bem isto, e tomá-los em outros sentidos, muitos logísticos escreveram páginas inúteis e confusas, que testemunham o desconhecimento que têm da matéria lógica.

Também o predicado é um têrmo. Sendo o **têrmo** elemento da enunciação, é êle gramaticalmente distinguido em **nome** e em **verbo**. O primeiro é o têrmo **sine tempore** (sem o tempo, intemporal, e o segundo, com o tempo, **cum tempore**, temporal. Cópula nada mais é que a **habitudo** (a maneira de comportar-se) do predicado com o sujeito, é uma **relação**.

Aristóteles definia o nome **vox significativa ad placitum**, (definição do têrmo em geral: voz significativa convencional, para falar),

sine tempore (sem tempo, o que a distingue do verbo),

cujus nulla pars significat separata (que nenhuma parte separada significa, o que exclui da definição os têrmos complexos e os discursos),

finita (finita, excluindo, assim, os têrmos indeterminados, como os indefinidos: não-homem),

et recta (recta, excluindo, assim, os têrmos "oblíquos", que "afastam" o nome da sua natureza, como na expressão "livro de **Pedro**," em que êste é tomado obliquamente **(Petris)**

Define o **verbo**:

vox significativa ad placitum, (voz significativa convencional, para falar, definição genérica);

cum tempore (com tempo, o que o distingue do nome);

cum nulla pars significant separata (com o que exclui os verbos complexos),

finita (exclui os verbos indeterminados, como não-querer)

et recta (exclui os verbos oblíquos, como os tempos passados e futuros, que se afastam da natureza própria do verbo, que é de significar por meio de acção e de tempo). Daí só o indicativo presente corresponder à noção própria do verbo;

et eorum, quae de altero praedicantur, semper est nota (e aquêles, que de outro são predicados com a nota de **sempre**), como o particípio e o infinitivo, que podem ser reduzidos ao **nome**, bem como ao **verbo.**

Dizer-se que o tempo é essencial ao verbo, nada tem que ver com o passado e o futuro, mas apenas pretende-se indicar o seu sentido de significar acção, paixão, movimento, o **fieri** (o devir).

O dizer-se que "Dom Pedro II é imperador do Brasil", tal juízo não é verdadeiro, porque Dom Pedro não existe na existência actual, como o exige a cópula. O verbo é, assim, um elemento importante para a verificação do grau de suplência, no exame das **suppositiones**, tão descuradas pelos logísticos, e até certo modo irreductíveis à signalização, por êstes comumente usada.

Afirma Bochenski que uma proposição é verdadeira se corresponde a algo, se o Sachverhalt (a **dispositio rei,** dos antigos) à qual se refere, se dá, existe. É falsa, ao contrário. Portanto, para os logísticos, verdade é a propriedade de uma proposição ou de um enunciado, que consiste em que seu correspondente conteúdo se dá na realidade. Anàlogamente se pode assim definir a palavra **falsidade.** Reconhece que muitos logísticos oferecem outras definições. Mas ninguém pode negar que só pode haver ciência, onde se buscam enunciados verdadeiros. Mas há alguns que fazem filosofia com a logística, e pretendem que não é essa a finalidade da ciência. E qual seria a outra finalidade, então?

Alegam outros a relatividade de tal verdade. Mas que importa isso? O que interessa é saber se há essa adequação ou não, mesmo que seja ela relativa. Mas é ela atingida? perguntaram alguns. Se não sempre, atingimo algumas vêzes, que é o que interessa. Se dizemos que esta mesa está aqui, é verdadeiro êsse juízo, porque podemos comprovar (mesmo dentro de tôda relativa coorde-

.nação de relativos), que essa mesa está aqui. O resto é apenas confusão.

Prosseguindo em seus comentários sôbre a Lógica Formal, Bochenski, cita, como exemplo, o "conhecido **modus ponendo ponens**: "Se A, então B. É assim que A; logo, B. Isto é uma lei lógica. Na verdade, se substituímos as letras por qualquer enunciado, sempre teremos um enunciado verdadeiro".

Contudo, não é assim. Façamos a substituição: Se João existe, então fala; ora, João existe; logo, João fala. E não é verdadeira, por que nesse modo há um verdadeiro e um falso. O verdadeiro é quando é dado o condicionado, que implica, necessàriamente, a condição, e não o inverso. Assim—: "Se João fala, existe; ora, João fala; logo, João existe". É válido por que aqui é dado, primeiramente, o condicionado e êste exige a condição. Do contrário, não ó é.

Referindo-se à Metodologia diz que a Lógica Formal não é suficiente para o conhecimento indirecto. Mas é mister dizer-se que a Lógica Formal não é **tota logica**, mas apenas a parte formal; ou seja, a que se dedica ao estudo da parte meramente formal do raciocínio. **A lógica concreta (que é a logística)** reune tôdas as suas partes numa grande construção, é metodológica. Êsse reparo é importante, porque sempre que se procura combater a lógica chamada tradicionalista, pretende-se reduzi-la apenas à Lógica Formal, esquecendo que esta é uma parte daquela, e não a sua totalidade. Êste reparo é necessário fazer-se para evitar as constantes falsificações, que alguns logísticos inadvertidos costumam fazer.

. . . .

A crítica que Bochenski faz da **fenomenologia**, nas págs. 40 em diante, é em parte, procedente. Mas ao terminar a sua explanação encerra com estas palavras, à pág. 61: "A "essência" fenomenológica exclui, portanto, duas ordens de factores: a **existência**, o **Dasein** e todo o accidental. Poder-se-ia caracterizar esta **essência** como estructura fundamental do objecto. Mas, com o nome de **estructura** não se deve entendem algo assim como um simples conjunto de relações, mas deve-se usar a palavra para significar

todo o conteúdo fundamental, incluindo as qualidades, etc.".

Mas as qualidades não são accidentes? Se são, e se se deve excluir da essência a existência e todo accidental, que são duas órdens de factôres, como se poderá caracterizar a essência, incluindo também as qualidades? Tal é contraditório, salvo se nos referimos às qualidades, enquanto diferenças específicas.

Se há aquêles que ao tratarem da essência de um triângulo consideram apenas o que é geométrico, e há outros que vão considerar o facto dêste triângulo ser de madeira como da sua essência, e que tais modos de proceder mostram a variedade como os homens "entendem" a essência, tais exemplos, combatidos pelos fenomenólogos, são improcedentes, porque não se trata da mesma coisa. O primeiro considera o triângulo abstractamente, enquanto figura geométrica, e o segundo, enquanto êste triângulo, aqui, de madeira. Um considera o triângulo em sua ontologicidade, o outro o triângulo êste em sua onticidade, em sua facticidade. No segundo caso, é da essência, ou seja, da estructura singular dêste triângulo, da sua heceidade, ser de madeira, desta madeira, aqui e agora, cuja existencialidade constitui também a essência dêste triângulo, aqui e agora, e não do triângulo, pois êste é apenas um conjunto de madeira, que tem a forma de triângulo. São duas coisas distintas, e a confusão entre elas não procede. Neste caso, têm razão os fenomenólogos em considerar errados os que fazem tais confusões tão primárias, nas quais se confundem o especulativo com o prático. O facto de haver os que fazem tais confusões não justifica a afirmação de que não há qualquer procedência na posição fenomenológica.

A existência é sempre singular, possui duas estructuras fundamentais: a que se pode chamar de física, cujos elementos Heidegger chama de **existenciários** e nós de hiléticos, que são factores de sua singularidade, e a estructura formal ou eidética, que constitui o seu factor de universalidade.

Dizer-se que os existencialistas modernos tenham mostrado que, na mesma existência (pág. 65), possa-se encontrar uma essência, não é uma **novidade** estabelecida

por êles, porque tal doutrina já havia sido exposta por Duns Scot, com antecedência de séculos, com a sua doutrina da **haecceitas**.

Referindo-se às **Grammaticas Speculativas**, que tanto desenvolvimento tiveram na Idade Média, tão pouco estudadas na época moderna, as quais se dedicavam ao estudo da semeiótica etc., afirma que (pág. 69) pouco progresso neste sector se encontra na modernidade, salvo alguns estudos dos logísticos nesse sector. Mas esquece de dizer que tais logísticos, quais outros colombos retardados, apresentam como novas descobertas o que já fôra tratado com maior proficiência por autores do passado, cujos estudos desconhecem e dos quais nem sequer suspeitam.

SÔBRE A LINGUÍSTICA

Sem dúvida o empirismo lógico moderno considera a análise linguística como único objecto da filosofia.

Não há dúvida que se justifica a análise linguística, como a realizaram os antigos gramáticos especulativos. Mas o que não se justifica, como veremos, é considerar que o objecto da filosofia é apenas essa análise e os seus resultados.

Como o homem é portador de uma mente, distinta da mente dos animais, tem necessidade de comunicação com seus semelhantes. E o único meio de comunicar-se (já que não dispõe de outros) é por meio de sinais: palavras faladas, escritas, gestos atitudes, etc.

Tais sinais são, pois, instrumentos, que apontam a uma **intencionalidade:** o que um homem pretende transmitir a outro, dar notícia a outro, do que **intende** a sua mente.

Como a sua finalidade é esta, tem ela, e aqui está um aspecto ético, desde que se compreenda nitidamente a ética como a ciência que se dedica ao estudo do dever-ser, ou seja do que se deve (**de habeo**, ter de), do que se tem de empregar para alcançar uma finalidade, e como esta consiste em comunicar, deve, pois, tem de empregar os meios mais hábeis para alcançar a conveniência da natureza do que pretende (comunicar); portanto, empregar sinais que apontem rectamente ao que intende, para que a notícia, que outro capte, corresponda o mais adequadamente ao que o primeiro pre-tende expressar. Em suma: é o dever da linguagem ser adequada e clara, expressiva

e não confusa. É também uma aplicação da lei da economia (menor esfôrço-maior proveito) à linguagem.

Na estética, as palavras tendem mais a sugerir estados **páthicos**, provocar emoções. A sua adequabilidade é maior na proporção em que são capazes de promover estados **páthicos** adequados aos estados que o artista pretende transmitir. Já na **ciência**, não. Não se pretende, pròpriamente, provocar estados **páthicos** com certa harmonia, beleza, etc., ao transmitir notícias despojadas, tanto quanto possível, de todo aspecto afectivo (simpatético ou antipatético). Conseqüentemente, é do dever da ciência uma linguagem clara, desvinculada tanto quanto possível de qualquer aderência estética, no sentido do afectivo, etc.

É, pois, do dever do que faz ciência (e só há ciência quando se conhecer as razões, causas das coisas de que se tratam, porque antes disso apenas há observação, há notação, há advertência, etc.), que sua linguagem seja dessa espécie. Em suma: que os sinais, que use, devem estar despojados de tôda aderência afectiva, e tenham uma intencionalidade precisa, e que sua referência se dirija a algo **precisivo**.

As palavras, que são os têrmos, como já vimos (que são gramaticalmente divididas em nomes, verbos, etc.), tomadas isoladamente, são apenas construcções abstractivas, cuja significabilidade está em função das outras que com elas se coordenam. Essas relações, que elas formam entre si, constituem a matéria da **sintaxe**, como a estudavam os antigos, e também os modernos.

As palavras, em geral, têm uma intencionalidade, uma referência a algo, uma significação. A relação das palavras com a sua significação é o que constitui a matéria da **semântica**.

As palavras são empregadas por homens para dirigirem-se a outros. Há, assim, relações entre o homem e as palavras, cujas relações constituem o objecto da **pragmática**, pois as palavras, segundo êste aspecto, são **pragmáticas** (de **pragma**, do drama humana, da acção humana).

ASSIM A PRAGMÁTICA INDICA HAVER A SEMÂNTICA, E ESTA A SINTAXE

Uma palavra pragmática sem semântica não tem sentido, é um sinal vazio.

Contudo, pode-se tratar de palavras apenas sintàxicamente, sem semântica: e temos os sinais que se podem usar na Lógica, como **a**, **b**, **x**, **p**, etc.

E isto por que? Porque podemos reverter a ordem;

se a pragmática implica a semântica, e esta a sintaxe, necessàriamente, a sintaxe não implica a semântica (o que é próprio dos juízos universais afirmativos).

Fundados nessa possibilidade (sôbre as quais já pesquisavam os antigos, como João de São Tomás o fazia em tôrno do ly **tirili**, palavra sem semântica, mas com sintaxe), os logísticos podem, como já o faziam anteriormente outros, especular apenas sôbre a sintaxe, e construir um conjunto de sinais aos quais, posteriormente, poderiam dar uma semântica, ou seja um conteúdo intencional, o que aliás se faz com segurança na Matemática e na Mathesis. Restaria saber se era possível construir com rigor, à semelhança da matemática, tal sintaxe, o que passa a ser, realmente, matéria da logística, como o fôra já das gramáticas especulativas da Idade Média.
Dêsse modo a palavra, tomada concretamente, é pragmática, semântica e sintáxica, e é mister considerá-la sob essas suas três relações.

Para a semeiótica moderna, a palavra é considerada apenas em sua manifestação material (som, sinal gráfico, etc.). Mas o que não é possível é permanecer apenas aí.

Vejamos agora o que escreve Bochenski à pág. 74 em diante, o que comentaremos posteriormente:

"Tomemos, por exemplo, o simples princípio de identidade "Fritz é Fritz" (Mas isso, é princípio de identidade?) Êle prossegue: "Segundo a concepção semeiótica (a palavra **semeiótica**, dizem os logísticos, foi cunhada por Charles Morris, em 1938. Contudo **semeiotikê** era usada por Galeno para significar o diagnóstico ou a observação dos sintomas), temos, aqui, uma série de pequenos montes de tinta sêca. Os montes, que lemos ao princípio da proposição na palavra **Fritz**, não são idênticos aos que estão no final da frase, pois se trata de dois diferentes montões de tinta, postos em distintos lugares do papel, o que não seria possível se fôssem uma mesma coisa. Quando na linguagem corrente se diz "a mesma palavra", subentende-se que são "duas palavras", que têm, aproximadamente, a mesma forma e a mesma significação. Na semeiótica, pelo contrário, fala-se neste caso de duas palavras da **mesma forma**. O que não quer dizer que a forma de ambas palavras seja igual; basta examiná-las com uma potente lente para comprovar que não é êste o caso. O que se quer dizer é que a sua estructura gráfica geral é igual". (A advertência é importantíssima para aquêles que poderiam fazer confusão aqui!).

Colocada a linguagem dêste modo, pode-se partir da seguinte consideração. Se a palavra é pragmàticamente usada, ela implica uma semeiótica, uma expressão exterior, que aponta a uma semântica e a uma sintaxe. A concreção inclui tudo: semeiótica, pragmática, semântica, sintaxe. Como se pode tratar na ordem inversa de uma, sem considerar a outra (e isso se realiza pela capacidade humana de abstrair), conclui-se, afinal, que a palavra pode ser apenas semeiótica, e nada mais que um sinal gráfico das coisas, ou que é apenas pragmática, como algo que se emprega na linguagem, ou que é apenas semântica (tomada em sua intencionalidade), ou que é apenas sintáxica quando tomada em suas relações com outras, estamos tomando real — real, tomando real-separadamente, o que constitui, na verdade, uma concreção. Estamos apenas disassociando com a mente, o que se dá junto na realidade, e estamos hipostasiando essas abstracções, transformando-as em realidades per si subsistentes. Essa acção

abstractista é uma verdadeira violência da mente sôbre a realidade, esquecendo que são diversas nas formas, mas a mesma na realidade. Pois bem, tais erros abstractistas realizam os primeiros, com a sua concepção nominalista extremada; os segundos, com o seu pragmatismo exagerado, os terceiros com um formalismo ou um logicismo claudicante, e os quartos com um matematismo abstractista de quinta-essência. Quatro atitudes, quatro erros, e erros, não por que disassociaram, já que a mente pode realizar tais operações, que são mentais, mas porque julgaram que, pelo simples facto da mente ser capaz de realizar tais disassociações, elas correspondam a disassociações reais, e essas quatro possibilidades mentais correspondam a quatro entidades reais de per si. Aí está o vício abstractista, que cometem alguns logísticos mais fracos, embora famosos, sôbre cujo êrro ainda teremos muito que falar.

Podemos **formalìsticamente** (apenas semânticamente) realizar cálculos matemáticos, como o fazemos com a equação 4 x 7 = 28. Podemos considerar o oito e o 2 do segundo têrmo da equação **sintàxicamente**, o primeiro em relação com o segundo, numa ordem de unidade para decimal, assim como ensina a álgebra, etc.; podemos falar na conversão simples da proposição e S — P, que pode dar e P — S, que, substituindo P e S por a e b, pode dar: e (a. b) = e (b. a), ou seja, na dialéctica concreta pela fórmula: S/e (a. b), que afirma a conversão simples do juízo universal negativo, e estaremos, então, em pleno **formalismo**, válido sem dúvida, mas apenas enquanto tal.

Mas um têrmo, enquanto considerado, enquanto tendo um sentido, será significativo, uma intencionalidade, êle designa o que significa, êle aponta ao que se refere. Mas êsse têrmo será apenas **operacional**, se o considerarmos do ângulo meramente **sintáxico**. No segundo caso, sabemos **como** operar com êle; no primeiro, **o que** significa.

O primeiro sentido é o eidético. E se um têrmo tem tal sentido, terá necessàriamente o operacional. Mas a inversa não é verdadeira, por que estamos num juízo universal afirmativo, no qual (salvo nas definições, que são juízos determinativos de máxima determinação), a conversão simples é impossível e só a por accidente, ou seja,

numa universal afirmativa, a conversão simples é ou não possível (dependente, portanto, da espécie de determinação). Já esta última forma afirma que, por accidente, pode haver uma conversão no juízo universal afirmativo, em que o predicado, tomado como sujeito, é particular, o que será sempre válido.

Dêste modo, podemos operar com **sinais**, mas isso não basta para nos garantir que operamos com **significados** (que já implicam o semântico).

O que alguns logísticos modernos fazem, por considerarem como real-realmente separáveis, o que é apenas real-formalmente distinto, de modo a julgarem que podemos apenas considerar a lógica do ângulo semeiótico, ou outros, apenas do pragmático, ou outros, apenas do semântico, ou outros, apenas do sintáxico, é fazer **abstractismo** da pior espécie, é fazer **metafisicismo** da pior espécie, é fazer **filosofismo** débil.

Podemos construir quatro estructuras lógicas, com as quatro possibilidades, não, porém, quatro sistemas estanques, como fazem os partidários de cada posição, que actualizam um aspecto e virtualizam e desconsideram os outros. O que a **dialéctica concreta** faz é concrecionar

a semeiótica, com seu testemunho exterior,

à pragmática da expressão humana,

à semântica da significabilidade (ao formalismo, sem desvinculamento),

à sintaxe das relações categoremáticas e sincategoremáticas.

De tudo isso, e ainda mais do que não trataram os logísticos, é que se pode construir a

DIALÉCTICA CONCRETA

que, por ser concreta, opõe-se a todo vício abstractista, a todo metafisicismo de má qualidade, a todo filosofismo da deturpação da realidade, que pretende, insidiosamente

solapar, corromper, para destruir.

A essa intencionalidade satânica, a nossa postulação vigorosa da afirmação.

Continuemos, pois.

Assim ao dizer-se, na matemática, que **a : b :: b : c** (a está para **b**, assim como **b** está para c), essa fórmula tem um valor sintáxico, mas, se lhe queremos dar um valor semântico, teremos de dar **a**, **b**, **c**, que até aqui são têrmos aptos a serem valorativamente determinados, como tendo determinados valôres. Se são numéricos, poderíamos dizer: 2 está para 4, assim como 4 está para 8, por exemplo. Se lhes queremos dar valôres semânticos outros, poderíamos dizer o círculo está para o **não ter princípio nem fim**, assim como o **não** ter princípio nem fim está para o Ser Supremo. No primeiro caso, temos uma equação proporcional na matemática; no segundo, uma equação proporcional na simbólica, porque o círculo pode simbolizar o Ser Supremo, por que não tendo, êste princípio nem fim, assim como o entendemos, também não o tem o círculo, enquanto circunferência, o que permite estabelecer que há uma participação formal de um atributo por parte do círculo, que, formalmente, e em máxima perfeição, atribuímos ao Ser Supremo.

Mas observamos ainda mais: é que tanto na proporção matemática, como na proporção simbólica, há algo que aquêles sinais, sintàxicamente considerados, deixaram de assinalar: um **logos**. Sim, porque a primeira proporção é segundo um **logos**, o logos da quantidade, e a segunda é segundo outro **logos**, o logos da participação. Por essa razão, a nossa **dialéctica concreta** para tais casos oferece a fórmula

$$\frac{a.:.b..::..b.:.c}{\text{seg./ Log n}}$$

A está para b assim como b está para c, segundo o logos **n**.

Está aqui, pois, bem claro, como devemos distinguir a sintaxe da semântica em nossos sinais.

Quando nos queremos referir às diferenças nas línguas humanas, quanto aos sinais, referimo-nos às distinções da pragmática na linguagem, como nos referimos às

distinções na semeiótica, se essa linguagem usa sinais gráficos que pretendem assinalar letras, ou sílabas, ou idéias. Assim **horse** em inglês, **cheval**, em francês, **Pferd**, em alemão e **cavalo**, em português, **equus**, em latim, são pragmàticamente distintos, e são semeiòticamente diferentes, mas semânticamente semelhantes.

Pode-se considerar a linguagem apenas do ângulo sintático e temos uma visão **formalista**, esvaziada de conteúdo eidético-noético, que é o conteúdo semântico, assim o conceito de S, como sujeito, sintàcticamente considerado, pode ser substituído por qualquer letra **a**, **b**, **c**, **d**. . ., considerando-se apenas a sua função na proposição, que, na dialéctica concreta, é o têrmo tomado enquanto em sua função material (ou de somar-lhe determinações positivas, que são os predicados, ou de lhe recusar ou negar-lhe tais predicados. Dêsse modo, o têrmo que, na proposição é tomado materialmente em sua funcção de receber a adição, ou de recusar-se a adição de que significa positivamente outro têrmo, tem a função de sujeito, como o que lhe é aposto ou negado a função de predicado, já formalmente tomada, pois o sujeito comporta-se no juízo materialmente, enquanto o predicado comporta-se folmalmente, como se vê na **lógica material**, que faz parte da **dialéctica concreta**.

Agora, se tomamos o sinal esvaziado de seu significado, tomamo-lo apenas sintàcticamente.

Tal não que dizer que a linguagem, tomada enquanto significativa, como uma língua, a portuguêsa, por exemplo, não lhe caiba uma sintaxe, e não tenha regras sintácticas. Apenas que essas regras se referem, porém, aos sinais da língua portuguêsa, tomados apenas em sua materialidade, despojados de sua significação determinada. Assim, quando se diz que é peculiar da língua francesa a ordem directa, referimo-nos a uma característica sintáctica dessa língua. Pode-se, assim, construir uma linguagem na matemática, sem que os sinais apontem a conteúdos intencionais. Poder-se-ia dizer que se o sinal **tir** implica o sinal **bir** e **bir** implica o sinal **cir**, então **tir** implica o sinal **cir**, sem que tais sinais tenham um conteúdo significativo determinado, mas apenas indeterminado, podendo ser desde 0 (nada) até alguma coisa em tôda a gama de ser alguma coisa. Mas, e eis aqui o que é im-

prescindível: a implicância exige um **logos** da implicância (de **im** e **plicare** = pregar, volver em, envolver, embrulhar, incluir) exige um **logos** (razão) da continência. Assim o homem, como animal, está implicado na animalidade, segundo o **logos** zoológico e não segundo o **logos** da sociologia. Tal **logos** é um logos **analogante**, porque analoga (de **aná** — subir — **logos**, razão, que leva à razão de...) O **logos**, portanto, na dialéctica concreta, em tais casos, é um **logos analogante**, do qual ambos os têrmos se analogam como analogantes ambos, ou como um dêles apenas como analogado e o outro como analogante.

A hermenêutica, na linguagem, é a interpretação que se realiza quanto à significabilidade do sinal. Pode aquela ser considerada **independentemente** da linguagem (essa independência é relativa e não absoluta). A interpretação exige a sintaxe, porque sem ela o têrmo é tomado esvaziado; ou seja, a sintaxe deve preceder à interpretação, para que esta se possa realizar. Seria para nós impossível interpretar, realizar a hermenêutica de uma proposição sem conhecer a sintaxe. Por isso, pode-se construir uma sintaxe sem a interpretação (hermenêutica), não, porém, uma hermenêutica sem a sintaxe.

E isso se dá porque cabe à semântica dar o sentido (a significação, a intencionalidade) dos têrmos e não à sintaxe.

Uma linguagem meramente sintáctica seria uma linguagem esvaziada de conteúdo semântico, sem que, por isso, se lhe negasse qualquer sentido, mas apenas sentido sintáctico. Essa linguagem seria uma linguagem abstracta de grau mais intenso. Assim o têrmo **causa** e o têrmo **efeito**, que são realizações da abstracção de terceiro grau, estão esvaziados de significação ôntica. Não se referem a esta ou àquela causa, aqui ou ali, agora ou antes, ou depois. Contudo, **causa**, sintàcticamente considerada, não está totalmente esvaziada de semântica. Tem-na, porém, tomada universalmente, pois não se refere singularmente, e com identificação, a esta ou aquela causa, disto ou daquilo, mas apenas se refere, formalmente, à causa enquanto causa. Por isso o conceito de causa é um conceito metafísico e como tema filosófico pertence à Etiologia, que é uma disciplina da Ontologia Geral, a qual se dedica ao estudo das causas.

Os sinais, na sintaxe, devem ter um **sentido** (e êsse sentido é o **logos** sintáctico). Quanto à correcção de tais sentidos, cabe à Lógica, posteriormente, comprovar, aferir.

Nas fórmulas da Lógica Formal, que pertence à Lógica Menor, tais como

a M — P	juízo	universal	afirmativo	(premissa	maior)
a S — M	"	"	"	"	menor
a S — P	"	"	"		conclusão

Temos o modo **a a a**, **Barbara**, primeiro modo da la. figura.

Essa fórmula, como as outras da Lógica Formal, são **formas sintácticas**, que podem, semânticamente, ser preenchidas por conteúdos signalativos (intencionais).

Volvamos agora à distinção feita entre o **eidético** e o **operacional**.

Um sinal tem uma intencionalidade (sentido) **eidética**, quando conhecemos seu conteúdo **semântico** (que é a sua significação).

Terá o mesmo têrmo apenas um **sentido operacional**, se sòmente conhecemos como deve ser empregado sintàcticamente. Assim o sujeito **opera** na proposição materialmente, enquanto o predicado **opera** formalmente. Embora não saibamos **o que é**, sabemos **como** opera, ou como podemos operar com êle.

Se um têrmo tem um sentido eidético terá, necessàriamente, um sentido operacional. Mas a inversa não é verdadeira, pois um têrmo pode ter um sentido operacional, sem que saibamos qual o sentido eidético, ou até sem que lhe emprestemos qualquer sentido eidético.

Assim uma operação apenas com sinais sintácticos é um cálculo, e não ainda uma operação com conteúdos ontológicos ou ônticos.

Pode-se operar com sinais sintácticos, sem conhecer o sentido eidético semântico.

Dêste modo, é fácil compreender agora onde está o vício abstractista. Temos dois: os que julgam que basta operamos com sinais sintácticos, e os que julgam que basta operarmos com sinais eidéticos (semânticos). Quando um exclui o outro, quando um virtualiza o outro, realiza abstractismo da pior espécie. A dialéctica concreta exige o estudo separado de ambos aspectos operacionais, mas, absolutamente, não pretende deixá-los separados: tem de (deve) uni-los, **concrecioná-los**, realizando a **connexio** entre ambos.

Os primeiros terminam por afirmar que só há sentido no operacional sintáctico, e que os sinais não têm qualquer significado semântico, ou que êsse é arbitrário, e os segundos negam validez a qualquer sistema de cálculo, que não possa ter uma hermenêutica semântica, eidética. E argumentam muitos com os exemplos da matemática. Mas tais exemplos apontam a validez da distinção que fizemos acima. Contudo, e ainda, quando aplicados tais cálculos, terminam por alcançar a resultados que permitem uma hermenêutica. Se tratarmos de sinais apenas sintàcticamente, com exclusão de qualquer semântica, sem representação de alguma imagem, constrói-se apenas um sistema sôbre o qual nada se afirma quanto à sua intencionalidade eidético-noética. E se nada sabemos quanto ao seu conteúdo intencional, ainda nada **sabemos**. Não basta operar com tais sinais, nem a mente humana se aquieta aí, senão por alguns momentos, não, porém, definitivamente. Exige-se um sentido, uma intencionalidade, um para que tal sistema de sinais se dirija, por que, do contrário, pode ser engenhoso apenas, mas será vazio de conteúdo.

Se se partir apenas da sintaxe, poder-se-á não alcançar nada mais, permanecendo apenas no campo dos sinais operacionais.

No entanto, se partirmos do pragmático, dêste para o semântico e dêste para o sintáctico, então percorreremos uma via abstractiva, sem dúvida, mas muito mais segura, porque não só permitirá uma hermenêutica, como dará à sintaxe um conteúdo que ela, por si só, não o teria.

Compreende-se, assim, que o ponto de partida do filosofar positivo e concreto, que é o empírico-racionalista, porque parte da experiência, oferece uma segurança muito maior que o outro, que tentando seguir o caminho inverso pode chegar, como chega, em algumas mãos inexpertas, a um vazio geral, a uma inanidade deplorável, e a resultados desalentadores, por arrastar fàcilmente o espírito humano a um cepticismo exagerado ou, então, a um arbitrarismo lógico e gnoseológico, que em nada recomendam a inteligência humana.

Dêste modo, de que valerão cálculos operacionais meramente sintácticos, se não alcançarem a conteúdos eidético-noéticos, e conseqüentemente, lógicos? Nada se concluiria. Nenhum logístico de bom senso irá filiar-se do lado daqueles que desejarem tornar a lógica apenas um sistema de sintaxe, sem abrir ensanchas a nenhuma hermenêutica.

Com isso não se quer negar valor ao operacional sintáctico, já que êle oferece elementos para a construção de uma dialéctica mais segura. O que se nega é que, por si só, tenha um valor suficiente.

O método operacional sintáctico pode facilitar um trabalho de pesquiza mais acurado, evitar certos erros que através apenas da semântica podem ser cometidos, mas a dialéctica concreta, ensinando a operar não só pela via ascendente como pela via descendente, permite que se busquem adequações de um sistema a outro, o que favorece uma **connexio**, capaz de assegurar melhor solidez ao pensamento e às operações lógicas, conseqüentemente. Em suma, a **praxis** humana revela que é melhor caminho para chegar ao operacional sintáxico, partir desde o pragmático e o semeiótico, com a análise segura; a concreção de todos, na verdade, tem dado melhores resultados.

Muitos confundem o operacional sintáctico com uma linguagem artificial qualquer.

E aquêles que a julgam por si só suficiente, justificam a sua escolha, devido a variância e a heterogeneidade da semântica na linguagem dos filósofos. Realmente, há

certa procedência se considerarmos o que aconteceu na filosofia moderna, em que os têrmos filosóficos tomaram tantas acepções, quantos filósofos surgiam. Mas o mesmo já não se pode acusar à escolástica, que primou sempre pelo rigor precisivo da sua terminologia. Quando um escolástico falava em **matéria**, ou **forma**, ou **substância** ou **accidente**, outro escolástico entendia tais palavras com o mesmo sentido. Já o mesmo não se deu na filosofia moderna, em que um têrmo, como **idéia**, para uns quer dizer forma, para outros um mero esquema, para outros uma imagem, para outros uma representação, e com matizes e colorações tão várias, que nunca se sabe se falam da mesma coisa quando empregam as mesmas palavras. O resultado era inevitável: discutiram-se palavras às quais se emprestavam sentidos tão diversos. Mas êsse mal não provém da escolástica, cujo ideal de precisão é um dos seus pontos de honra. Os logísticos modernos, que desconhecem o que foi feito, o que acontece com a quase totalidade dêles, acusaram a filosofia de um defeito que pertence a um período, e a homens determinados dêsse período, defeito que não se podia, com sã justiça, atribuir a todos.

Que se escolha uma linguagem artificial em certo sentido (e mais adiante precisaremos melhor até onde ela é valiosa e conveniente) para facilitar a Lógica, nada a objectar. O que se objecta é, porém, a atitude exagerada, que leva a negar valor a tudo o mais que não se cinja a essa linguagem artificial. Para justificar a sua posição, alguns logísticos exemplificam com o é, ao qual se pode atribuir uma dezena de significações. Mas acaso não sabiam disso os lógicos tradicionalistas? Se julgam que não sabiam, se enganam. O que pretendiam entender como significabilidade do é era apenas a afirmação, por adição, de um predicado positivo, ou de um predicado que consiste em negar uma positividade determinada. Se se diz S é P, diz-se de S positivamente P; se P é um indefinido não-P, diz-se que a S se predica uma positividade outra, a qual não pode ser classificada em P; ou seja, predica-se, indefinidamente, outra possível que P. Quando se diz que S é um ser ficcional, é não afirma existência senão ficcional. Na verdade, não afirma a existência real-real de P, mas apenas a positividade real-ficcional de P,

porque não podendo o predicado ter mais realidade que o sujeito, se fôr ficcional, ficcional será o predicado que se lhe atribuir positivamente. As variações de é não incriminam a regra geral, que demos acima, e não era mister transformar essa heterogeneidade de sentidos num cavalo de batalha, porque nunca impediu que os bons lógicos soubessem entendê-lo, o que se verifica nas distinções, no hábil uso das distinções, em que os escolásticos foram mestres insuperados. O conhecimento de tais providências por parte de certos logísticos evitaria caíssem em lamentáveis afirmações, que testemunham apenas ignorância.

FUNCÇÕES SINTÁCTICAS

São elementos de uma proposição, na Lógica, o sujeito, o predicado e o verbo, nos quais podemos, como salientava Aristóteles, considerar ou a qualidade, ou a quantidade ou a modalidade da união.

Examinando as proposições **in ratione materiae**, a razão do comportamento do predicado em relação ao sujeito, dividiam os escolásticos as proposições em: **necessárias**, ou de **matéria necessária**, quando o predicado se conecta de modo necessário ao sujeito, como no juízo "o homem é mortal", porque mortal, considerado como o que tem vida e pode morrer, é da natureza do homem, da sua essência; em **proposições impossíveis** ou de **matéria impossível**, que são aquelas em que o predicado repugna ao sujeito, como o "círculo é quadrado;" e, finalmente, **possíveis (contingentes)**, ou em **matéria possível** (contingente) se o predicado não convém em acto ao sujeito, mas pode convir, ou, se convém, poderia não convir, como "algum homem é médico."

Chamavam a essa classificação a que correspondia **in ratione materiae circa quam.**

In ratione materiae ex qua, ou seja, segundo os têrmos da proposição, dividam-se estas em: proposições de **tertio adjacente**, aquelas que eram constituídas de sujeito, verbo e predicado, como "João é médico"; de **segundo adjacente**, quando constam só de sujeito e verbo: "João anda"; e proposições de **primo adjacente**, as apenas constituídas do verbo: "chove."

Os logísticos chamam de **expressão atômica** aquela que é constituída de uma só expressão com sentido, por

ex. **homem**; **moleculares**, aquelas expressões compostas, cujas partes são proposições com sentido. Assim: "João é médico" é uma **expressão molecular.**

Chamam, assim, proposições atômicas aquelas constituídas de uma só expressão, e moleculares as de mais de uma.

Bochenski diz à pág. 93 de sua obra citada: "Assim, por exemplo, está claro que a palavra alemã **Hund** (cão) é uma expressão atômica, mas uma parte dela **und** (a conjunção **e**, em alemão) também o é. Estas inexactidões podem eliminar-se, mediante a semântica, mas sempre é mais útil e menos penoso constituir uma linguagem artificial, na qual não se dêem tais inexactidões" (sic). Juramos, tais palavras estão na página citada. O leitor não precisa fazer um gesto de dúvida. Estão lá.

Como é nosso intuito levar avante o exame da linguagem e a maneira de considerá-la por parte de certos logísticos, vamos respirar fundo e continuar o exame.

Uma proposição **de segundo** ou **de tertio adjacente** (uma proposição molecular para os logísticos) é mister que os têrmos tenham em si e entre si um sentido, ou seja, que os têrmos **atômicos** tenham sentido na linguagem em que são empregados, mesmo quando empregados apenas sintàcticamente.

Na linguagem logística, uma proposição, que determina outra, chama-se "functor", e a proposição determinada é o "argumento." O têrmo **determinar** tem um sentido muito amplo. Dão-se como exemplos as partículas, como e, que, na proposição "chove e neva", determina ambas partes do enunciado, a qual é seu functor. Tais palavras, que só têm sentido quando determinando outras, chamam-se, na Lógica, de **sincategoremáticas**, em oposição às **categoremáticas**, as que têm significado, quando tomadas isoladamente.

É importante, contudo, em face do que já se expôs, considerar numa proposição sintáctica se os **functores** estão na plenitude do seu papel.

Assim, na **dialéctica concreta**, ao fazer-se a análise antepredicamental, os têrmos da proposição são classificados segundo os cinco **praedicabilia** de Porfírio, e se são

accidentes, se são relações (é o caso da funcção, dos **functores**), é mister desde logo compreender que se impõe a dualidade, porque só há relação predicamental onde há, pelo menos, dois têrmos positivos, e um fundamento da relação.

Se nos colocamos no campo sintáctico, onde está estabelecido um functor está estabelecida uma relação, e onde há uma relação, é mister a dualidade de têrmos positivos e o fundamento da relação, que é o **logos analogante.**

Podem os logísticos criticarem, e o fazem com razão, juízos "metafísicos" como êste: "O Ser é idêntico", que jamais seria proferido por um grande metafísico, mas apenas por metafisicistas, julgados pelos logísticos como porta-vozes daquela. O conceito de identidade é um conceito dual. **Idêntico** o é **ad áliquid**, a alguma coisa. Idêntico, como semelhante, diferente, proporcional, adequado, etc. são conceitos duais (são relativos) exigem dois têrmos positivos pelo menos, e um fundamento (**logos analogante**), pois uma coisa é semelhante a outra se ambos são positivos e se assemelham segundo um **logos**, uma razão, da qual ambos participem, portanto um **logos analogante.** Assim

$$\frac{S = P}{\text{Seg./log. n}}$$

Ora, no juízo o **Ser é idêntico**, o têrmo idêntico está tomado monàdicamente, quando deverá ser tomado diàdicamente, idêntico **ad áliquid**, a alguma coisa. Nada se diz, portanto, ao enunciar-se tal proposição sem completá-la com o têrmo ao qual se deve relacionar, e sem apontar o **logos analogante.**

"O Ser é idêntico a si mesmo", neste juízo se diria que o ser apenas êle mesmo e nada mais que êle mesmo, pois se fôsse menos que ser, não seria ser, e se mais que ser seria ainda ser. Neste caso, só pode ser formalmente o que é subjectivamente. No primeiro caso, há falta de sentido; no segundo, já se dá um sentido.

Outro exemplo citado pelos logísticos: "O nada anonada". É um juízo também sem sentido, porque anona-

da, como functor, implica a dualidade, outro têrmo. Anonadar é anonadar alguma coisa. "O nada anonada o ser", neste caso o nada aniquila, anula, faz desaparecer, esvazia o ser de si mesmo.

Os logísticos admitem functores monádicos e exemplificam com **dorme, corre,** que são proposições de **primo adjacente.** Na verdade, tais proposições são de **secundo adjacente** oculto, porque **dorme** indica algo que dorme, João dorme, o cão dorme. Neste caso, **dorme** é verbo e predicado conjuntamente e como é uma acção ou paixão, que não transita para outro, permana em si mesma, é o que, na gramática, se chama intransitiva. A intransitividade não implica a dualidade, como implica, por exemplo, **faz,** que implica **áliquid,** pois fazer é fazer alguma coisa. Nos functores monádicos exemplificadores existe, ainda, uma relação, porque o dormir é o dormir de alguma coisa que dorme. Dêsse modo, vê-se que nunca há uma proposição genuinamente constituída de um só têrmo, o que, tomado isoladamente, ainda não postula nada. Já vimos que para haver um juízo é mister que haja a afirmação ou a negação, que a mente se disponha a julgar. Mas o que interessa aos logísticos assinalar aqui é que, nos casos de functores diádicos, o segundo têrmo positivo se impõe, sem o qual a proposição fica sem sentido, e, neste ponto, estão com a razão, pois é isto mesmo o que proclama a **dialéctica concreta.**

"O nada anonada" implica uma acção realizada pelo nada. Mas que nada? Nada é o argumento, dizem, e como tal é determinado por outro: anonador determina o nada, precisa o que faz. Mas, sintàcticamente, nada não é um nome, embora pareça tal, é apenas uma abreviatura da negação: **negação** anonada. Mas **negação** não é um nome, mas um functor. Dizer-se nada anonada nada se enuncia.

Comentando êste juízo, Bochenski diz estas palavras que endossamos: "Apelando a tais exemplos quiseram os neo-positivistas dizer que tôda a filosofia é um sem-sentido, confundindo o sintáctico com o semântico, o que não é lícito. No transcurso do tempo ficou manifesto que foram demasiado longe. Contudo, seus ataques contri-

buíram para que se tenha já clara consciência de que uma linguagem poética ùnicamente pode ser usada com muita precaução para comunicar idéias científicas, que com muita facilidade, ocultam um sem-sentido sintáctico."

São essas as razões que levam a cuidar-se do estudo da sintaxe na dialéctica, e neste ponto os logísticos têm uma contribuição positiva, que não pode nem deve ser desmerecida.

FUNCÇÕES SEMÂNTICAS

O homem transmite as suas intenções aos seus semelhantes por meio de sinais. Chamavam antigamente os escolásticos de **Logica linguae** aquela parte da Lógica que se dedicava ao estudo da língua, da **loquela**, dos vocábulos, dos têrmos orais. A locução é pròpriamente dita um meio precípuo para comunicar as nossas cogitações aos outros homens. É locução chamada de imprópria (**locutio impropria**) os gestos, por exemplo, enquanto a palavra oral (e também escrita) é a mais própria. Esta, como aquela, é constituída de sinais. Sinal é o que aponta a algo outro que êle, e serve, no homem, como meio pelo qual algo se torna, se realiza na cognição de outrem.

Que é símbolo? Como êste têrmo, entre muitos logísticos (quase todos) tornou-se sinônimo de **sinal**, vamos examiná-lo, para demonstrar que há total improcedência nessa sinonímia, que mais atende a intuitos confusionistas do que de esclarecimento.

A palavra **símbolo** vem, como todos sabem, do grego **symbolon**, que por sua vez provém do verbo **symballein**, formado de **syn** e **ballô**. **Ballô** significa atirar, lançar a (**balla**, a bola), e assim, neste sentido, os empregaram os gregos; e **syn**, quer dizer junto, ao mesmo tempo, e é representado pelo nosso **com**.

Por sua vez, o têrmo símbolo, entre os gregos, era um sinal de reconhecimento. Primitivamente, ao tomar-se um objeto, e cortando-o em dois (como uma moeda), para que servisse como sinal de amizade ou de reconhecimento, chamavam de símbolos essas partes que, reunidas (**symballô**), serviriam para reconhecer os portadores e

provar as relações da amizade anteriormente estabelecida, como se fazia em relação aos hóspedes, para que, no futuro, fôssem reconhecidos por tais sinais, etc. Dêste sentido geral, partiu para outros mais específicos, sobretudo como imagem sensível, para representar uma realidade supra-sensível, como por ex., o báculo dos reis, báculo do pastor, como pastor dos homens, o círculo como imagem sensível que aponta à realidade supra-sensível do infinito, etc. **Neste sentido foi usado por séculos e séculos pelas religiões, e por todos os homens do mundo ocidental.** Neste sentido, fala-se no simbolismo das religiões, do direito, da política, etc. Mas era preciso mostrar-se moderno. Era preciso criar uma novidade. Estamos na época do homem de negócios, criador de novidades, que lança, com novos rótulos e novas denominações, velhos conteúdos. Então surgiram os "inovadores", como o sr. Ogden, o sr Charles Sanders Peirce, o sr. Charles W. Morris, o sr. Richards, o sr. Russell e outras "sumidades" modernas, e resolveram que símbolo = sinal. São unívocos apenas. Nada de se querer que símbolo seja uma espécie de sinal. É sinal apenas, e nada mais. E **avançou-se** dêste modo um passo à frente no conhecimento. Assim a rapôsa, como símbolo da astúcia, é a mesma coisa que qualquer outro sinal, como a luz verde, no trânsito. Ora, compreendendo-se que, no símbolo, há uma participação formal com o simbolizado, o símbolo oferece uma analogia com o simbolizado, como demonstramos em "Tratado de Simbólica". Assim o entenderam as religiões. As máximas pitagóricas, que se referem a analogias não intrínsecas, mas extrínsecas, são **alegorias**, que é uma espécie de símbolo. Assim entenderam as religiões de todos os tempos, e em todos os países, em todos os ciclos culturais. Mas geniais criadores da logística resolveram acabar com isso. Símbolo = sinal, e nada mais. Não é espécie, não; não tem nenhuma diferença específica, é igual ao gênero.

Na verdade o símbolo é um intermédio entre o sinal natural e o sinal convencional.

VISÃO PROPEDÊUTICA DO QUE É SINAL

Os estudos sígnicos não foram iniciados pelos que atualmente tratam dos mesmos, pois já os gregos haviam se dedicado a êles, e os escolásticos desenvolveram obras extraordinárias sôbre o tema, totalmente desconhecidas dêsses novos colombos retardados. E faziam-no com mais proficiência e segurança, porque, munidos de melhor **mens philosophica**, e de maior disciplina mental, eram capazes de dar à matéria uma segurança que permitia a sua homogênea aplicação, e não a confusão que ora se observa em que uns, açulados por idéias confusas, acusam os outros de confusão, tornando-se o campo dos estudos sôbre os sinais, modernamente, o mesmo saco de gatos que criaram na estética, e sôbre o tema dos valôres, que deu ensanchas a tanto literato malogrado vir distilar a sua profunda ciência nesse campo, onde as mais fantásticas asserções foram feitas.

Ora, o ser humano é um ente composto de um corpo e de uma mente (estructura psíquico-somática do homem), e essa mente, como é fácil compreender, é algo que o distingue, especificamente, dos outros animais, porque o homem é um ser capaz de julgar, raciocinar, apreciar valôres, buscar os nexos das coisas, captar possibilidades de possibilidades, traçar rumos para a sua **práxis**, etc. E isso chama-se **racionalidade**. É, pois, um animal racional (alguns **irracionalistas** poderão estremecer de repugnância ante esta afirmação, e outros, que não acreditam na inteligência própria, são capazes de sorrir. Mas, sorrir senhores, não o fazem os animais. Êstes apenas fazem esgares, não são capazes de sorrir, pensem bem nisto, e, pronto, desaparecerá o sorriso).

Essa situação do homem (lamentável para alguns) leva-o a ter pensamentos, e como vive com seus semelhantes, tem de comunicá-los para que êstes o entendam. E terá que usar algum meio para fazê-lo, e êste meio é o que se chama **sinal**, o que assinala, o que aponta ao que pretende comunicar. Dêste modo, e aqui parece haver total aceitação, **sinal** é algo que aponta a **outro** que êle. Mas neste sentido, sinal estaria sendo tomado em **latíssimo senso**. E é simples, porque êsse apontar a outro que êle é uma relação que implica outro têrmo, o haver algo

que o entenda. Dêste modo, sinal é algo que aponta a outro e o torna pelo menos cognoscível a outro. O sinal está, pois, em lugar de outro, que é o assinalado, que êle aponta, indica.

Portanto, o sinal requer: a) alguma coisa significante (sinal); b) a coisa significada (assinalado); c) o nexo entre êle e a coisa significada (a espécie dêsse nexo é que estabelece a espécie de sinal, senhores logísticos); d) o sujeito cognoscente; ou seja, algo apto a compreender o que aponta o sinal, pois o que não tenha essa relação não é sinal para nada.

Dêste modo, se vê fàcilmente, que sinal teria de ser estudado no âmbito da categoria da **relação** e, portanto, sujeito a ter as propriedades que tem a relação, já que as propriedades do gênero são também propriedades da espécie.

Assim o sinal une, por meio de algo, uma coisa significada ao cognoscente.

Até quem não conheça bem as regras da divisão e da disjunção, logo perceberá que um sinal ou é dado pela natureza (sinal natural), ou é escolhido pelo homem (arbitrário). É possível ainda ser dado pela natureza e arbitràriamente ter um aspecto signalativo dado pelo homem (que é o caso do **símbolo**).

Então, temos: sinal natural arbitrário ou convencional.

Natural é o sinal instituído pela natureza, como a fumaça, que é sinal do fogo.

Arbitrário ou convencional é o estabelecido pela vontade (arbitrária) de um ser inteligente, que convenciona que signifique isto ou aquilo.

O sinal natural ou é **imagem** (no lat. **imago**, no grego **eikonos**, de onde **ícono**, empregado pelos modernos estudiosos da matéria), ou não é imagem.

É imagem quando representa outro por semelhança; quando não representa dêsse modo, não é imagem.

A imagem pode ser **instrumental** ou **formal**. O primeiro sinal é o que, mediante prévia notícia de si mesmo, representa outro que êle;

formal o que, sem prévia notícia de si mesmo, representa imediatamente outro que êle. A estátua é uma imagem, e é um sinal instrumental.

O gemido é sinal natural instrumental da dor; o sinal verde do trânsito, um sinal instrumental arbitrário. O conceito formal é um sinal formal (forma intencional), pois sem prévia notícia de si mesmo representa outro que si mesmo.

Assim a palavra é um têrmo oral, uma voz, um som ou não, articulado ou não, que significa alguma coisa. Tem uma universalidade de significação, pois aponta para um conceito. Êste, por sua vez, também sinal, tem uma universalidade de representação, pois significa a forma intencional. Até aí um nominalista, que tenha alguma firmeza mental, pode chegar. O resto vem depois, e já exige mais, como veremos.

Partindo-se dêstes conceitos simples, pode esclarecer-se outros muito comuns: **símbolo**, como vimos, é um intermediário entre o sinal natural e o convencional; o **indício (index** para alguns modernos), chamado pelos antigos **vestigium**, é um sinal instrumental.

Em suma, o sinal implica: **significação:** tende para apontar algo; **significado,** o que aponta, o que indica; um nexo (um **logos)** entre o sinal e a coisa significada, como a semelhança, etc.; um sujeito cognoscente que capte a intencionalidade do sinal. São êsses os quatro elementos imprescindíveis para que se dê um sinal pròpriamente dito, como vimos. Além das espécies de sinais, acima descritas, podemos apontar mais algumas, como as que se seguem:

Sinal manifestativo é aquêle que simplesmente manifesta existência de uma coisa, como o gemido, que testemunha a dor, e as nuvens escuras que apontam a tempestade próxima.

Sinal supositivo é aquêle que se supõe capaz de manifestar a intencionalidade, como as chaves para assinalar a cidade.

Sinal quod (signum quod) é aquêle, cujo conhecimento nos leva ao conhecimento de outra coisa, que é a carac-

terística genérica de todos os sinais. É o que se chama sinal instrumental.

Sinal quo (signum quo), também chamado sinal formal, o que leva à cognição de outra coisa já prèviamente conhecida: a forma.

A linguagem humana é formada, sobretudo, de sinais instrumentais, que apontam, por sua vez, a sinais **quo**, formais.

O sinal quer significar algo, **tende in** outro, intende, tem a intencionalidade de apontar outro. Êsse conteúdo do sinal é chamado pelos logísticos de **funcção objectiva.** Mas como são productos de uma operação psíquica do homem e trazem algo da sua esquemática têm também uma **funcção subjectica.** Assim quando o homem diz: "Aqui há trigo", objectivamente se refere ao trigo, algo da natureza e, subjectivamente o homem **pensa** sôbre o seu conteúdo. Não é, pois, de admirar que, nos sinais humanos, se encontre, além da intencionalidade objectiva, uma intencionalidade subjectiva, repleta de sentimentos, tendências volitivas, etc., do que se chama de conteúdo emocional", que se opõe ao "conteúdo objectivo".

Ora, impõe-se desde logo, na dialéctica concreta, ao examinar um juízo, distinguir, tanto quanto possível, os dois conteúdos, porque têm ambos, semânticamente, intencionalidades distintas. Assim podemos fazer uma distinção: a linguagem da filosofia e da ciência deve considerar os sinais objectivamente; já na estética, os sinais podem ser considerados em sua subjectividade intencional.

Na Filosofia, alguns autores tomam a posição de que há algo inefável (algo sôbre o qual não se pode **fabulare**), o qual, não permitindo uma assinalação objectiva, é transmitido aos outros por meio de sinais, apenas com conteúdos subjectivos, como vemos na linguagem mística, na dos intuicionistas modernos (Bergson, Jaspers, etc). A comunicação só pode ser feita através de imagens, de sinais e alguns instrumentais, que apontem aos naturais, para poderem transmitir as "vivências" irreductíveis a sinais meramente objectivos.

Outros autores tomam outra posição, oposta a esta: dizem que falar é apenas usar sinais objectivos. Sendo

assim, é impossível falar do inefável (do **in fabulare**, do que não se pode falar). A única linguagem, aí, seria a **musical**, e como esta não tem conteúdo objectivo, nada diz. Daí Witgenstein (um logístico moderno) traçar a sua máxima: "Do que não se pode falar, deve-se guardar silêncio."

Todos os sinais usados não dizem nada, porque tais sinais, por terem apenas um **conteúdo emocional**, falta-lhes a objectividade necessária.

Outra posição opõe-se à segunda, e de certo modo afirma a primeira. Para esta, o filósofo não deve limitar-se apenas aos objectos totalmente cognoscíveis. Podemos colocar, neste grupo, Nicolai Hartmann e os tomistas, que aceitam o conhecimento analógico de Deus. Para Hartmann, o irracional tem sempre um lado cognoscível, e segundo os tomistas, embora a essência de Deus seja incognoscível, pode-se-lhe atribuir, analògicamente, alguns predicados. Usando o raciocínio analógico, poder-se-ia proceder assim:

Há sempre uma proporcionalidade entre o **cognoscens** e o **cognitum**; aquêle não conhece desproporcionadamente à sua natureza de **cognoscente**. O homem conhece proporcionadamente à sua natureza finita; Deus, à sua natureza infinita. Dêste modo, o homem não diz **o que** é o inefável, mas apenas o que é expressável daquele.

Na verdade, ao lerem-se as obras dos logísticos, onde as divergências são muitas vêzes polares, não é possível estabelecer com segurança o que entendem por significar, assinalar, apontar. Contudo, apesar de tanta confusão, quando se diz **homem**, tende-se a dizer o que são os homens tomados individualmente, ou melhor, o que há formalmente em comum neles. Assim homem, em sua **extensio** (em sua extensão) abrange todos os indivíduos aos quais se atribui a humanidade (**intensio**), cujo conceito é tomado compreensivamente.

Em suma: considera-se extensistamente em homem todos os indivíduos que, formalmente, estão compreendidos na intencionalidade daquele conceito (compreensão, intensio, conotação).

Como é mais fácil obter-se a extensão que a compreensão de um conceito, não é de admirar a fortuna que o primeiro aspecto tem tido, e que os conceitos sejam mais comumente usados em sua extensão que em sua compreensão. Mas daí, como alguns logísticos querem, abandonar a compreensão, devido às suas dificuldades, é fugir ao desafio feito à inteligência humana, é um demitir-se covarde, e nada mais.

METALINGUAGEM

Surge, aqui, um ponto importante na logística. Todos os que se dedicam a êste estudo sabem o grande êxito que tem obtido o têrmo **metalinguagem** ùltimamente.

Temos a linguagem sôbre as coisas em primeiro lugar. Pode-se especular sôbre a linguagem.

A metalinguagem é a linguagem que serve para explicar outra linguagem. Se se deseja explicar em francês um texto em espanhol, o espanhol será a linguagem e o francês funccionará, aqui, como metalinguagem. A sintaxe, como é compreendida na logística e também, na dialéctica concreta, é uma metalinguagem. Há uma graduação nas metalinguagens, podendo até se estabelecer uma hierarquia entre elas.

Comentando essa doutrina, Bochenski (op. cit. pág. 108, em diante) escreve: "Esta doutrina nos leva a estabelecer uma nova regra do sentido semântico: tôda proposição, na qual se fala da mesma proposição, carece de sentido." A validez desta regra (aliás estabelecida por Wittgenstein) pode ser mostrada por um exemplo." Um exemplo para a aplicação desta regra é o famoso sofisma do cretense que mente, que desde os dias de Platão até o começo do século preocupou a todos os lógicos. Êste sofisma reza assim: "o que agora digo é falso" Do que se segue, imediatamente, uma contradição, pois se diz verdade, então diz algo falso, e se não diz verdade, o que diz é precisamente verdadeiro. A dificuldade se resolve, atendendo à nossa regra, que põe de manifesto que o sofisma não é um enunciado, mas um sem sentido semântico; nesta proposição fala-se sôbre a mesma proposição."

Ora, antes de prosseguirmos a análise da metalinguagem, analisemos o famoso raciocínio do cretense, que é falacioso, e que os logísticos dizem que só a logística permite resolvê-lo. Vamos mostrar como se pode resolvê-lo pela **dialéctica concreta**. A falácia é a seguinte:

Mendax fateri potest se esse mendacem;

atqui si hoc fatetur verum dicit;

qui vero dicit non est mendax;

ergo mendax non est mendax.

Mentiroso pode declarar-se mentiroso;

ora, se tal declara diz verdade;

quem diz verdade não é mentiroso;

logo o mentiroso não é mentiroso.

Estamos aqui numa **falácia accidentis**, porque o que se declara de uma coisa se declara **per accidens** e não **per se**. O mentiroso é mentiroso **per accidens** e não **per se**, porque a mentira é algo que acontece algumas vêzes e não sempre; portanto, um mentiroso pode dizer uma verdade. Essa falácia não foi tortura nenhuma para os grandes lógicos. Assim como esta são tôdas as falácias propostas pelos logísticos como não solúveis pelo lógica clássica. Nenhuma delas, até agora apresentada, foi de difícil solução por um regular estudante de Lógica.

Nada vemos aí que possa valorizar tanto a doutrina da metalinguagem, nem tampouco que só por ela se possa resolver essa falácia.

Bochenski diz então: "aqui temos um exemplo de uma das muitas **antinomias semânticas**, que não podem ser resolvidas apenas pela sintaxe. Viu-se, ademais, que conceitos muito importantes, como o de verdade, **designatum**, etc., ùnicamente à base da metalinguagem podem ser tratados sem cair em contradição."

Engana-se. Na sintaxe da dialéctica concreta estabelece-se que a predicação deve ser classificada; ou seja, se o predicado é gênero, espécie, diferença específica, propriedade, accidente. E é mister, ainda, subclassificar, por que há gêneros próximos e remotos, propriedades de qua-

tro espécies, accidentes de muitas espécies com suas características próprias, se a predicação é necessária, contingente, analógica, unívoca, equívoca, etc.). Em suma, uma grande variedade de providências que facilitam as distinções, porque há predicações válidas e adequadas segundo um modo de predicação, e não segundo outro. Se predicamos **per accidens** alguma coisa a alguma coisa, e essa predicação é qualitativa, sabemos que é gradativa, intensista. Se a accidentalidade é predicada na singularidade, na extensão, ou se é predicada como um accidente específico ou do gênero, e assim sucessivamente, tiram-se duas conclusões. Não vamos dar aqui as fórmulas que oferece a **dialéctica concreta**, porque nos alongaríamos demasiadamente, e delas tratamos em obra especial. Queremos apenas por ora frisar que tais argumentos podem impressionar aos que não se dedicaram os estudos lógicos, não, porém, àqueles que aos mesmos se dedicam com diuturno interêsse e devotação.

DAS ANTINOMIAS SEMÂNTICAS

Afirmam os logísticos que tais antinomias não podem ser resolvidas apenas com a sintaxe. Realmente, apenas com a sintaxe não podem, se quisermos dizer que elas só podem ser resolvidas pela sintaxe. Mas podemos afirmar que podem também ser resolvidas por ela, como o provamos em nosso "Dialéctica Concreta", e em nosso "Mathesis Megisthe", desde que a sintaxe tome um sentido, como naquelas obras mostramos.

Concluem os logísticos que "tudo o que se diga sôbre uma ciência não é possível dizê-lo com a mesma linguagem dessa ciência em questão, mas por meio de sua meta-linguagem, chamada também, neste caso, meta-ciência; a esta classe pertencem a análise do correspondente simbolismo científico, a metodologia e outras mais. São muitas já, na actualidade, as ciências que possuem a sua meta-ciência, existindo, inclusive, uma meta-lógica e uma meta-matemática." (Bochenski, op. cit. pág. 110).

DO DESIGNATUM

Na lógica, **designatum** (designado) é o têrmo ou símbolo que determina alguma coisa, abstracta ou concreta, do qual é sinal ou símbolo.

Na Logística, já não se sabe bem o que se pretende dizer com êsse têrmo. Poder-se-ia aceitar, como fazem alguns logísticos — embora outros lhe dêem sentidos até inversos — que significação refere-se à compreensão, ou conotação, ou **intensio** do conceito, e **designação** refere-se à extensão do conceito. Assim homem **designa** os sêres singulares, que são classificados por êsse têrmo, e significa animalidade e racionalidade, ou seja, animal racional, que é o que significa. (Frege, segundo informa Bochenski, emprega tais têrmos inversamente. São tais factos exemplos da precisão que tanto preconisam).

O designado por um nome se chama, então, "**designatum**" pelos logísticos, e refere-se, assim, ao extensional.

A uma classe de "**designata**" podem corresponder diferentes significações. Exemplificam com o **triângulo:** diz-se que é uma figura plana triangular, figura plana com três lados, figura cujos ângulos interiores somam a 180 graus, ou a dois ângulos rectos, etc. Todos êsses são "**designata**" do triângulo. É natural que, por nos ser difícil precisar a compreensão nítida de um conceito, sobretudo por desconhecermos o que realmente constitui a essência das coisas, já que não dispomos de um conhecimento **per se** (**absoluto**, frontal), mas apenas **per accidens**, (relativo), proporcionado à esquemática de que dispomos, que se observe a tendência de preferir o homem mais os **designata** que pròpriamente a conceituação, ou seja, dar preferência mais à **extensio** que à **intensio** dos conceitos, sobretudo no campo da ciência, por ser mais fácil alcançar a extensão que a compreensão. Não é de admirar que os lógicos menores, e os logísticos em sua totalidade, dêem preferência a uma lógica de extensão, dada a maior facilidade em alcançar os **designata** que as essências das coisas, sôbre as quais muitos não só se desinteressam, como até alguns, por nunca terem bem compreendido o que é essencia, preferem negar por um cepticismo dogmático. (Não há contradição entre os têrmos, porque há cépticos que sabem sem a menor dúvida, sem o menor temor de êrro, que não sabemos nada e que nada podemos saber).

Mas esquecem tais lógicos que só podemos designar algum ser por um **designatum**, por que tais sêres têm em comum alguma coisa; ou seja, há, em todos êles, algo que se repete. Não podemos chamar arbitràriamente de ca-

deira uma mesa e um sofá. Quando designamos esta coisa como cadeira e aquela outra e outra e muitas, é porque verificamos que tôdas elas são móveis, mobília, guarnecem alguma residência, têm assento, e encôsto, e servem para que um ser humano nelas se sente, ou são feitas, como entes culturais, como **artefacta** com essa finalidade (causa final, causa intencional, sem a qual o homem não realiza **artefacta**). É por terem tais coisas essas mesmas (repetidas) notas, que as chamamos, que as **designamos** de cadeira. Portanto, não pode haver uma lógica da extensão que não considere bem isso, sob pena de falsear o seu valor epistêmico.

Notem bem agora alguns logísticos para os juízos seguintes:

não há extensão sem compreensão.

Não se designam coisas por um mesmo **designatum** se não tiverem elas em comum alguma nota. Nenhum logístico, por mais nominalista que seja, por mais exagerado nominalista que seja, deixará de admitir essa realidade, já que êle pode arbitrar chamar esta cadeira de **CX427**, e se quiser referir-se **àquela** outra, o máximo que poderá fazer é chamá-la de CX427 — B, ou coisa parecida. Então, êle, na sua denominação, se referirá, quer queira quer não, a um **invariante** pelo menos, CX 427, e poderá acrescentar qualquer **variante** para indicar os indivíduos que êle designa por cadeira.

Até um logístico, que permaneça apenas no campo da semeiótica, e que negasse tôda semântica, teria de reconhecer que êle grafaria ou testemunharia, por um sinal material qualquer, uma coisa, e usaria um mesmo sinal material (não idêntico, porque se fôr escrito, os borrões de tinta serão outros, que estarão noutro lugar, como argumentam alguns logísticos, mas terão de reconhecer, pelo menos, que, **figurativamente**, o segundo borrão de tinta imita o primeiro e tem a intenção [no caso de pouca semelhança] de repetir o primeiro, de referir-se ao mesmo que o primeiro se refere).

Muitos talvez se admirem de usarmos palavras como as que empregamos acima, e que nos refiramos a coisas tão elementares. Não há motivo, contudo, para tal admiração, porque há, e **notáveis** logísticos, que negam qualquer

semântica aos seus sinais. Como temos de compreender em nossa crítica tôda a gama dos logísticos, que não entenderam bem o papel da Lógica, e que desejam transformá-la de **instrumento** para a **episteme** em uma cosmovisão antropológica definitiva, capaz de subalternar, em seus postulados, todo o saber epistêmico, não podemos deixar de realizar tais críticas e de tratar de temas tão curiais e tão elementares, porque é, precisamente, neste sector, onde se têm cometido os mais deploráveis erros, de conseqüências funestas na destruição de mentes jovens, que mereceriam melhor condução e estímulo para o seu espírito.

Partindo, pois, do juízo **evidente de per si** (notem bem: evidente de per si) a **extensio implica a intensio**, vê-se que não se pode classificar sem algo a que intencionalmente nos dirigimos, que é **um em muitos**, contudo, a inversa não é necessàriamente verdadeira (o que é próprio dos juízos universais afirmativos, cuja conversão só se pode realizar **per accidens**, salvo nas definições). Assim temos, como decorrência rigorosa:

alguma intensio implica a extensio

e tanto é **verdade êsse juízo lógico, que o homem é capaz de construir conceitos, constituídos êles de uma conotação, aos quais não correspondem nenhum indivíduo**: como os **entia rations** sem fundamento **in re**, os sêres meramente ficcionais, as quimeras, etc.

Se tais logísticos, em vez de se afanarem tanto em implantar trevas nas mentes dos inadvertidos, se dedicassem melhor a tais estudos, evitariam tanta confusão, fundada em inanidades, que ditadas do alto de cátedras parecem ser aos olhos dos inexpertos sábias sentenças de um profundíssimo saber. Junte-se a isso a **preferência à novidade** (que é uma disposição simpática do espírito humano nas épocas de decadência cultural a tudo quanto lhes surge como novo, em conseqüência, em parte, de um cansaço da repetição — para se compreender o motivo do êxito — fulgurante, estrepitoso, mas passageiro — de certas postulações que gozam de uma glória efêmera, e que terminam, depois, por serem sepultadas ou apenas conservadas nos museus do conhecimento, como testemunhos da teimosa persistência humana em se deixar arrastar pela

novidade). Tudo isso junto é que assegura a vitória ou a persistência transeunte de idéias tolas, que pretendem ser a quinta-essência do conhecimento humano.

Querer eliminar totalmente a significação (a semântica) é uma tentativa frustrada. E se tal tentativa malogra, não quer dizer que malogre a prática da **lógica extensista**. Esta é útil, sem dúvida, e deve ser praticada e estimulada. Ao que negamos valor é a tentativa frustrada de querer transformá-la na **única lógica possível, real** e **bem fundada.**

TEMAS DE SEMÂNTICA

Volvendo à semântica, podemos perfeitamente compreender que há **graus**, como é peculiar a todo conhecimento.

Tomemos o juízo matemático: o todo é igual à soma das suas partes. Temos aí quatro têrmos (que são os conceitos aos quais se pode reduzir êsse juízo), que são: **todo — igual — soma — parte**, além da **habitudo** do predicado ao sujeito.

Todo, do lat. **totum**, é o que, embora tenha partes, ou aspectos distinguíveis, apresenta-se, contudo, como uma unidade, e pode ser tratado sem referir-se às suas partes. As partes podem ser **integrais**, quando constituem quantitativamente o todo, e são **esssências**, quando componentes da essência de alguma coisa. Assim, a cabeça, o tronco e os membros são partes integrantes de um indivíduo humano, e a animalidade e a racionalidade são as suas partes essenciais.

Igual (de igualdade) significa a qualidade do que não apresenta, sob algum aspecto em que é tomado, nenhuma diferença. Também se emprega, não só na matemática, como em outras disciplinas, no sentido do equivalente, que é mais qualitativo.

Soma (aqui no sentido do lat. **summa**, mais abstracto, e não no sentido grego de **soma**, mais concreto, que é corpo) significa o resultado de quantidades adicionais.

Parte é o elemento constituinte de um **todo**; integrantes ou essenciais, como vimos.

Para maior precisão matemática, o juízo poderia ser enunciado assim:

O todo, tomado quantitativamente, é igual (quantitativamente) à soma (quantitativa) das suas partes (quantitativas). Verifica-se, dêsse modo, que os têrmos estão sendo tomados segundo um **logos**, o da quantidade.

Então teríamos a fórmula da dialéctica concreta: O todo, segundo um **logos** determinado, é igual à soma de suas partes, determinadas segundo o mesmo **logos**.

Segundo outros **logos** já o enunciado pode sofrer modificações. Assim um muro não é apenas a soma quantitativa do tijolo, da areia, do cimento, etc. dos seus elementos integrantes, porque o muro tem uma finalidade e uma funcção, que é distinta das partes integrantes, e a sua totalidade já inclui **partes essenciais**, que não permitem reduzi-lo à equação comum da matemática. Assim uma célula viva não é apenas a soma quantitativa de suas partes quantitativas.

Portanto, vê-se que, na linguagem ontológica, o enunciado meramente matemático está subordinado ao enunciado ontológico, que demos acima. Na linguagem matemática, temos o primeiro enunciado, na linguagem ontológica temos outros. Mas, como há subordinação do primeiro ao segundo, a linguagem ontológica já é uma linguagem que se coloca acima da primeira, é uma **meta-linguagem** da primeira. Semânticamente, temos aqui dois graus diferentes: um grau ontológico e um grau matemático.

Há totalidades que são especìficamente distintas das suas partes, que formam entidades diferentes sob outros aspectos.

Há uma linguagem sôbre as coisas que são objectos de abstracção de primeiro grau; uma linguagem sôbre a linguagem dessas coisas de abstracção de primeiro grau, que constituem o resultado de uma abstracção de segundo grau e, finalmente, uma linguagem da linguagem da linguagem, que é o producto de abstracções de terceiro grau. Há, assim, uma linguagem, uma linguagem da linguagem, e linguagem da linguagem da linguagem, etc. Tôda linguagem da linguagem é uma meta-linguagem da que lhe é subordinada.

Quando Aristóteles dizia que a justificação de uma disciplina tem de se fazer numa disciplina que lhe é subordinante, ou, em outras palavras, que qualquer demonstração final não pode ser efectuada na mesma disciplina, queria afirmar, em suma, que os postulados fundamentais de uma disciplina não podem ser demonstrados por ela mesma, mas pela que lhe é subordinante; ou seja, por aquela a quem está a primeira directamente subordinada, e assim por diante.

Os logísticos chegaram a compreender isso; contudo, por não terem bem entendido, chegaram à tolice de afirmar que só através da logística podem resolver-se problemas como o do mentiroso (Mendax), julgados por êles insolúveis pela **lógica tradicionalista**, o que nós, em outra passagem, mostramos ser surpreendemente fácil a sua solução pelos métodos mais elementares da **lógica materialis**.

É por isso que cada disciplina tem a sua **filosofia** correspondente. A filosofia da Física é aquela parte onde se estudam os fundamentos; ou seja, onde se buscam as demonstrações dos postulados físicos, dos princípios físicos. Assim se fala em uma **Filosofia da Matemática, Filosofia da Estética, Filosofia da Sociologia, Filosofia da História**, etc. É nas disciplinas, subordinantes, que se encontram os princípios que lhes dão a razão suficiente. Há assim, uma arquitetônica, ou seja uma tectônica (do grego **tekton**, que significa o artesão que trabalha a madeira, o carpinteiro, o qual constrói, daí **tekton-arkhós**, o que chefia a construção de uma casa, **arquiteto**).

Essa tectônica é feita por subordinação, até alcançar o vértice, que colima tôdas as outras. Pois bem, a disciplina que, arquitetônicamente, constitui o ápice das outras é, para nós, a Mathese suprema, a ciência dos princípios que inclui a **Ontologia**. E é simples compreender por que.

As ciências naturais dedicam-se sobretudo ao que semânticamente é apontado pelas abstracções de primeiro grau; as matemáticas, pelo que é semânticamente apontado pelas abstracções de segundo grau. Mas há, contudo, erguendo-se através dos graus semânticos, uma disciplina, que é producto de abstracções de terceiro grau, a qual inclui e subordina tôdas as outras. Como tôdas se dedicam

a objectos, que constituem a sua matéria, e que os escolásticos chamavam de **objecto material** das disciplinas (assim a Física tem como objecto as **coisas móveis**; as matemáticas em geral os esquemas da quantidade, que são os números vulgarmente considerados, a fisiologia, os sêres vivos enquanto em seu funcionar biológico etc.), elas também têm um objecto formal, porque tais entes são tomados segundo um aspecto formal. Assim a Física se interessa pelos corpos enquanto móveis, a Sociologia pelo homem enquanto ser social; a História, enquanto ser histórico; a Ética, enquanto ser moral, a Psicologia enquanto portador de um psiquismo, a biologia enquanto ser vivo etc.; a Ontologia preocupa-se do ser enquanto ser apenas, ou seja estuda a positividade enquanto positividade, a negatividade enquanto negatividade, as relações entre a positividade e a negatividade, enquanto tais, e a Mathese Suprema, os princípios. Como só pode ser objecto material de estudo uma coisa positiva ou a negação de alguma positividade considerada, tôdas as disciplinas, sejam quais forem, têm em comum um aspecto: dedicarem-se ao estudo da positividade e da negatividade de alguma positividade, porque a negação da negação é uma afirmação.

Neste caso, tôdas se dedicam:

1) à positividade;

2) à negatividade de uma positividade.

E não à

negatividade de uma negatividade pròpriamente, porque esta se reduziria à primeira.

Portanto, dedicam-se apenas àqueles dois aspectos.

Pois bem (prestem atenção, srs. logísticos e sequazes): a Ontologia não é uma ciência sem fundamentos quaisquer. Os fundamentos da Ontologia, que se acham na Mathesis Suprema, são válidos em tôdas as disciplinas. E estas estão subordinadas àquela pela simples razão de que se houvesse apenas a Física seria possível construir uma meta-linguagem desta, subindo-se nos graus semânticos, e se encontraria, inevitàvelmente, uma Ontologia, desde que considerássemos os heterogêneos factos físicos do ângulo da sua positividade e da negatividade de alguma positividade.

Quando alguns logísticos, por ignorarem tais coisas, proclamam, despectivamente, a morte da Metafísica (não esqueçam que a Ontologia é a Metafísica Geral), negam validez ao que está nas próprias coisas que afirmam ter validez. É que tais cavalheiros julgam que Metafísica é a que constroem alguns literatos e sub-literatos, que se dão ao desplante de criar entes meramente ficcionais, e depois taxarem essa actividade e seus productos de **metafísica**. Não, caros senhores, o que tôdas as mentes sãs, sólidas e cultas nestes últimos vinte cinco séculos entenderam por Metafísica (e o que é realmente e apenas Metafísica) é o que dissemos acima: uma **meta-linguagem** sintáxica, cuja semântica tem fundamentos nas coisas reais.

Considerando-se com clareza o que constituem os chamados graus semânticos, pode-se, então, resolver também muitas **antinomias** propostas, que parecem insolúveis, e que não o são, como veremos mais adiante.

O que é mister agora frisar é o seguinte: o ser humano, dadas as suas condições, tem um saber proporcionado à sua esquemática. Analisemos:

a) nós somos entes munidos de um psiquismo, que funciona, baseado numa raiz sensório-motriz (a sensibilidade), e que permite, no seu desenvolvimento evolutivo, polarizar uma esquemática afectiva e uma esquemática fundada nas intuições intelectuais, que implicam selecção de notas, classificação, etc. que revelam o entendimento, a intelectualidade humana.

b) Dadas as suas condições, o conhecimento se processa através de meios instrumentais. Não temos um conhecimento frontal e exaustivo do que as coisas são ou podem ser, mas apenas proporcionado à primeira, e qualquer desequilíbrio equacional entre acomodação e assimilação nos leva, quando a primeira excede a segunda, à imitação, e quando a segunda excede à primeira, ao símbolo. O conhecimento intelectual é equilibrado (dinâmicamente, sem dúvida), quando ambos têrmos da equação se equivalem (dinâmicamente).

c) Nessas condições, não temos um **conhecimento per se** (absoluto), mas **per accidens**, por accidente, relativo, pois só conhecemos as coisas accidentalmente, já que

nossa capacidade cognoscitiva, por ser habitual, por ser um hábito, está sujeita a graus maiores ou menores, e por ser accidental não pode alcançar uma plenitude absoluta, que caberia apenas a um ser infinito, que não conheceria por adequação de esquemas, mas por visão frontal, por fusão, por **yoga**, por **phrónesis** imediata.

d) Assim sendo, dadas essas condições, as nossas **ciências** são ciências **nossas**. Estão, por isso, condicionadas às nossas possibilidades, proporcionadas a ela. A Ontologia é, pois, uma ciência humana, sem dúvida. Não podemos daí cair num relativismo protagórico, que em suma, é cepticismo, e nada mais.

Apesar das nossas condições, podemos, graças à precisão, graças às referências que descobrimos, alcançar a juízos necessários, a juízos evidentes de **per se**, a juízos **per se nota**, quer queiram quer não alguns logísticos mal informados. Podemos, apesar de tudo, construir uma ontologia segura, e afirmar, afinal, que qualquer explicação dada em qualquer disciplina subordinada, que ofenda a um princípio ontológico, é falsa, e se alguma observação ou alguma experiência leva a formulações que contrariem os princípios ontológicos essas serão falsas, por maior convicção que tenha quem as profira.

Em nosso "Teoria Geral das Tensões", mostramos que tôdas as hipóteses e teorias científicas, apresentadas através dêstes últimos séculos, que atentaram contra os princípios ontológicos, não resistiram aos factos. Acontecimentos supervenientes vieram demonstrar a invalidade de tais hipóteses e teorias. E se algumas ainda hoje merecem os favores de muitos, e ofendem elas a tais princípios, não se perderá por esperar a fragorosa queda que terão em breve. Aqui já tangemos matéria que não cabe pròpriamente demonstrar nesta obra, o que fazemos em outra, mas serve apenas para alertar algum leitor desprevenido que pode ser atraído pelo cantos de falsas sereias, que mais é, na verdade, o crocitar de abutres ou o coaxar de rãs dos pântanos.

. . . .

Prosseguindo no estudo dos **graus semânticos**, há lugar para vários comentários, que são importantes.

Quando tomamos um têrmo semeiòticamente como **gato**, diremos que é uma palavra formada de duas sílabas **ga** e **to**, e estas de duas letras **g** e **a** e **t** e **o**. A mesma palavra, tomada semânticamente significa um animal. Assim podemos dizer:

gato, tomado semeiòticamente, significa apenas uma palavra com duas sílabas, tal e tal:

gato, semânticamente tomado, significa um animal.

Não se poderia dizer que gato tomado apenas semeiòticamente significa animal, porque é apenas uma **vox**. Tal êrro chamado pelos antigos de falsidade de **dictionis**, de onde a falácia abaixo:

As categorias foram criadas por Aristóteles.

a quantidade é uma categoria

logo, a quantidade foi criada por Aristóteles.

Ou êste.

Orador é um substantivo masculino

Cícero foi orador

logo, Cícero é um substantivo masculino.

No primeiro caso, quantidade tem dois modos de significar: o semeiótico e o semântico; também, no segundo. O segundo silogismo é um exemplo da **figura dictionis**, porque o têrmo médio tem duas acepções.

Estas coisas corriqueiras da Lógica Formal e da Lógica Maior mereceram de alguns logísticos uma especulação ridícula, devido aos têrmos sentenciosos com que foram tratadas, parecendo ser dos mais graves e mais sérios problemas. Quando se quer tomar num contexto uma palavra em um sentido não corrente, mas de certo modo com acepção distinta de a comum, costuma-se ou pôr a palavra entre aspas, ou frisá-la. Assim:

um gato é um animal: o "gato" consta de quatro letras — são verdadeiras; mas: o gato consta de quatro letras o "gato" é um animal são falsas. Estas coisas simples são consideradas com uma gravidade pelos logísticos em seus trabalhos, que tange ao ridículo.

A linguagem da Ciência é outra que a linguagem da Filosofia. Tal diferença é simples de compreender, já que a ambas pertencem duas linguagens. Mas isso não impede que se possa tratar de ambas separadamente, e também conjuntamente. A linguagem filosófica, quando bem construída, permite tratar dos factos científicos, embora a linguagem da Ciência seja menos apta para tratar da matéria filosófica. Tratamos da **filosofia** e não do **filosofismo**, falamos da filosofia positiva e concreta, fundada em conceitos com fundamento concreto-abstractos e não do filosofismo, fundado em conceitos abstracto-abstractos. A Filosofia, compreendida daquele modo, é uma metalinguagem da Ciência. Quando os metodólogos do Círculo de Viena, fundados no positivismo, e os seguidores da escola empírico-lógica estabelecem, **domàticamente**, o postulado de que para haver um conhecimento científico seguro é preciso excluir totalmente as expressões filosóficas, confundiram alhos com bugalhos, porque há expressões filosóficas que não têm fundamentos **in re**, e há as que têm.

E tudo partiu da concepção estreita da **verificabilidade**. A verificabilidade exige uma comprovação. Como posso verificar se S é P?

Os logísticos estabelecem várias. Ora, se se prestar bem a atenção, o que êles chamam de verificabilidade é o que os antigos chamavam de critério. Mudam-se os fonemas, não se mudam os conteúdos. Ouçamo-los primeiramente: Hans Reichenbach, um dos mais famosos do Círculo de Viena, ao estabelecer a verificabilidade, parte da possibilidade que tem algo de ser verificado. Parte bem, porque o conceito de verificabilidade implica o possível, já que verificável é o que é possível de ser verificado. Examinando o possível estabelece quatro: 1) **Possibilidade técnica** — Esta exige meios que permitam verificar a correspondente proposição. Assim "a temperatura do núcleo solar alcança 20 milhões de graus centigrados" não é verificável directamente. Não há, pois, verificabilidade técnica.

2) **Possibilidade física** — Esta se dá quando a proposição não contradiz as leis da natureza. Assim a proposição sôbre a temperatura do núcleo do sol não contradiz as leis da natureza, e é verificável fisicamente. Ao

contrário, a proposição "se um corpo se move com uma velocidade de 350.000 quilômetros por segundo se torna enormemente mais leve" não pode ser verificada fisicamente, já que, pelas leis físicas, nenhum corpo pode mover-se a tal velocidade. (Chamamos a atenção do leitor que estamos reproduzindo aqui, com fidelidade, as palavras usadas por tais logísticos)

3) **Possibilidade lógica** — Consiste esta na não contradição da verificação. A proposição aduzida, se não é verificável na ordem física, o é lògicamente, porque não inclui contradição de qualquer espécie.

4) **Possibilidade meta-empírica** — Hans Reichenbach escolhe esta proposição de um homem sequaz de alguma seita religiosa: "o gato é um ser divino". A verificação de tal proposição ultrapassa a empíria.

Rudolf Carnap acrescenta, ainda, o **princípio de tolerância**, que consiste em admitir que qualquer pessoa está autorizada a escolher qualquer classe de verificabilidade que queira admitir. Nas ciências naturais, só podem ser consideradas as proposições dotadas de sentido, que são as verificáveis. E essa verificabilidade é apenas a experiência sensível.

Um parentese é mister aqui. Uma vez uma criança chegou exultante aos pais para informar-lhes que havia feito uma importante descoberta. E relatou-a. Cheia de júbilo e de orgulho proclamou a extraordinária façanha, como alguma coisa que merecia o aplauso dos pais. Realmente se tratava de uma descoberta no conhecimento que a humanidade obtivera há muitos séculos, e seu descobridor teria merecido as honras da História. O pai (que pouco entendia de boa pedagogia) caiu na gargalhada, e respondeu: Ora, bolas, meu filho isso é velho e já conhecido. Já a mãe (graças a essa profunda intuição pedagógica que revela em muitos sectores maior inteligência que o homem) respondeu, afagando o filho: "Muito bem! Muito bem!" — E virando-se para o marido, replicou: "É velho, não há dúvida; mas a questão é que êle descobriu por si mesmo..."

Realmente aquela criança merecia melhor compreensão, pois, por si, e apenas por si, havia alcançado ao que a humanidade levara milênios a alcançar. A descoberta

da criança era grandiosa. E era grandiosa, porque não era de se exigir que a criança já a conhecesse, devido à ignorância natural.

Agora, o que é ridículo é certos cavalheiros que ocupam cátedras, que são incensados como personalidades que estão no ápice do conhecimento, que se julgam a última palavra da ciência, representarem o papel de colombos retardados e exclamarem "eureka! descobri uma coisa importante!" e num sector onde, elementarmente, já se trata do assunto. Por que dizemos isso? Porque entre os srs. logísticos abundam os colombos retardados. Muitas vêzes não sabem que as suas descobertas são apenas velhos conhecimentos que estão dispersos em manuais. Se os logísticos se dedicassem ao estudo da **Lógica Demonstrativa**, que é parte da **Lógica Materialis**, veriam que muitas descobertas não passam de velhas conquistas da Lógica, e muito teriam que aprender.

Não vamos aqui examinar a demonstração, que corresponde à verificabilidade, como as demonstrações **propter quid** e as **quia**, com tôdas as suas divisões e subdivisões, porque é matéria que pertence à dialéctica concreta, o de que já tratamos em outros trabalhos nossos. Mas podem-se fazer alguns reparos importantes. Quando os neo-positivistas do Círculo de Viena terminam por afirmar que o último fundamento de qualquer verificação é a experiência sensível, inflam o peito de satisfação, porque, dêste modo, para todo o sempre, julgam ter desterrado tôdas as proposições que não admitem tal verificabilidade. E se alguém, com uma seqüência de demonstrações, mostrar que as chamadas proposições metafísicas, quando bem construídas, fundam-se também na **experiência** (não apenas sensível, é lógico), então apelam para Kant, e usam o truque do filósofo de Koenigsberg: a experiência sensível também não tem valor, porque implica, aprioristicamente, as formas puras da sensibilidade, que são o tempo e o espaço, e tais não são objectos, tomados em si, de experiência sensível. E neste caso, estão a um passo do ficcionalismo, e a dois do nihilismo. A questão está apenas em não admitir nenhuma certeza, nenhuma evidência **per se nota**, e o resto é fácil de destruir. Quem não percebe que há uma intencionalidade corruptiva e destruidora no neo-positivismo é porque não quer ver nada. Êsses cavalheiros deslizam como enguias, pas-

sam pelas malhas, fogem às afirmações definitivas, para fazer apenas uma dogmática: não sabemos nada e nada sabemos em definitivo. Do agnosticismo, caem no cepticismo, e, dêste, num dogmatismo nihilista. É o fim...

A verificação consiste em examinar por meio de confrontações se alguma coisa é como deve ser (segundo o modo como é predicado).

Uma afirmação física exige uma verificação física;

uma afirmação lógica, uma verificação lógica;

uma afirmação ontológica, uma verificação ontológica;

uma afirmação ôntica, uma verificação ôntica.

Partindo do que estudamos sôbre a semeiótica, a pragmática, a semântica e a sintaxe, vimos que se há uma semântica, há uma sintaxe, mas pode haver uma sintaxe sem haver uma semântica.

Pois bem: se há onticidade (existência de alguma coisa, e a existência é sempre singular), essa coisa permite ser tratada lògicamente (ou seja, admite uma relação coerente de **logoi**), esta, por sua vez, uma conexão coerente ontológica (se fôr uma ontologia bem fundada). Dêste modo, se algo existe, corresponde-lhe a logicidade e a ontologicidade. Se, porém, partimos da logicidade, podemos afirmar que há uma ontologicidade coerente, se aquela fôr coerente, contudo não podemos afirmar ainda a onticidade (assim "Deus existe" é lògicamente verdadeiro, mas ainda não prova a verdade ôntica de Deus). Se partimos da ontologicidade não provamos ainda, se não em determinados casos, a onticidade de alguma coisa, porque o simples facto de algo ser ontològicamente coerente não é ainda certo que exista.

Ora, o que distingue a verificação da demonstração é que a primeira se dirige a um facto singular ou particular, enquanto a segunda dirige-se ao carácter geral.

Pode haver assim algo demonstrável que não se verifica. Ou melhor, a verificação é um robustecimento da demonstração.

Ter confundido uma coisa com outra é um dos graves erros dos logísticos. E ainda aqui há lugar para uma distinção. Tudo quanto é materialmente verificado implica uma demonstração, mas nem tôda demonstração implica uma verificação material.

Temos assim um juízo universal afirmativo, e a conversão não pode ser simples mas apenas por accidente. Neste caso, podemos formular:

tudo quanto é materialmente verificado implica uma demonstrabilidade;

então:

alguma demonstração implica verificação material.

Como concluir, daí, que, necessàriamente, só pode ser verdadeiro o que admita apenas verificação material. Essa conclusão não pode ser inferida assim. Ter-se-ia que reduzir a primeira proposição a um juízo exclusivo. **Só o que é materialmente verificado é possível de uma demonstração verdadeira.**

Ora, o juízo exclusivo é uma proposição composta.. As proposições compostas são claramente compostas ou ocultamente compostas. Um juízo exclusivo é uma dessas últimas. Para que um juízo exclusivo seja verdadeiro é mister que as duas proposições, em que é resolvido, sejam ambas verdadeiras. Quando os neo-positivistas do Círculo de Viena afirmam que "só a experiência sensível é garantia de verificabilidade", reduzindo-se essa proposição nas duas, que a compõem (pois é uma **propositio exponibile**), essas duas têm de ser verdadeiras. E elas são:

1) a verificabilidade pela experiência sensível é verdadeira (**vera**);

2) Nenhuma outra espécie de verificabilidade é verdadeira.

A primeira proposição, concedemos. Mas a segunda, por ser negativa, e para ser verdadeira, exige que se **demonstre** que é incompatível com a verdade da verificação qualquer outra experiência. Ora, nos juízos negativos, para se afirmar a incompatibilidade absoluta do predicado ao sujeito, é mister provar que há contradição, não só lógica como ontològica. E onde os logísticos vão encontrar

tal contradição? E depois, e isso é o "coup de théâtre" que não esperavam êles: para provar a validez de seu postulado têm de lançar mão de uma demonstração ontológica. Por esta tais senhores não esperavam. Se não o seu postulado é apenas opinativo, é apenas **doxa**, e apenas doxa não é **episteme**, não é ciência.

Os neo-positivistas quando julgam que fazem realmente ciência, nada mais fazem que opinar, opinar com veemência, está certo, mas opinar, e seus postulados têm apenas uma convicção de verdade que prova a verdade da convicção, não porém a **verdade**.

A experiência sensível não é o único critério da verdade, mas apenas da **verdade material**, da verificação se realmente alguma coisa existe materialmente.

Estabelecida ontològicamente a possibilidade de uma coisa, e esta é dada pela não incompatibilidade formal da mesma, há um longo caminho a percorrer até à afirmação de sua real existência. A possibilidade ontológica não prova senão a possibilidade ontológica. Só se alcança a certeza ôntica da sua existência, quando ontològicamente se alcança a necessidade **simpliciter**, quando ontològicamente se estabelece que tal **entitas** tem necessàriamente de existir. Só nesse caso se pode afirmar, com tôda segurança, a existência ôntica, mesmo quando não sensível.

Êsse velho êrro sensista (ou como outros chamam, **sensualista**), que o positivismo desenterrou, funda-se, como vimos, num êrro fundamental. Ademais, pela própria experiência do positivista dessa espécie, êle sabe que há muita coisa que escapa aos sentidos, e que não é passível de ser reduzida a esquemas sensíveis. Não é mister exemplificar, porque o leitor inteligente compreende fàcilmente que os números, que as relações, que os conceitos, mesmo os de 1.º grau da abstracção, não são objectos que estimulem a sensibilidade humana. Dizer-se, como chegam alguns a declarar, que só podem ser consideradas como proposições dotadas de sentido as que são verificáveis, em última instância, por uma experiência sensível", poder-se-ia admitir em pleno séc. XIX, não, porém, ante os actuais conhecimentos científicos do sec. XX, quando os estudos sôbre a sensibilidade nos mostram que há muita positividade, e que existe, o que jamais estimulará nos-

sos sentidos, nem mesmo através de seus prolongamentos, os instrumentos de precisão. É simplesmente de pasmar que ainda haja no mundo pessoas que deveriam ser possuidoras de maiores conhecimentos e que ainda julguem que o único modo de uma entidade estar no pleno exercício de si mesma só pode ser pelos modos corpóreos, capazes de estimular os nossos sentidos. A Física actualmente alcança a entidades não sensíveis, ou seja, não aptas a estimularem nossos sentidos, cuja gama de acomodação é restrita ante as possibilidades de ser que há no nosso universo. Resta-nos apenas solicitar aos que defendem tais idéias que se dediquem um pouco a estudar a Psicologia, a Noologia, a Teoria do Conhecimento, mas em obras sérias, bem fundadas, pois obteriam melhores esclarecimentos, o que evitaria enunciassem juízos exclusivos, cuja demonstração não estão aptos a fazer.

Para afirmar que qualquer proposição, que não é passível de ser verificada por uma experiência sensível, é sem sentido, é mister provar que só o que é apto a estimular os nossos sentidos tem sentido; ou seja, que nenhum outro modo de ser que não o sensível é impossível. E essa impossibilidade tem de fundar-se ontològicamente, porque não se demonstraria apenas no campo da sensibilidade, pelo simples facto de não ter captado sensìvelmente uma entidade não sensível (tal seria uma afirmação tola), e depois é mister compreender que a demonstração deve ultrapassar ao campo do demonstrado, pois o sensível não provaria a si mesmo como a única maneira de ser. Ademais é ainda tolice afirmar-se que a única espécie de experiência é a sensível. Há uma combinação de complexos numa experiência, que a tornam muito mais ampla. Temos à nossa frente um objecto quadrangular, em forma de paralelepípedo, constituído de madeira, que podemos manejar. Verificamos que é fácil abri-lo, e dêle extrair palitos de madeira que nos permitem provocar a eclosão de uma chama, com a qual acendemos o cigarro. A êsse objecto, que é um ente da cultura, que é um artefacto humano, chamamos de caixa de fósforos, e sabemos a sua utilidade. Mas de tudo isso, que sabe um cão? Um cão poderá estar em face dêsse mesmo objecto, poderia também ter dêle uma experiência sensível. E na nossa experiência da caixa de fósforo, no nosso saber que é tal, e ainda mais que é um ente de cultura, nada disso é sensìvelmente cap-

tável, mas intelectualmente captável. O ser humano não é apenas munido de uma sensibilidade, mas de uma afectividade e de uma intelectualidade, que atingem graus variados. Não é possível considerar-se que a única experiência humana é a sensível. Ademais, o ser humano do sensível extrai uma série de esquemas que vão constituir, depois, a sua acomodação às novas experiências. Êsses esquemas constituem graus semânticos por generalização (cuja extensão é maior e sua compreensão menor) do que se dá singularmente, até alcançar os mais elevados graus, como vimos.

Nenhum ser tem a experiência sensível da intencionalidade conceitual de casa, nem de número, nem de sujeito, nem de predicado, nem de gênero, nem de espécie, nem de causa, nem de efeito, mas, sim, dêste ser aqui, que é casa, dêsse número de coisas, que se dão aqui, que são numeráveis, dêste sujeito, desta proposição, e assim por diante. Não é de admirar, portanto, que o neo-positivismo (do qual eximimos Augusto Comte de qualquer responsabilidade) chegue a ponto de negar tôda semântica, e permaneça apenas no pragmático e no semeiótico, porque sempre lhe será desagradável entender os graus semânticos, com suas heterogêneas intencionalidades, como entidades não sensíveis. Por isso não trepidam em negar-lhes qualquer entidade, e até alguns chegam ao arbitrário, a afirmarem que o conteúdo intencional é apenas arbitràriamente estabelecido, e pode sê-lo com validez igual, por qualquer um, como veremos mais adiante.

A experiência humana não é apenas a sensível, a que se refere ao **phantasma**, mas a que inclui, já acomodada, a esquemática humana adquirida, habitualmente construída. É completamente distinta a experiência sensível de uma criança da de um adulto, e a dêste da de um homem de cultura inferior à de outro de cultura superior, porque em tôda experiência sensível, devido à acomodação de esquemas afectivos e intelectuais, há uma assimilação heterogênea. Mas a heterogeneidade do conteúdo da experiência não impede que se realize uma análise, capaz de estabelecer os têrmos que a compõem.

A validez de uma experiência sensível ainda depende, para êsses neo-positivistas, que seja verificada por mais de um observador, o que êles chamam a **intersubjectividade**

Fora disso, tudo é sem sentido. Mas há factos que não podem ser verificados por tantos observadores, porque se sucessivamente forem verificados, já são outros distintos que o primeiro, e já incluem modificações, que não permitirão mais, dentro dos cânones neo-positivistas, estabelecer o rigor que êles preconizam. Chegam a ponto de negar a psicologia introspectiva. É verdade que esta, por si só, não é suficiente, mas a introspecção deve acompanhar a uma extrospecção, como já a estabeleciam os escolásticos. O que, na verdade, desejam os neo-positivistas é pôr a dúvida sôbre tudo, apoiando, assim, o seu desejo negativista, pois seus cultores filiam-se, claramente, do lado da filosofia da negação.

Jamais se poderá verificar uma proposição universal por meio de uma experiência sensível. Neste caso, tôdas as proposições universais são sem sentido. E como será possível construir uma ciência sem proposições universais?

Quando se verifica que há proposições universais que jamais a experiência poderia negar, os neo-positivistas dirão que são sem sentido. Assim "o antecedente precede ao conseqüente" será verificável sempre, quer queiram quer não os neo-positivistas. É um postulado matético, cuja verificabilidade é desnecessária, porque tem necessàriamente de ser assim. Mas os neo-positivistas são forçados a não admitirem tais proposições sob pena de ruir todo o edifício negativista de sua concepção. Todos os "axiomas" são, por sua vez, vazios de sentido. Que o **effectum**, o que é feito, implica o que o faz, o **effectivum**, e uma verdade vazia de sentido. Que um ser que nunca tenha principiado a ser existiria sempre, será também para êles vazio de sentido, porque essa verificabilidade, para tais senhores, é impossível. Assim não se poderá dizer que sempre tenha havido alguma coisa, porque isso é inverificável para êles. Mas se não existiu sempre alguma coisa, houve um antes em que nada existiu. E se houve êsse antes em que nada existiu, de onde surgiria alguma coisa? De si mesmo? Então já existia. De outro? Então êsse outro já existia. Do nada? De nenhuma coisa? Como poderia de nada surgir alguma coisa? Como poderia algo vir-a-ser ente se não havia poder-ser? Tudo isso, para tais senhores, é sem-sentido. Mas é fácil dizer

que é sem-sentido, mas como provam que é sem-sentido? Pela mera afirmação que é sem-sentido. Mas tem algum sentido essa afirmação do sem-sentido? O que não tem--sentido é essa afirmação de que não tem-sentido. Será que tais senhores não sentiram que não têm sentido as suas afirmações constantes de que não há sentido? Será que não percebem que sua posição esvazia, por sua vez, a sua afirmação de não-ter sentido?

Se se diz que água é composta de matéria e forma, para os neo-positivistas não tem sentido. Mas que se entende por matéria? O de que é feito, o que constitui a estructura física de uma coisa. Será que a água não tem uma estructura física? E a forma? O pelo qual a água é água, e não outra coisa. Será que a água não tem um **pelo qual** é água e não é enxofre? Também isso não tem sentido? Será que tais filósofos queriam que se apresentasse aqui e agora a forma (ali vai a forma) e a matéria (ali está a matéria), para que tudo tivesse sentido. Como sabem que a água é água? Pelos sentidos apenas? Neste caso, qualquer animal também o saberia. Não; sabem que é água porque tal facto se adequa ao que se chama água, e quando se conhece as relações que há entre o hidrogênio e o oxigênio, em funcção das coordenadas ambientais, conhece-se melhor a água, mais perfectivamente, do que alguém que apenas tem uma experiência sensível de tal líquido.

Vejamos esta passagem de um logístico, que é uma verdadeira "maravilha" do conhecimento humano: "Mas então se vê pràticamente que de tôdas as proposições universais é deduzível uma proposição verificável sensìvelmente. Sirva de exemplo a proposição de conteúdo metafísico "o absoluto é perfeito". Se unimos tal proposição com esta outra "esta árvore floresce aqui", da união se poderá, por exemplo, deduzir que "há flores nesta árvore", e com isso nossa proposição não-científica sôbre o absoluto será verificável, e estará dotada de sentido cientificamente" (Bochenski. op. cit. pág. 121-122).

Juramos, senhores, que tal passagem está em tal obra, **ipsis litteris**. Quem duvidar que a leia. Que é isso? Perdoem-nos, mas não encontramos palavras para dizer o que é. Talvez o leitor as encontre.

A LÓGICA E A VIDA

O nexo da questão: Em conexão com o que modernamente se diz e se escreve no campo das idéias, a conclusão que imediatamente se tira é a seguinte: de um lado, há ainda remanescentes do irracionalismo, dos que negam qualquer valor à razão humana, e de outro os que a defendem, que podem tomar o nome geral, embora indevidamente, de **racionalistas**. Dizemos indevidamente, porque o racionalismo é mais uma posição filosófica, que atribui **apenas à razão a** capacidade de conhecer adequadamente, negando qualquer valor para o conhecimento culto à intuição, à afectividade, etc., tão defendidas pelos místicos e pelos estetas. A posição **intelectualista** é uma síntese das duas posições: a irracionalista, que afirma a superioridade da intuição, e a racionalista, que afirma o prevalecimento total da razão, para afirmar que a mente humana funcciona com o que de positivo oferece a intuição, que é, por sua vez, coordenado pela razão.Em suma, o verdadeiro conhecimento humano é o dado pela intuição acrisolado, purificado pela razão, que o racionaliza, ou busca os nexos racionais, que possua.

Ante essa divisão das posições, discute-se a validez da Lógica, que é a disciplina que estuda os nexos racionais, os nexos do **logos**, da razão, que **há** entre os conceitos. A Lógica é, assim, uma disciplina do pensamento humano, pois os conceitos intencionalmente apontam as **razões** das coisas. O conceito é a primeira operação da mente para a Lógica, não em sentido meramente psicológico, pois essa prioridade é considerada apenas em sentido lógico. É o elemento fundamental das operações lógicas. Quando a mente afirma ou nega de um conceito outro conceito,

por um acto de julgamento, diz-se que enuncia um **juízo**, que é a segunda operação da mente, para a Lógica. De um juízo, a mente pode inferir outro ou outros, pois quando se diz que "os homens são mortais", pode-se inferir, com rigor, que "alguns homens são mortais". Ou, então, quando compara dois juízos, a mente pode tirar uma conclusão, que é um terceiro juízo. Assim, ao comparar êstes dois juízos: 1) todos os minerais são corpos; 2) o chumbo é mineral; pode-se concluir, finalmente, que o chumbo é corpo. Essas operações chamam-se **raciocínios**. Na primeira inferência, temos um **raciocínio imediato**, por que se infere, sem usar nenhum **meio, directamente**. No segundo, temos um raciocínio que emprega dois juízos para concluir um terceiro, e usa um **meio**, é, portanto, um **raciocínio mediato**, que, em Lógica, se chama **silogismo**. Neste último, há três têrmos: **mineral — corpo — chumbo**. Mineral, como se vê, serviu de meio para comparar chumbo com corpo, e concluir que chumbo é corpo, porque chumbo é mineral e sendo o mineral corpo, o chumbo seria corpo necessàriamente.

Pois bem, a Lógica é usada sempre pela **ciência**, tomando êste têrmo em sentido clássico e geral: como conhecimento das causas das coisas. Onde há ciência, há lógica. Contudo, há os que se colocam em posição, ora a favor da Lógica, ora contra. Cumprindo a nossa finalidade, que é esclarecer, pondo os opostos em choque, num legítimo **polemós**, têrmo grego que significa luta, polarizaremos as duas teses, que se podem estabelecer em face da matéria.

A questão, pois, seria:

CORRESPONDE A LÓGICA À REALIDADE CONCRETA?

Tese: A Lógica é abstracta e não corresponde à realidade concreta.

Resposta:

Argumentos em defesa da tese:

Tese:

A Lógica dedica-se ao estudo dos conceitos, dos juízos e dos raciocínios. Mas o conceito é abstracto, e abstrac-

tas as outras operações. A realidade é concreta e singular. Trabalhando a Lógica com generalidades, universalidades, ela se afasta da realidade concreta. A singularidade é fluente, mutável, sempre outra, enquanto os conceitos são estáticos. Portanto, não corresponde ela com o seu estaticismo à realidade, que é dinâmica.

Antítese: A Lógica, embora abstracta, pode corresponder à realidade concreta.

Argumentos em defesa da antítese:

Realmente, os conceitos são abstractos. Mas a abstracção pode fundar-se na realidade. O conceito de árvore, cavalo, etc., fundam-se na realidade, e têm a intenção de dizer e de se referirem ao que é comum a tais sêres. A dinâmica da realidade não nega a validez do conceito, porque um cavalo, que corre, que come, não deixa de ser cavalo, porque corre ou come. A Lógica, pode, perfeitamente, adequar-se à dinamicidade da existência ao compreender que o cavalo é um ente que, embora sofra mutações, continua sendo cavalo, enquanto tais mutações não corrompam totalmente a sua natureza, a sua essência. Neste caso, o cavalo deixaria de ser cavalo para ser outra coisa. Mas o que deixaria de ser cavalo não é o cavalo, mas o ser que constituiria materialmente o cavalo, já que cavalo, enquanto conceito, não se toma outro que êle.

Tese:

Os conceitos são arbitrários, pois lhes são dados conteúdos diversos, como se vê, fàcilmente, nos dicionários, onde os têrmos são análogos a outros, o que dificulta a nítida compreensão.

Resposta:

Há conceitos arbitrários: não todos, porém. Há conceitos que indicam a intencionalidade da mente a indicar o que há de comum nas coisas, que são semelhantes.

Tese:

A Lógica é apenas prática, e a validez de suas regras dependerá das condições práticas. Mudada a prática, mudarão os conceitos.

Resposta:

Sim, a Lógica é prática, não apenas prática, pois tem também uma parte teórica, especulativa, que consiste no estudo das leis que regem o comportar-se dos conceitos entre si e dos juízos e raciocínios.

Tese:

As leis da Lógica são arbitrárias, porque se fundam no conteúdo que se dá aos conceitos. Mudados êstes, mudariam suas regras, e conseqüentemente as suas leis, como se tem verificado modernamente.

Resposta:

Dizer-se que as leis da Lógica são arbitrárias, seria o mesmo que dizer que são arbitrárias as leis da matemática, já que esta é uma lógica de números e valôres quantitativos. O exame cuidadoso da Lógica revela que suas leis são extraídas da realidade dos factos lógicos e não impostos a êstes.

Tese:

Muitos cientistas afirmam que há factos concretos que contradizem as leis da Lógica. Há, na natureza, contradições e estas repelem e injustificam o **princípio de não-contradição.**

Resposta:

Não é verdade que tal se dê. Por desconhecimento da Lógica alguns cientistas fizeram tais afirmativas. Nenhum exemplo digno apresentaram. Os que foram propostos não resistem à análise de um estudante primário da Lógica.

Tese:

Tanto o raciocínio mediato como o imediato são tautológicos (ou seja: do grego **tautós**, que significa **o mesmo**), dizem apenas o que já está dito, e não apresentam algo de novo.

As leis lógicas, como dissemos, são arbitrárias. Ademais, a Lógica não nos aponta novos conhecimentos. Por outro lado, a vida não segue as normas lógicas.

Resposta:

Realmente, não se pode tirar alguma coisa de onde não há coisa alguma, pois do nada nada se tira. Ademais, não poderia algo dar se não tiver, porque, então, tiraria do nada alguma coisa. É certo que não se cria do nada alguma coisa pela Lógica, nem ela pretenderia tão absurda capacidade.

Tese:

Grandes estudiosos da Lógica mostraram, em exuberância de argumentos, que os raciocínios nos podem levar a graves erros. Por esta razão, o que prevalece hoje para a ciência é a observação e a experiência, já que a Lógica nos levaria a afirmações ingênuas, como as verificadas històricamente.

Resposta:

Quando a Lógica diz que, nos juízos afirmativos, o predicado é tomado particularmente, e como conseqüência a inversão simples do juízo não tem a mesma validez, funda-se na realidade. Assim, quando dizemos que o sujeito é tal predicado, não podemos assegurar que tal predicado é tal sujeito. Podemos, contudo, assegurar que alguns, classificados em tal predicado, sejam tal sujeito. Assim todos os homens são mortais, podemos, certamente, concluir que alguns mortais são homens, não, porém, que todos os mortais o sejam. E embora tais exemplos sejam elementares, muitos famosos filósofos cometeram tais erros. Há, também, na Lógica, um esclarecimento, uma iluminação, e quem estuda tal matéria sabe muito bem que é justa a nossa afirmativa.

Tese:

Muitos filósofos afirmaram a fraqueza do silogismo.

Resposta:

Todos os filósofos que tais afirmativas fizeram não primaram por saber usá-lo bem, e revelaram desconhecer suas regras.

Tese:

O silogismo não é um processo natural do raciocinar humano, mas artificial.

Resposta:

Todos os grandes lógicos sabem disso. Normalmente, o homem infere juízos de juízos. Mas tais inferências, quando exigem um terceiro têrmo, tomam a forma silogística, embora subentendida. A vantagem do silogismo é, sobretudo, prática, pois seu uso permite raciocinar com mais segurança. É aconselhado por isso, por facilitar melhor a descoberta dos erros.

Tese:

A Lógica não nos leva à verdade. Conseqüentemente, que valor pode ter para o conhecimento humano um processo que não nos oferece solução aos problemas que surgem à mente humana?

Resposta:

A Lógica nos leva às verdades lógicas. A verdade material é comprovada por outros meios; a verdade ontológica, pelos métodos da Ontologia. Contudo, em tôdas as disciplinas, a Lógica actua como ciência auxiliar. As verdades matemáticas comprovam que a Lógica pode alcançar a verdade, dentro, naturalmente, do seu âmbito.

Síntese: — Comparando as duas posições polarizadas, é fácil verificar-se o que há de positivo e adequado nos argumentos apresentados por um lado e outro. Os que argumentam contra a Lógica, fundam-se em postulados, não adequadamente demonstrados, pois, realmente, nenhuma das afirmativas são devidamente apoiadas em em juízos rigorosos, pois se o fôssem, serviriam, afinal, para demonstrar a validez da própria Lógica. Se apenas pela Lógica o ser humano não é capaz de alcançar a verdades definitivas, tal aspecto não é deficiência dessa disciplina, porque a Lógica é uma ciência auxiliar, e não se apresenta de outro modo. Ela auxilia a encontrar juízos rigorosamente válidos, não cria, porém, a validez. Quem quisesse fazer ciência ou filosofia, valendo-se apenas da Lógica, sem considerar os dados experimentais, o que a **empíria** nos oferece, tornaria a Lógica monstruosa, e se afastaria da sua natureza de ciência auxiliar, para torná-la autônoma e auto-suficiente. Há filósofos que pensam assim, e assim pensaram alguns racionalistas e todos os idealistas. Mas os seguidores de tais doutrinas deram

um papel à Lógica que ela jamais quis ter, nem pode ter. Nenhum filósofo, profundo conhecedor de Lógica, pretendeu transformá-la num **factotum** filosófico. Sempre tais homens compreenderam os limites de seu âmbito. Um exemplo esclarecerá tudo: **Deus existe** é um juízo rigorosamente lógico, porque, lògicamente, não é possível admitir Deus não existente. O existir é um predicado necessário de Deus, porque um Deus não existente não é Deus. Mas a validez lógica de tal juízo não prova que, realmente, Deus existe. Esta prova já exige outros caminhos, que não são apenas lógicos, mas que, para segui-los, a Lógica é necessária. Dêste modo, **lògicamente** se conclui: da validez de um juízo lógico não se conclui um juízo de existência válido, salvo se o juízo lógico já contém uma validez de existência. Portanto, se vê que tais argumentos contra a Lógica acusam-na de não ter o que ela jamais pretendeu ter, como sabem os que realmente a conhecem, e acusam-na de deficiências que não pertencem à sua natureza.

Quanto à invalidade de outros argumentos, já foram postos com razões sobejamente fortes ao fazermos o paralelismo das posições.

A Lógica é, assim, prática e teórica, e suficientemente hábil, como ciência auxiliar, a proporcionar à mente humana critérios seguros de raciocínio, que se não nos oferecem verdades materiais, servem, contudo, para mostrar que não há uma verdade material quando há uma ofensa às regras da Lógica. Em suma: se a Lógica não leva por si só à verdade material, permite, porém, que se afirme a invalidade de um postulado de existência, quando êste ofenda frontalmente as suas regras.

GRAVES ERROS FILOSÓFICOS E LÓGICOS DE LOGÍSTICOS

Podemos tomar como exemplo dos malentendidos, tão peculiares aos logísticos, uma série de obras de autores atualmente considerados como seus corifeus, e glosar as passagens em que cometem gravíssimos erros, onde formulam acusações descabidas à Lógica, que chamam de tradicionalista, e onde propõem soluções, que são meras tentativas de ressuscitar velhos erros já refutados com séculos, e até milênios de antecedência.

Tomemos, para exemplificar, a obra "Symbolic Logic" de Clarence Irving Lewis and Cooper Harold Langford, da Dover Publications Inc., de New York, ed. de 1959, última edição chegada às nossas mãos.

Apresenta-se a obra como uma introdutória dos estudos logísticos e declara ter um único intento: mostrar a incompletude e a inexactidão da lógica aristotélica!

Quanto à incompletude ninguém põe qualquer objecção, porque todos os que se dedicam aos estudos lógicos sabem perfeitamente que a Lógica não foi totalmente realizada por Aristóteles, embora se lhe deva um papel sem similar. Posteriormente a êle, vieram as grandes contribuições de seus discípulos, como Teofrasto, Cálicles, etc., dos grandes alexandrinos e, sobretudo, dos grandes medievalistas e também de modernos. Quanto às inexactidões apontadas pelos logísticos, como tais, não resistem a uma análise segura. Como é comum nas faculdades de Filosofia dar-se um salto indevido de mil e oitocentos anos, de Aristóteles cair logo em Descartes, como os que seguem os modelos franceses, ou para Francis Bacon (co-

mo os ingleses), ou para Giordano Bruno (como os italianos) ou para Kant (como os alemães), interessam-se apenas pela filosofia moderna, é natural que jovens estudantes de filosofia não sejam devidamente informados do que se realizou no decorrer dêsses quinze séculos intermédios. E como é vezo de tolos e ignorantes apresentar a chamada Idade Média Ocidental como um período apenas de trevas, o que revela que se deixam arrastar por preconceitos infundados, numa atitude bem burguesa, o desreipeito e o desinterêsse por conhecer o que se realizou em tão longo período não são de admirar.

Um dos mais terríveis preconceitos que perturbam a humanidade moderna, como já tantas vêzes acentuamos, é o provocado pela falsa compreensão do **progresso**, um dos preconceitos mais afagados pelo homem de negócios, preocupado com a **moda** (a mudança accidental sobretudo), a mudança nas aparências, que dá maior interêsse e valor ao producto que oferece ao mercado. O homem de negócios pretende, e nisso se esforça, convencer o cliente de que a última **novidade** é a melhor. E como no sector da técnica houve realmente um desenvolvimento perfectivo, em muitos e evidentes aspectos, não é difícil dar à sua idéia uma certa validez, que lhe dá a aparência de irrefutável. Mas quem se debruça a estudar devidamente as realizações humanas, desde logo pode perceber que se em diversos aspectos o homem alcançou uma maior perfeição (ou seja, um melhor acabamento das possibilidades positivas, que correspondem a uma entidade segundo o seu **logos**, sua razão), noutras, porém, estacionou, como em muitas outras **regrediu** desastrosamente. Nem tudo apresenta, portanto, um grau de maior actualização de possibilidades formais e materiais, como há o que não ultrapassou o patamar atingido, como ainda há o que regrediu para perfectibilidade de grau inferior.

Mas o grave defeito dêsse preconceito consiste em dar a impressão que em tudo atingimos um grau perfectivo mais elevado, de modo que é natural, na juventude, manifestar-se até uma irreverência para as coisas do passado, consideradas **ultrapassadas**, e não só, **superadas** por equívocas realizações modernas. Daí a desconfiança e o desinterêsse pelo que constitui o grande patrimônio do saber humano, que nos legaram os nossos antepassados, o que é estimulado por professores alheios ao que já se rea-

lizou de grande e de melhor que inoculam êsse espírito, e nisso há também muita má fé e maliciosa segunda intenção, pois muitos se afanam em contribuir para a corrupção, que favoreça o advento, graças à preparação de um terreno propício, das velhas brutalidades político-sociais. Pretendem re-implantá-las no mundo moderno, e o emprêgo freqüente de certas novidades, além de inocular tal espírito, ainda o estimulam.

E o estimulam de vários modos: 1) tomando uma atitude despectiva em relação ao passado medieval; 2) usando o piadismo e o ridículo, caricaturizando o que foi feito, mistificando o que se realizou, apresentando-o com côres e aspectos falsos, que o apresentam como um absurdo primário, sem suspeitarem, nem permitirem que se suspeite, que, se assim fôsse, os antigos teriam percebido tais deficiências; 3) supervalorizando equívocos valôres da modernidade, e apresentando como "autoridades incontestes" personalidades deficientes e claudicantes que não resistiriam a uma critica bem orientada.

Mas por que tudo isso? Na verdade, há uma inteligência atrás de tudo o que se faz, pois não só campeiam ignorância e tolice. Há um intuito de destruir os alicerces da cultura ocidental, que é cristã. Ora, o cristianismo é, sem dúvida, uma concepção religiosa sincrética, se o tomarmos segundo certo aspecto. O cristianismo, já o mostramos em trabalhos nossos, reune os ápices de tôdas as grandes crenças religiosas do mundo, e é natural, portanto, que, na sua estructura cosmovisional, estejam integrados os pensamentos positivos mais altos, alcançados pelos povos e pelas culturas mais elevadas. Com êsse sincretismo estructurou-se numa nova tensão, formada pelos valôres mais altos, e como ela não é muito favorável aos anelantes de poder e de domínio sôbre os homens, porque o cristianismo, pela valorização e acentuação da personalidade humana, coloca, automàticamente, um freio aos que se julgam com o direito de explorar sob todos os aspectos os seus irmãos; como, por outro lado, ultrapassa as estreitas visões nacionalistas (fundamentalmente falsas, porque se alicerçam em conceitos sem fundamento real efectivo), e concepções racistas, que pretendem assegurar e estabelecer para a sua raça uma superioridade que julgam ter e que na realidade ela não tem; como, em su-

nia, o cristianismo contradiz muitos interêsses criados inconfessáveis, a sua presença é desagradável, opositiva e prejudicial.

Por isso muitos, com segundas intenções, afanam-se sem peias, fazendo correr tôda a moeda falsa intelectual disponível para atacá-lo em seus fundamentos. Assim, no filosofar, todos sabem que a escolástica, tendeu para a filosofia positiva (que nada tem a ver com **positivismo**), para a **filosofia da afirmação.** Seus adversários, portanto, têm de combater tôda positividade, e inocular, astuciosamente, a dúvida, fortalecer o agnosticismo e o cepticismo já postulativo, tender para a negatividade, para a **filosofia da negação.** Esta nada mais é que o resultado de uma grande decepção humana, que acomete, realmente, o homem actual. As grandes esperanças depositadas em sonhos inconsistentes, em utopias sem fundamento real, em quimeras meramente infundadas, ante o espetáculo da luta pelo poder político, êsse realismo político, que faz estremecer de horror as consciências livres, tudo isso favoreceu a má consciência do homem, assoberbada pela ascensão dos baixos valôres, pela valorização da delinqüência, pela virtualização dos valôres nobres e dignos. Ademais, o progresso, se aumentou o bem-estar humano, não resolveu, nem resolve o problema da felicidade, porque o bem estar pode-nos ser proporcionado pelas coisas, mas a felicidade só é alcançada quando a mente humana se tranqüiliza numa esperança em que ela confie, na emoção forte que vê possível afastar os obstáculos que nos impedem alcançar um valor superior. A descrença em valôres mais altos não ofertou ao homem nenhum benefício.

Está êle cansado de não-crer. Mas crer em que? Essa pergunta o angustia, porque as respostas oferecidas nada melhoram o homem. Todo êsse trabalho destructivo de positividades, êsse esvaziamento dos conceitos, essa marcha para o **não**, afasta do homem, por sua vez, a quietação de que carece o seu espírito. Aquêles que conspiram em destruir os resquícios de uma filosofia positiva, sabem aproveitar-se de tôdas essas deficiências, e as usam para derruir a edifício. Não se luta mais por edificar, mas por destruir.

E que cabe, então, àqueles que têm consciência, que sabem dos intuitos inconfessáveis dessa **grande conspira-**

ção, senão denunciá-la com vigor? Deixarmos que o homem se arraste em direcção a formas brutais de vida, partir para a valorização apenas do quantitativo, daí para o mecânico, favorecendo tôdas essas "demissões da humanidade", cuja variedade é o testemunho da indigna actuação daqueles que desejam derruir?

Sabemos que muitos daqueles que defendem tais idéias não têm como finalidade servir aos que desejam destruir. Há boa fé, sem dúvida, em muitos. Mas são os "inocentes úteis" da nossa época, como já se registrou em tôdas as outras. Mas que fazer ante tudo isso? Permanecer indiferente e calado, ou levantar a voz para apontar os indícios, mostrar os rastos de uma má consciência criminosa que nos ameaça engolfar em suas malhas? Nossa denúncia tem de ser extremamente enérgica. É preciso não fazer concessões, não transigir com o êrro. A transigência, aqui, é covardia e traição.

Há entre os logísticos homens bem intencionados, sem dúvida, mas há também rapôsas, lôbos e vermes. Aproveitam-se do que é positivo e bem intencionado em suas finalidades, não para levar avante o grande monumento da Lógica, torná-la hábil ao cientista moderno, mas, sim, em transformá-la num instrumento de destruição, invadindo terrenos onde deveria haver mais respeito, e onde a logística não é instrumento hábil para examiná-los. Que positivistas e neo-positivistas se cinjam ao terreno onde podem actuar, mas que não subam além da chinela. É mister que os que compreendem melhor tais coisas, que têm melhor e mais sólida formação humanística e cultural, unam-se para denunciar o caminho vicioso. Se rapôsas, lôbos e vermes não são recuperáveis, impeçamos, pelo menos, que proliferem à vontade. É mister que se impeça que a avalanche desvastadora prossiga infrene. Denunciar os seus erros, sem peias nem rebuços, é uma missão que cumpre a homens de boa vontade, pois boa vontade implica mente despejada de sombras e de trevas, mentes libertadas de preconceitos inconsistentes, de intenções maldosas, de intuitos indignos. Talvez muitos julguem que as nossas palavras, apresentadas nas páginas a seguir, tenham um cunho de exaltação aparentemente exagerada. Mas é de nosso dever profligar os erros, denunciá-los, dar-lhes as palavras fortes que merecem, doam a quem doer.

É preciso denunciar a tolice e a estupidez temerária audaciosa e irreverente com palavras apropriadas: à dureza da acusação maldosa a fereza da resposta dura.

É ignorância, e apenas ignorância, o que afirmam Lewis e Cooper na página 4 da obra citada. É ignorância, como o é também o que vamos glosar a seguir 1) a **logística** pretende apenas, dizem os autores, conduzir o pensamento para maior clareza e precisão. Mas acaso a Lógica bem conduzida não pretende a mesma coisa? A precisão é um grau da abstracção. A **praecisio** é uma operação pela qual se busca o conteúdo eidético noético mais seguro de um conceito. Os que gestaram tantas acepções aos têrmos, os que deram conteúdos vários e até contraditórios aos conceitos, não foram os grandes medievalistas, mas precisamente os modernos, de Descartes ou de Francis Bacon, ou de Kant para cá. Abram-se os vocabulários e dicionários de filosofia, e se verá que as inúmeras acepções foram dadas pelos modernos. Para os grandes medievalistas os têrmos tinham acepções claras, e em sua maioria unívocas. As diferenças não eram lógicas pròpriamente, mas ontológicas, mas sempre num nível que não impedia uma mútua compreensão. Que os defensores da logística dediquem-se um pouco mais a estudar o de que falam e sôbre o que não conhecem calem-se, que seria melhor, como aconselha um dos seus corifeus. Mas se estudarem, verificarão que a grande messe de ambiguidades provém daqueles filósofos que se afastaram das linhas seguras da filosofia positiva e concreta, como temos exposto em nossos trabalhos, e ainda mostraremos neste.

OS GREGOS NÃO CONHECIAM O ZERO

Todos sabem que os gregos usavam como notação gráfica dos números as letras do alfabeto, e que não possuiam **nenhuma com a intenção** de significar o zero, como temos na grafia chamada arábica, usada por nós para assinalar os números. Ora, se o número, na matemática de cálculo para os gregos, que Pitágoras chamava de **Logistikê**, é apenas um esquema da quantidade, o que nós assinalamos com zero pretende indicar a ausência de algo ao qual se possa dizer que tenha ou seja um esquema da quantidade. Pensar-se que os gregos não tivessem al-

cançado ou tivessem pensado que possa não haver qualquer quantidade disto ou daquilo, ausência de número, é uma ingenuidade pasmosa. No sistema que usavam os gregos para os seus cálculos aritméticos, não necessitavam êles de um sinal para indicar **ausência de número inteiro.** Não necessitavam, pois, de gravar essa ausência ou de indicá-la por meio de um sinal.

Nós quando dizemos que 3 x1 = 3, ou seja, se tomamos o número três apenas uma vez, teremos só 3, quando grafamos 3 x 0 = 0, tomamos 3 nenhuma vez, e teremos nada, dizemos apenas ausência da quantidade 3. Assim também o compreendiam os gregos, como o compreenderia o mais boçal dos sêres humanos. Agora dizer que não especulavam êles sôbre tal ausência, como nós no ocidente especulamos, e não transformaram o zero num elemento de cálculo, é outra coisa. Mas dizer que não podiam êles atingir, na matemática, os graus de progresso que nós conquistamos, é outra ingenuidade, porque seria não compreender a verdade sôbre os conhecimentos matemáticos dos gregos, como também se faz em relação aos egípcios, julgando-os terem alcançado apenas a um grau mínimo de conhecimento apenasmente aritmético, e outras afirmativas semelhantes, que revelam não haver suficiente sal em tais cabeças, que julgam que os constructores das pirâmides não passavam de meros empíricos. Se estudassem melhor o que realizaram os egípcios e os gregos, compreenderiam que certas realizações **implicavam**, necessàriamente, outros conhecimentos para alcançar a tais resultados. Às vêzes uma simples frase inscrita num templo é suficiente, para quem sabe reflectir, para indiciar quanta especulação superior foi necessária para alçá-la, pois para atingir tal afirmação era mister percorrer um longo caminho de pesquizas. Do contrário, teríamos de explicar tudo apenas por iluminações súbitas, o que, dito de modo absoluto, é de espantar. Deveriam tais senhores ser um pouco mais suspicazes, e compreender que homens, que haviam alcançado a um tal grau de cultura, teriam, por sua vez, sendo inteligentes como eram, de alcançar outros conhecimentos que já estavam virtualmente contidos nos primeiros.

Que para matemáticos modernos **zero** seja **número** e que sua notação parta de 0 a 9, sendo 10 uma unidade de outro grau, para os gregos o número ia de 1 a 10, mas

também 10 é uma unidade de grau superior, e por ser uma unidade de grau superior, por participar do que ultrapassa a unidade comum, podia simbolizar a unidade do **Hen Prote** para os pitagóricos, a Unidade Suprema, fonte e origem de tôdas as coisas, que é uma unidade de grau superior. Esta era também uma das maneiras simbólicas de significar o 10, a Década Sagrada, que era a soma do Um, no sentido da Unidade, do Dois, no sentido da Díada, da oposição dos contrários, do três no da relação, que os opostos analogados na unidade mantêm entre si (símbolos, um, da heterogeneidade, que é diádica, e símbolo da relação, aqui predicamental, entre os opostos, que são diádicos), e finalmente do quatro, que é o símbolo da reciprocidade, ou seja da integração dos opostos analogados na unidade. Dêste modo, a Década, que é a Suprema Unidade, o **Hen Prote**, o Um-primeiro, contém, eminentemente, o que é fundamental em tôda existência cósmica: a unidade (dos entes singulares que dêle dependem para ser), a dualidade dos opostos, da heterogeneidade das unidades em oposição, da relação que elas mantém e da interactuação, que exercem, a reciprocidade, cuja ordem, ou seja, cuja disposição, segundo um **logos** (que é unidade também), obedece e imita a Unidade Suprema, porque os entes heterogêneos são unidades, que se opõem entre entes que são unidades, cujas relações partem dêles, e quando uns actuam sôbre outros, sofrem também actuações dos outros, tudo formando uma unidade, que é o Cosmos, o todo ordenado, como o dizia Pitágoras. Compreender **Pitágoras** de outro modo é apenas ingenuidade, como o demonstramos em nosso "Pitágoras e o Tema do Número".

A LÓGICA PERMITE O PROGRESSO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Afirmar-se, como o fazem os citados autores à página 4, que a Lógica, no sentido aristotélico, não permitiria o progresso do conhecimento científico, é um preconceito que revela mais tolice que saber. Em primeiro lugar, a Lógica, desde Aristóteles, através dos séculos até hoje, foi sempre considerada um **instrumento, um organum, um Organon**. O que é da essência genérica do **instrumento** é o de servir de meio hábil para alcançar a alguma coisa. A Lógica foi assim considerada, como também o foi a Matemática sob certo aspecto. Quem desejou transformá-la num mero filosofar foram os racionalistas em parte e, sobretudo, os idealistas, seguidores de modos viciosos do filosofar, por isso combatidos pelos escolásticos em todos os tempos.

Que a logística possa servir para as pesquizas científicas, e que tenha esta intenção, eis uma das suas grandezas. Mas quando querem torná-la um modo de filosofar, como pretendem alguns sacripantas modernos, comete-se o mesmo êrro que cometeram racionalistas e idealistas, ao transformar a lógica num idealismo de sinais ou num racionalismo de sinais, desvio vicioso que ela não merece. É invertê-la.

A logística, bem considerada, é uma **lógica de sinais**, como já o mostramos, e não é mais do que isso. Não se pode esperar que ela venha a dar soluções filosóficas. Apenas poderá ajudar, contribuir para favorecer algumas pesquisas práticas.

O ideal logístico de uma terminologia precisamente eidética era o ideal dos lógicos positivos e concretos. Que

outra coisa pretenderam fazer os pitagóricos, Sócrates, Aristóteles e os grandes medievalistas? Não se procurou uma conceituação clara, distinta, precisiva, em vez de uma conceituação confusa, como se verifica no filosofar de outros povos, e também entre gregos? Não foi êsse o grande trabalho que se processou durante a chamada Idade Média? Não houve sempre uma luta incansável dos escolásticos contra a imprecisão? Leiam-se as suas obras (mas leiam-se, antes de sôbre elas falarem ao sabor das divagações) e nelas se há de verificar a luta constante contra tôdas as hipostasiações absurdas, que construíam os cientistas de então, a deformação dada aos conceitos, como se fêz com o da **causa**, que, esvaziado do seu verdadeiro sentido, terminou por ser substituído pelo de **funcção** e pelo de **factor**, na ciência moderna, porque se considerara na física, desde Galileu até os nossos dias, apenas como **causa eficiente**, o que, por seu esvaziamento, em vez de ser considerada **o que infunde realmente ser a alguma coisa o que, desde logo,** mostraria que essa infusão não é apenas a eficiente. Considerada apenas como **eficiente** provocou certas dificuldades, acrescidas ainda da incompreensão de Hume, que, fundado em más informações, julgou que causa e efeito apenas apontassem a um nexo de sucessão cronológica. Tôdas essas confusões foram combatidas pelos escolásticos, antes de surgirem Galileu e Hume, e depois foram combatidas nos que esposaram também as mesmas idéias. Leiam os defensores de tais erros a matéria, dediquem-se a estudá-la devidamente, para depois falarem. Do contrário obedeçam à máxima de um dos seus mais afagados mestres, o sr. Wittgenstein, que aconselha a calar-se sôbre o que não se sabe...

Voltando ao papel da Lógica é mister compreender que a Logística, quando devidamente compreendida, não se opõe a ela, mas é um sector daquela, como aliás compreendem os logísticos de melhor formação, que não se aliam ao **negativismo**. Não querem êles cometer a mesma ingênua tolice cometida no século passado, como a daquele cirurgião que dizia não haver encontrado a alma na ponta do seu bisturi e, **por isso**, (que grande manifestação de logicidade), ela não existe, como se inexistência de alguma coisa decorresse rigorosamente da não visão da mesma. Ou, ainda, como aquêles ateus soviéticos, que falando sôbre os vôos dos astronautas, diziam, pilherian-

do, que não encontraram Deus lá nas alturas, o que prova (que exemplo magnífico de coerência lógica!) êle não existe. Será que tais senhores não compreendem que para se **provar** a não existência de alguma coisa é mister **demonstrar** (mas demonstrar!) que essa coisa é absurda por ser impossível, e que a impossibilidade não se funda na descrença, mas numa incompatibilidade formal, numa contradição formal, em algo que simultâneamente afirme e negue o mesmo do mesmo? Para provar-se que Deus não existe é mister que se prove que é um absurdo ontológico? Mas absurdo não é qualquer coisa que nos ensurdece. Para um indígena que nada conheça de nossa civilização, poderia ser absurdo (deixá-lo-ia **surdo**, seria para êle ininteligível) que se possa falar à distância com outros por meio de um aparelho que emita, pelo ar, vibrações que reproduzam a voz, como se faz no diafragma de um alto-falante. No entanto, êsse absurdo seria apenas o que decorre do **argumentum camellumpardalis**, como o chamamos, o argumento da girafa ("Decisivamente, êsse animal não existe..." mesmo para alguns que o vêem). O conceito, que se forma de Deus, é o de um ser não-corpóreo; portanto, que não estimula nossos sentidos. Se Deus fôsse um ser corpóreo, de modo que os astronautas soviéticos pudessem vê-lo, então Deus não seria Deus, como não seria se nós, para provar a sua existência, tivéssemos de exibi-lo em cima de uma mesa para que o ateu nêle pudesse, então, crer.

E não querem ainda mais os que se dedicam ao estudo da logística, não no sentido negativista, mas afirmativo, cometer o ingênuo êrro daqueles cientistas do século passado, que julgavam o laborátorio apto a resolver todos os problemas da Filosofia e da Religião. Houve disso, sim, no século passado, e ainda neste. Quando surgiram as obras de Haeckel, de Büchner, de Moleschott, Vogt, De Binet, Le Dantec e muitos outros, tiveram elas um êxito espalhafatoso entre os inimigos do cristianismo. Até que enfim, a **ciência** do sr. Haeckel havia de uma vez por tôdas desterrado as velhas crenças. Houve muita gente que se suicidou de descrença. Houve tremendas angústias, muitos crentes vacilaram, muito jovem bem intencionado filiou-se à nova corrente, poetas saudaram os **grandes sábios**, que haviam derruído para sempre as **sombras do passado**. Muito revolucionário beócio apoiou-se em tais

obras para pregar os seus sonhos rubros. Foi uma orgia de ditirambos aos novos geniais demolidores. Mas, senhores de hoje, onde estão Haeckel, Büchner, Vogt, Moleschott, De Binet, Le Dantec? No museu? No lixo? Onde? ...

Pois também entre os mais **ilustres** logísticos observa-se a mesma orgia hoje, o mesmo desenfreado prazer, a mesma temerária segurança, a certeza (que não durará muito), que tudo agora está resolvido. Mas resolvido, como? Pela escamoteação dos problemas. Inventou-se uma forma que dispensa os problemas. Êstes eram apenas **ilusões,** sombras do homem que a nova luz vem dissipar. Agora luzem outros luminares, como o foram aquêles que pontificaram no fim do século passado e no princípio dêste. Não perderão muito por esperar...

Escamotear os problemas não é resolvê-los; negá-los, não é solucioná-los. O que êsses senhores querem é uma **solução,** que não soluciona nada, mas que lhes dá a ilusão de se terem libertado dos problemas apenas por negá-los. É ainda a aderência infantil de um esquema primário do homem, que julga que basta fechar os olhos para esconder-se... A logística é um instrumento, e não uma explicação. Não se queira dar-lhe uma possibilidade que ela não tem. Não é de sua natureza resolver, mas ajudar a resolver.

Muitos inimigos do cristianismo em nossa época aliam-se à logística porque julgam haver nela um elemento, que; bem manejado, poderá transformar-se num poder demolidor de positividades, o que os levará ao oceano vazio do nada, do negativismo, tão anelado por êles, e que será, dêste modo, a negação do cristianismo, que é positivo por essência. Mas êsse uso é vicioso. E o que anima a êsse vício é o anelo corruptivo de destruir a ordem cristã. Digam o que quiserem mas muitos dos que a defendem e querem impô-la têm apenas êsse desejo, que deve ser desde logo denunciado, e não com meias palavras. Já que êstes não se contêm em sua linguagem, que se torna até afrontosa, não iremos nós tratá-los com têrmos eufêmicos.

AS GEOMETRIAS NÃO-EUCLIDIANAS

Afirmam os autores citados acima, à pág. 4, que a Lógica **estagnou** durante séculos, até chegarem Leibnitz e Newton, que iniciaram a sua colocação em têrmos numéricos, papel que corresponde ao que Lobatschewsky e Riemann fizeram na geometria, construindo as geometrias chamadas não-euclidianas.

De modo algum houve estagnação da Lógica na Idade Média, nem durante o Renascimento e o Barroco. Tais afirmativas partem de autores que desconhecem o que se fêz em tais períodos.

Quanto às geometrias não-euclidianas deve-se fazer um esclarecimento, porque a má explicação do que são, e do que significam, tem servido mais para criar confusão em mentes desprevenidas do que para esclarecê-las.

O Pe. Sachero, que era jesuíta (1667-1733), desejava demonstrar o quinto postulado da geometria de Euclides, e quis fazê-lo pela **reductio ad absurdum**; ou seja, demonstrando que qualquer enunciado outro que o dado por Euclides levaria, inevitàvelmente, a um absurdo. Mas verificou que as deducções que fazia de seu modo postulado eram ilações coerentes entre si, e opostas às da geometria euclidiana.

Deteve-se o pe. Sachero aí, porque, graças às bases filosóficas que tinha, sabia que a coerência lógica não é sinal suficiente de verdade, e ademais os postulados não-euclidianos eram ontològicamente falsos, embora apresentassem coerência lógica.

Êste é um ponto importantíssimo, porque os idealistas e os racionalistas chegam a concluir que o que é coe-

rente lògicamente deve corresponder à realidade, o que não é aceito pela escolástica, e por razões que daremos a seguir, embora tal matéria exija trabalho especial, o que temos feito em outros livros nossos.

Êsses estudos do pe. Sachero induziram a formação de três geometrias não-euclidianas.

A primeira é a J. F. Riemann (1826-1866), que partiu da suposição de que o nosso espaço é curvo, de curvidade positiva ou convexa e uniforme, bem como admitiu um espaço pluridimensional. Decorre dessa concepção que a linha é ainda a menor distância entre dois pontos, mas não pode ser estendida infinitamente para outro extremo, pois, necessàriamente, fechar-se-ia sôbre si mesma, dada a curvatura do espaço. Neste caso, sempre a soma dos ângulos de um triângulo será maior que dois ângulos rectos, etc. Tôdas as deducções lógicas são legítimas.

A segunda forma de geometria não-euclidiana, ou anti-euclidiana, é a de N. I. Lobatschewky (1793-1856), que afirma que o nosso espaço é de curvatura negativa (côncavo, portanto), como o dorso de um jumento, e o espaço é pseudo-esférico. Também a linha recta é a menor distância entre dois pontos na superfície pseudo-esférica. Também se a linha fôr extendida fechar-se-á, e a soma dos ângulos de um triângulo será menor que a soma de dois ângulos rectos etc. Também tôdas as deducções são lògicamente rigorosas.

A terceira geometria, não pròpriamente anti, mas não-euclidiana, é a proposta por Klein, que a chamou, também, de Metageometria ou Geometria Universal, na qual a euclidiana é uma geometria especial, como também o são a riemanniana e a lobatschewkyana, classificando como geometria parabólica a de Euclides, elíptica a de Riemann, e hiperbólica a de Lobatschewky.

Realmente, tôdas essas três geometrias são coerentes. Como não conhecemos, afirmam muitos, a realidade de nosso espaço, não podemos assegurar qual delas é a verdadeira.

Mas a coerência não é sinal de verdade ontológica, e que não o é nos prova a possibilidade de estabelecer três geometrias coerentemente lógicas, e, no entanto, opostas

sob muitos aspectos. Basta que partamos de proposições fictícias, que não contenham uma contradicção formal, e nos será possível construir coerentemente uma série de deducções lógicas. Na experiência, como não há a linha recta perfeita, nem a curva, nem a convexa, nem a côncava em sua perfeição, aproximativamente pode-se verificar a validez de cada uma dessas geometrias, mas apenas **aproximadamente.**

Contudo, ontològicamente, as três não podem ser verdadeiras, porque o espaço não pode ser simultâneamente recto, nem curvo positivo, nem curvo negativo. As proposições apresentadas por essas geometrias são contraditórias formalmente entre si, porque quando uma afirma que a recta pode prolongar-se indefinidamente, outra nega; quando uma afirma que a soma dos ângulos inscritos num triângulo é igual a dois rectos, as outras negam e assim sucessivamente.

Dêsse modo, a pluridimensionalidade do espaço é ontològicamente impossível. De um ponto, só se podem traçar três perpendiculares perfeitas, e essas indicam as três dimensões do espaço, e essa é a proposição euclidiana. Se há na ordem do ser outras dimensões, é outra coisa. Mas o espaço só pode ter três. Outras dimensões já não serão mais espaciais, mas de outra ordem, devido à incompatibilidade ontológica.

Tudo isso mostra uma regra de lógica, que é preciso não esquecerem certos logísticos: nem tudo que tem coerência lógica é verdadeiro. A coerência lógica não é ainda uma garantia absoluta de verdade. Pois isso, **na Crítica,** que é uma disciplina dialéctica, os dialécticos positivos e concretos sabem que a garantia da verdade não é dada apenas pela **verdade lógica,** mas pela **verdade ontológica** e **pela verdade material** ou **ôntica,** cuja connexio nos oferece a **verdade concreta,** que é aquela que tem a seu favor todos êsses fundamentos.

Dêsse modo, aquêles que julgam que Euclides está ultrapassado, ou que Riemann inaugura a nova geometria, ou Lobastchewky ou Klein, cometem um grave êrro filosófico. Mas sabem disso? Não, não sabem, e quando o emitem o fazem do alto da sua suficiência e da sua tolice, com aquela audácia e aquêle atrevimento próprios do "que quer falar do que deveria calar" porque não sabe...

AFIRMAÇÃO SEM FUNDAMENTOS

À pág. 5, Cooper e Clarence afirmam que um dos aspectos mais eficientes da logística, que ultrapassa a **lógica tradicional**, está em que os **sinais** (que êles sempre chamam **símbolos**) não são usados **apenas** para os têrmos ou para as proposições mas, **também, para as relações entre elas.**

É verdade que admitem que, aqui e ali, em autores antigos, fizeram-se também tais usos, mas muito esporàdicamente, dão a entender. Mas fizeram, é o importante, respondemos, e não tão esporàdicamente assim como êles dizem. Basta ler as obras dos grandes tratadistas e dos grandes autores, que aplicaram em seus raciocínios o método silogístico rigoroso, como o fizeram Alexandre de Hales, Tomás de Aquino, Alberto Magno, Scot, Suarez, e seus grandes seguidores, para que tal afirmação represente apenas o que na verdade vale: uma afirmativa sem consistência.

Se quiséssemos coligir aqui exemplos poderíamos juntar vários volumes.

Essas confusões decorrem do não claro entendimento da teoria do **juízo**, que é uma proposição enunciativa na qual a mente afirma que julga verdadeira ou falsa. Mas há proposições em que não há tal composição. Uma proposição como esta: será a logística uma alavanca para o progresso científico? não é um **juízo**, porque essa proposição não é enunciativa.

Proposições como: "Peço-te que me mandes o livro que emprestei" proposições vocativas, exortativas, optativas, etc. não são **juízos**.

Os que falam sôbre a **Lógica tradicional**, o que primeiramente deveriam fazer é estudá-la. Do contrário, calem-se...

Como todos os outros logísticos, C. I. Lewis; ("A Survey of Symbolic Logic, by C. I. Lewis — Dover Publications, Inc., 1960), desde início revelam aquela auto-suficiência atrevida, que é peculiar a certos seguidores da **lógica matemática**, e que exibem total ignorância sôbre as especulações lógicas realizadas pelos chamados **lógicos tradicionalistas**, que não devem ser confundidos com alguns lógicos modernos, mas, pròpriamente, os seguidores da filosofia positiva (que não deve ser confundida com **positivismo**).

Como todos os outros, toma os rompantes de ave profética, e põe-se a sentenciar sôbre as deficiências da lógica aristotélica. Principia por afirmar que as razões da forma silogística são psicológicas, e não lógicas. Nada disso, são lógicas e psicológicas. As leis do silogismo não são criadas pelo homem, mas **achadas**. A forma silogística não é a forma natural do raciocinar humano, que é mais o **entimema**. É uma forma constituída. Mas isso sabiam todos, desde os gregos até nós. O emprêgo do silogismo exige-se para maior garantia do raciocínio, porque se torna mais fácil captar os erros, que são tão comuns, inclusive nos mais famosos filósofos. A reducção à primeira figura, aconselhada por Aristóteles, é algo prático, devido às vantagens de segurança que oferece ao raciocínio naquela figura. Nem o silogismo é uma realização meramente lógica, nem meramente psicológica. Há uma cooperação de ambos, porque não há, no homem, lógica sem psicologia.

Diz que julgar ser o silogismo o raciocínio **par excellence** é a apoteose da estupidez, e que a divisão dos têrmos do juízo é arbitrária.

Em primeiro lugar, os têrmos de um juízo são só terminos, onde termina a análise do mesmo. Todo juízo é um julgamento humano, no qual quem o profere afirma ou nega a atribuição de algo a algo. Há, assim, três elementos num juízo 1) o que se diz de 2) algo do qual se diz 3) o modo de dizer-se.

O que se diz de ou se nega de é o predicado, é o que é **prae-dicatum**, de **prae-dicere**, e o que recebe, o que ao

qual se jecta, se atira, se aplica ou não o predicado, é o que está **sub** ao **jecto**, o sujeito, e o modo de predicar é o verbo, o que une, o que liga, ou não, o predicado ao sujeito. O facto de se encontrarem 3 elementos não é uma simplificação arbitrária. É que é assim mesmo. Tais têrmos podem ser palavras ou singularidades, ou proposições, pouco importa, porque se dizemos: Estarem os homens livres dispostos a lutar pela liberdade é uma das façanhas que enobrecem a História, temos, então: "estarem os homens livres dispostos a lutarem pela liberdade" é o sujeito; e é o verbo; "uma das façanhas que enobrecem a história", o predicado. Temos aí duas proposições construindo, numa relação, um novo juízo. Aquêles logísticos, que afirmam que tal coisa era impossível na lógica aristotélica, mostram apenas que nada entendem dessa lógica. E poder-se-ia ainda construir com tôdas essas proposições, dizendo:

"Estarem os homens livres dispostos a lutar pela liberdade é uma das façanhas que enobrecem a História: é um pensamento que deveria merecer a melhor atenção dos jovens brasileiros". O silogismo é uma operação intelectual, mas à qual ainda se acrescenta uma especulação demorada. Não é um modo natural de raciocinar, já o dissemos, mas também não é mero artificialismo, como alguns lógicos modernos chegaram a afirmar. É o resultado de uma especulação em tôrno do raciocínio e da logicidade semântica dos sinais, que o homem usa em funcção de suas operações psicológicas, pois um ser super-inteligente, de inteligência não discursiva, não necessitaria de usar nem entimemas, nem silogismos, para alcançar o conhecimento ou seja, as conseqüências dos dados oferecidos prèviamente.

COLHEITA DE TOLICES DE LOGÍSTICOS MODERNOS

Das págs. 53 em diante, Clarence and Cooper afanam-se em especiosos argumentos para demonstrar que o paralelogramo das proposições, na Lógica, não tem validez em certos aspectos, como o pode demonstrar a Logística. Assim, entre a universal afirmativa e a particular negativa, nem sempre há, necessàriamente, contradição, nem tampouco a regra de que entre a universal afirmativa e a universal negativa ambas podem ser falsas, mas ambas não podem ser verdadeiras e se uma fôr verdadeira, a outra será necessàriamente falsa. E como argumenta? Vale a pena ler estas páginas capciosas, mas por decôro aos estudos lógicos não vamos reproduzir tudo, senão algumas **pérolas** dêsse extraordinário exame que fazem.

Todo x é y — Nenhum x é y

x -y = 0 (zero) — x y = 0 (zero)

xy não igual a 0 (zero) — (y -y não igual a 0 (zero)

Tomando-se o caso que x e y representem classes sem nenhum indivíduo, classes vazias, zero, então A O e E I serão ambas verdadeiras e as relações entre contrárias, subcontrárias e subalternas vão-se pelos ares. Também A e E serão verdadeiras,

Assim temos Todo mir é pir (mir e pir são classes vazias, zero) Nenhum mir é pir (ambas são verdadeiras) e I e O) alguns mir são pir, e alguns mir não são, são falsas).

Então temos: Mir é uma classe sem entidades, pir é uma classe sem entidades. "Predicamos de uma classe sem entidades nenhuma entidade predicada", sem dúvida.

"Nenhuma classe sem entidades pode receber nenhuma classe de entidades como predicação", sem dúvida. Alguma classe sem entidades não pode receber como predicação alguma classe sem entidades. E agora? Estamos na oposição contraditória A O. Vejamos a outra: alguma classe sem nenhuma entidade pode receber como predicação uma classe sem entidades. Como pode se não é, como pode receber o que não é? Isso tudo parece brincadeira, contudo não é. Está nessas páginas. Mas o que se deveria explicar é o que segue.

A Lógica, por si só, não pode estabelecer uma realidade. A Lógica é um instrumento, e nada mais. Ela não é de per si suficiente para alcançar a verdade material (ôntica). Mas há nela leis, leis que decorrem da análise dos próprios juízos, que constituem as da Lógica, que não são arbitrárias, e que um aluno, por si só, desde que examine bem os conceitos, os juízos e os raciocínios, pode alcançá-las por si mesmo, porque são imanentes ao próprio **logos** das operações. É possível fazer com que um aluno de lógica ache por si as leis da Lógica, propondo-lhe problemas de tal modo que acabe por iluminar-se, e descobrir essas leis. Ora, se tomamos um conceito (ou uma classe, como o preferem os logísticos) tôda predicação, ou seja, atribuição que se faça de outra classe à primeira, a realidade dessa atribuição será proporcionada à realidade da primeira classe. Se a primeira não existe, não há, não se dá, qualquer atribuição de classe que se lhe faça não existe, não há, não se dá. Se a classe, que tem o papel de sujeito na proposição da lógica **tradicionalista**, não existe, não é, não há, não se dá, é zero tôda predicação que se lhe faça, afirmativa ou negativamente, não existe, não é, não há, não se dá, e tanto equivale afirmar a predicação da classe, como negar-lhe, o que é a mesma coisa. Essa a razão por que seriam equivalentes A e E, verdadeiros não, mas apenas equivalentes por ausência de predicação, por ausência do sujeito classe para receber a predicação. O resto é fácil de entender, e tudo o mais que os srs. Cooper e Clarence escreveram podia ser poupado, porque nada acrescenta, nada contribui para esclarecimento da Lógica, mas apenas serve para embaucar tolos, que julgam que tudo isso é a quinta-essência da sabedoria humana, quando não passa de irrisão, de mera, trágica e medíocre irrisão.

E no final, com a ênfase de quem em estado de glória julga ter pilhado a verdade, exclamam: "a tradicional doutrina deve ser abandonada, ante esta descoberta da logística! ..."

Bemaventurados os ... Quanto a êstes autores, basta isto. Vejamos, agora, outras **autoridades na matéria.**

É impressionante a invasão que se realiza, não só nas faculdades de filosofia, como junto a muitos intelectuais, de certas idéias modernas inconsistentes, contribuições dos **filhos naturais** do pensamento kantiano, pragmatistas, positivistas, neo-positivistas, nihilistas, ficcionalistas, existencialistas confusos, satanistas, etc., que não só apresentam, ou melhor, reapresentam velhos erros do filosofar, com algumas velhas conquistas do pensamento, como se fôssem a última novidade, padecendo contudo, do vício de substituirem as caricaturas que fazem do pensamento do passado, dando-as como superações, o que na verdade não são, já que seus verdadeiros autores são outros. Se apenas fôsse assim, nada haveria de mal. Mas o que irrita, o que move até à ira, é a caricaturização do que realizaram de maior os nossos antepassados e, sobretudo, a substituição do que havia de seguro por uma moeda falsa da pior espécie. Para os que não se debruçaram no estudo do que já foi realizado, tais monstruosidades são recebidas como imensas e valiosas contribuições ao pensamento humano. É preciso, portanto, denunciar, e denunciar sem dó nem piedade, homens como Ryle, Bradley Wolheim, Frege, Wittgenstein, Pears, Moore, Paul, Ayer, Strawson, Russell, Warnock, Schlick, Cassirer, Carnap, Feigl, Kraft, Hanhn, Menger, Godel, Neurath, Waissmann, Popper, e seus seguidores, o que fizeram e o que fazem, em prejuízo do pensamento. Para muitos são oráculos de uma revolução do pensamento humano, novos desbravadores da filosofia, profetas de uma superação do passado (ah! com que irreverência tratam dos antigos!), audaciosos descobridores de novos mundos e novos cosmos, marcos do amanhã, gigantes do pensamento ...

Êsses nomes passam a brilhar em letras de fogo no pórtico do Templo da Sabedoria Moderna, cobrindo com a sua sombra o que foi feito no passado! ...

Tudo isso não seria nada de preocupar se apenas fôsse um pequeno grupo de intelectuais que se arregimen-

tasse em tôrno dessas "supremas" autoridades do pensamento moderno. Mas o perigo é a ameaça de tornar-se legião, e muitos desprecavidos são apanhados em suas armadilhas. Impõe-se denunciá-los, apontando-lhes as fraquezas, as falsidades, a arrogância, a pretensão e, sobretudo, as incongruências, inconseqüências, falsidades, erros, mentiras, infâmias, cavilações, sofismas.

ALGUMAS NOVAS "PÉROLAS"

Diz Ryle em sua **Introdução** ao livro "Uma revolución em la Filosofia", editado por Revista de Ocidente, da Espanha, à pág. 6, que Wittgenstein, em seu "Tractatus", nos demonstrou que a Lógica "antiga" não nos informa nada sôbre o mundo.

Mas acaso o papel da Lógica é êsse? Objecto da Lógica é o **ens rationis**, o ente de razão, que é o seu objecto material e formal também. À Lógica cabe estudar **nexos lógicos**, os **logoi**, e não aclarar a realidade. Ela é um instrumento e nada mais. Como conseqüência dêsse raciocínio, conclui que a Filosofia também nada nos aclara, porque se funda na Lógica. Mas a Lógica é um instrumento e não a Filosofia. Reduzir a Filosofia à Lógica seria o mesmo que reduzir a pintura a pincéis, tintas, telas, etc.

À pág. 8 diz: "O verbo "é" em **Sócrates é homem** não tem primazia sôbre os outros verbos. A Lógica deve estudar as múltiplas variações da forma lógica, não aplainar as diferenças." Quem lê isso, pensa que é assim. Não é, porém. Duns Scot há seiscentos anos atrás in "**Operis secundi Perihermeneias**" qu. 6,n.13 (tom. 1,595) diz: **Bene distinguendam est inter Grammaticam et Logicam, compositionem et constructionem Grammaticalem et Logicam: Quando est praedicatur per se, compositio, quae est modus significandi verbalis, est modus uniendi** (o que se chamou, depois, cópula) **praedicatum cum subiecto; sed non est principium significandi verum et falsum... De ista compositione nihil ad logicam, sed ad Grammaticam pertinet...**" Não vamos reproduzir o resto que seria bem interessante, e esclarece o tema. A Lógica, como a enten-

diam os filósofos positivos e concretos de todos os tempos, não reduz a forma do juízo apenas ao est. Êste indica apenas uma positividade afirmada ou negada. Não se deve confundir a Gramática com a Lógica, como o fazem muitos modernos, pensando que os antigos assim confundissem. Muito antes de Kant e dos fantasmas kantianos modernos já se havia estudado isso, e com maior exacção. Os que desejarem aprender alguma coisa sôbre êsse tema, procurem as obras respectivas, e deixem de fazer afirmações infundadas. Uma coisa é preciso nunca esquecer: A Lógica não é apenas a Lógica Formal e muito menos é apenas aquela que há nos manuais. Há milhares de obras e monografias seriíssimas sôbre a matéria.

Lembrem-se: **Wovon man nicht reden kann, darüber muss man schweigen**" (do que não se pode falar, melhor calar-se) foi o conselho de **Wittgenstein**. Se êsses cavalheiros não podem falar de Lógica, da verdadeira Lógica, é melhor que se calem, em vez de andarem inventando fantasmas . . .

"LOGÍSTICA NUMEROSA" E "LOGÍSTICA SPECIOSA"

Como muitos hoje em dia desconhecem os grandes trabalhos dialécticos, realizados pelos jesuítas durante os séculos **XVI** e **XVII**, bem como os estudos glotológicos, guiados pelo seu ideal clássico, convém que façamos alguns reparos e notas. Em face da imprensa, após Gutenberg, e a inevitabilidade de livros serem publicados em língua profana, sem aquela sedimentação e rigor semântico do grego e do latim, já que as línguas vivas estão sujeitas às incorporações heterogêneas semânticas, com o intuito de que os livros permanecessem válidos e inteligíveis através dos anos, de modo que a comunicação dos antigos permanecesse inalterada para os vindouros, os jesuítas se preocuparam, afanosamente, pelo estudo da glotologia e, também, da lógica, sobretudo da **lógica materialis**. Desde a Idade Média que se estudava a Logística, que era, então, dividida em suas espécies: a **logística numerosa**, na qual as incógnitas eram apresentadas por sinais, e a **logística speciosa**, tôda reduzida a sinais.

Houve trabalhos excepcionais nessa matéria que são **totalmente desconhecidos pelos que se chamam hoje lo-**

gísticos. Se êstes se dedicassem em buscar essas obras, e lê-las, evitariam não só os erros que cometem, como também apresentarem-se como descobridores da pólvora.

Êsses **colombos retardados** deveriam ler Luciano, Plutarco, e, sobretudo, Apolônio Dyscolos (em seu famoso **Peri Syntaxeôs**), para verem e conhecerem o que já havia sido realizado pelos gregos.

Se se dedicarem ao estudo dos grandes dialécticos do período áureo de Coimbra e Salamanca, também verão quanto se realizou de positivo neste sector.

Robert Bruce Lindsay e Henri Margenau, em sua obra "**Foundations of Physics**", no 10.º capítulo, intitulado "**Problem of Causality**", às págs. 516 a 528 da edição americana, esforçando-se por examinarem o problema da causa, concluem: "O princípio de causalidade é, pois, válido se fôr possível ao cientista, na base das leis conhecidas, reconstruir o passado e projectar o futuro, quando o actual estado do mundo, ou parte dêle, fôr completamente conhecido" (pág. 519).

Esta é uma das perfeitas calinadas que se conhecem. Por que tais cavalheiros não se dedicam a estudar melhor a matéria que desconhecem. Mas, a verdade é que afirmações como estas impressionam os que não entendem do assunto, e parecem sentenças definitivas do saber humano, já que tais autores, segundo nos consta, são "consagrados" e considerados como "autoridades" da filosofia moderna!

OUTRAS PÉROLAS

Um logístico, para mostrar como a Lógica aristotélica era falha, apresentou êste **juízo**, cuja espécie Aristóteles não considerou:

"Esta montanha ou é Etna ou é Vesúvio", e cheio de glória exclamou: Aristóteles nunca examinou um tipo de juízo como êsse. A resposta é simples: Aristóteles sabia muito bem a distinção entre juízo e proposição. A oração proposta não é um **juízo**, mas uma proposição apenas. Um juízo é uma operação do espírito (ou mente) pela qual êste compõe e divide, afirmando ou negando. Ora,

na proposição citada, a predicação é apenas possível. Não há nem composição nem divisão, apenas se afirma a possibilidade de uma ou outra predicação. A mente ainda não julgou, apenas enunciou possibilidades. Por isso, por não ser um juízo, não poderia Aristóteles tratar dêle, quando trata dos juízos. Ësse logístico deveria primeiramente estudar a **teoria do juízo** na Lógica, e então, depois, não se pavonearia ao apresentar tal proposição como um exemplo de deficiência de Aristóteles, quando, na verdade, é do seu crítico.

. . . .

Outro logístico, cujo nome também não merece ser citado, afirmou que a logística havia de uma vez por tôdas desterrado o conceito de ser. Assim, o esquema do juízo clássico: S é P não tem mais sentido. É confusão apenas. Aristóteles diz que ser é o que a coisa é. Dêste modo, quando se diz que S é P diz-se que P é o que é a coisa S. Como a realidade do predicado é proporcionada à realidade do sujeito, porque diz-se que P é o que a coisa S é, a realidade de P é proporcionada à realidade de S, não podendo P ter mais realidade que S, porque se diz de S o que S é, o que se dá em S. Assim, o que se diz da classe **a** que é **y** tem a mesma e não maior realidade que tiver **a**, e quando se diz que a classe **a** é a classe **p**, diz-se que a classe **p** é o que a classe a é, ou nela se dá, ou nela acontece.

Ser não é tema de especulação logística nem lógica, mas ontológica. O âmbito da logística como o da lógica, não o alcança em sua plenitude, pois pertence ao âmbito da Ontologia. Aqui, ainda, mais uma vez, lembrem-se: "do que não se sabe é melhor calar . . . " Senhores logísticos, ouçam o vosso **grande mestre**, Wittgenstein!

. . . .

Quando afirmamos a inequívoca ignorância dos logísticos sôbre o que se realizou no passado no campo da Lógica, não queremos nos referir a alguns menores cultores dessa disciplina. Não há logístico que não conheça e não considere autoridade nesse campo a Rudolf Carnap. Pois bem, êste autor, em seu "**Introduction to Symbolic Logic**

and its applications" (Ed. Dover Publications Inc. 1958), diz à pág. 5: "Devemos agora distinguir claramente entre **sinais e o que é designado.** O não se ter observado essa distinção ocasionou no passado muita confusão na Lógica e, sobretudo, na Filosofia".

Mas quem não distinguiu? Conhece acaso Carnap o que realizaram na Lógica os grandes escolásticos? Se conhece, por que diz tal coisa? Se conhece, é desonesto; se não conhece, procurasse antes conhecer para depois sentenciar. Por que não procurou primeiro informar-se? Ou ignorância, ou desonestidade, podem escolher.

. . . .

SÔBRE A AXIOMÁTICA

Do verbo **axiou**, que significa reconhecer uma positividade, provém **axioma**, que indica o conteúdo dessa operação, e que significava para os gregos o enunciado que servia de princípio (**arkhê**) para outros enunciados, que são deduzidos daquele. Um sistema de **axiomas** é constituído, portanto, em primeiro lugar, daqueles princípios e, em segundo lugar, dos enunciados deduzidos rigorosamente dos primeiros, como vemos, exemplificadamente, no sistema de Euclides etc.

Os axiomas , na Metodologia constituem um sistema de **sinais.** A justificação dos axiomas cabe à Ontologia, e não à Lógica.

Distingue-se o axioma das regras. Estas não são leis como aquêles, mas apenas normas do proceder lógico.

Os logísticos partem para a fundamentação de um sistema de axiomas, de postulados escolhidos, que são incorporados ao sistema, sem necessidade de demonstração. Segundo as regras estabelecidas, procedem-se, então, as deducções.

Contudo, se considerarmos a divisão entre semeiótico, pragmático, semântico e sintáctico, podemos conceber uma axiomática para cada esfera.

Alguns modernos constroem sistemas axiomáticos, que não se fundam em axiomas, mas apenas em regras.

Contudo, aceitam um conjunto de condições **sine qua non**. Assim, é mister que o sistema axiomático esteja **livre de contradição**, o que é um incondicional. Exige mais, que seja **impossível a contradição**, o que é um fundamentar-se nas mesmas leis ontológicas em que se fundamentava a lógica aristotélica. Outra exigência é a formulação rigorosa.

Na verdade, apesar das dezenas de sistemas lógicos modernos, todos, sem excepção, quando trabalham com sinais de sentido eidético, servem-se, inevitàvelmente, da lógica clássica. Na própria lógica trivalente de Lukasiewsky, embora não admita o **tertium non datur**, vê-se forçado a admitir que, no sistema metalinguístico, a todo enunciado corresponde um determinado valor ou-não, e não se dá uma terceira possibilidade. Inclusive nos sistemas que não admitem o princípio de não-contradição, os seus defensores afanam-se em mostrar e demonstrar que não há contradição.

O cepticismo não pertence à Lógica, mas ao filosofar. Quando lógicos, não suficientemente bem fundados, começam a fazer filosofia (o que não deveriam fazer para bem da filosofia), caem no cepticismo. A ciência jamais é céptica. O cepticismo é apenas um accidente e não é da sua essência. Quanto à axiomática, mostramos em nosso "Diálectica Concreta" como se deve compreendê-la, e como pode ser ela aplicada à Lógica.

SÔBRE A VALIDEZ DO SILOGISMO

Nas págs. 4 e 6, do seu livro citado, Clarence e Cooper, falando da validez do silogismo para a Lógica, afirmam que, para a lógica tradicional, sòmente a **forma** do silogismo (seus modos e figura) deve ser considerada para determinar a sua validez, usada freqüentemente pelas letras A, B, C ou S. M e P, como têrmos das proposições, que compõem o silogismo. Freqüentemente, continuam afirmando, foi reconhecido que, no argumento hipotético, a validez não depende da particularidade ou conteúdo dos **statements** conexionado pelo "Se — então"). Essa recognição foi exibida através do argumento cuja forma é

Se A, então B

Ora, A é verdadeiro

Logo, B é verdadeiro.

Ora, estudando essa fórmula L. M. Bochensky, em seu "Os Métodos actuais do Pensamento", que é uma exposição das doutrinas logísticas, consideradas por muitos seguidores, como uma clara, verdadeira e eficiente exposição, em sua ed. espanhola, à pág. 138 em diante, ao comentar as formas fundamentais da conclusão, termina por justificar a distinção entre lei e **regra**, que, além da importância teórica que oferece, apresenta ainda, segundo demonstrou Lukasiewicz, a vantagem de permitir todos os processos de conclusão nas duas classes seguintes: deducção e reducção. Considera, então, o autor que essa divisão será o marco de ulterior exposição dos modernos métodos do pensamento, o que iremos, posteriormente examinar.

Diz êle; supõe-se que em tôda demonstração as premissas podem transformar-se, de forma que uma delas possa ser um enunciado condicional da forma "se A, também B (ou então B)", e a outra pode ser conclusão do enunciado. De facto, assim ocorre; a lógica matemática (a logística) permite sempre essa transformação.

Ambos os casos são representados assim:

1) Se A, também B,
É assim que A.
Logo, B.

2) Se A, também B,
É assim que B,
Logo, A.

Lukasiewicz chama "deducção" e "reducção" ao processo de concluir, segundo o primeiro e o segundo esquema, respectivamente. A regra empregada é o **modus ponendo ponens**, que não oferece dificuldade alguma. E prossegue: cabe, em compensação, suspeitar da regra usada na reducção, já que concluir a premissa maior, partindo da conseqüência de uma condicional é um processo não válido na Lógica. Mas essa regra é usada comumente na ciência. Mas Lukasiewicz demonstrou que a inducção não é mais que um caso da reducção. E então dá (preste bem a atenção o leitor a essa maravilha) êste exemplo:

comprovou-se que três pedaços de fósforos a, **b**, c ardem aos 60.°; daí induzimos que o fósforo se inflama a 60.°. O esquema conclusivo dêste processo conclusivo é o seguinte:

se todos os pedaços de fósforo ardem aos 60.°, também arderão êstes três, a, b, c;

é assim que a, b, c ardem aos 60.°, logo todos os pedaços de fósforo ardem aos 60.°.

Tal processo é uma reducção, porque se induz a maior do enunciado condicional, partindo do conseqüente. São usadas, diz o autor, tais inducções, não só nas ciências da cultura, do espírito. Sim, mas por quem? Por aquêles que pouco conhecem lógica.

Examinemos esta parte e depois examinaremos a primeira afirmação de Clarence e Cooper.

Façamos outro exemplo:

se todos os indivíduos humanos são médicos, também o são êstes três indivíduos humanos, Pedro, Paulo, José;

ora, Pedro Paulo e José são médicos; logo todos os indivíduos humanos são médicos.

E está certo? Claramente que não. Essa **fabulosa** reducção do grande mestre Lukasiewcz não tem procedência. E então como resolveria a **ultrapassada lógica tradicional**, através da análise que cabe à Crítica ou Lógica Maior, que é pròpriamente a Dialéctica, que é a lógica aplicada? Do seguinte modo. O fósforo é um elemento químico, tensionalmente homogêneo, é uma unidade de simplicidade, porque cada pedaço de fósforo, maior ou menor, é fósforo. Mas Pedro, Paulo e José são de outra natureza. Dada a homogeneidade, a unidade de simplicidade do fósforo, a propriedade verificada num pedaço de fósforo, enquanto fósforo, é a mesma num pedaço maior e nos pedaços que acaso se venham a separar de um pedaço maior. Dêste modo, a conclusão é coerente e verdadeira na lógica, não pelo método reductivo do sr. Lukasiewcz, mas pelo método da coerência dialéctica da Lógica Maior, que os logísticos desconhecem. A fórmula de grande autor citado não procede, porque não assegura em todos os casos uma conclusão verdadeira. O exemplo, que nos deu, é **materialmente** verdadeiro pelas razões que apontamos, segundo a Dialéctica Concreta, não, porém **formalmente** verdadeiro segundo a Lógica Menor.

E serve êste exemplo para responder ao que Cooper e Clarence disseram antes. A **forma** do silogismo, para a lógica tradicional, não decorre de seus modos e figuras. O silogismo é composto no mínimo de três juízos, que são: a maior, a menor e a conclusão. Por sua vez tem apenas três têrmos, e não mais: o têrmo maior, que é o predicado da conclusão, o têrmo menor, que é o sujeito da conclusão, e o têrmo médio, que entra nas premissas e não entra na conclusão (Kant fêz silogismos em que o termo médio entra na conclusão, e tirou conseqüências que serviram, depois, de ponto de partida para suas doutrinas. Êrro crassissimo, mas que teve tremendas conqüências e fêz bastantes estragos no pensamento moder-

no, como o mostramos em nosso "As Três Críticas de Kant").

A **figura** do silogismo, que os gregos chamavam **skhema** (esquema) é dada pela colocação do termo médio Assim, temos a 1.ª figura em que o têrmo médio é sujeito na maior e predicado na menor; na segunda figura, o têrmo médio é predicado, tanto na maior como na menor; na terceira figura, é êle sujeito, tanto numa como noutra, etc.

Modos são as disposições das premissas, segundo a quantidade e a qualidade, aptas a alcançar, a obter conclusões. Por isso, cada figura tem um determinado número de modos válidos, que são 4 para a 1.ª etc.

Forma do silogismo é dada pelo **verbo.** O predicado e o sujeito são elementos materiais da proposição. O elemento formal é o verbo, porque é êste que dá a forma à proposição. Não se devem confundir tais coisas: é elementar, e o devera ser também até para certos logísticos.

Assim se vê como de uma só cajadada se matam dois coelhos: de um lado, a proclamação da ignorância fundamental do que é silogismo e dos seus aspectos; de outro, a má aplicação do **método reductivo** pela autoridade logística do sr. Lukasiewcz, que chega a essa **maravilha.**

Na verdade, malograram todos os defensores da inducção, que se aliam no campo da logística, para demonstrarem a sua validez, sem apelarem para a deducção. Sem dúvida, é assim, e êles mesmos reconhecem que as demonstrações oferecidas não são evidentes **per se nota.** Pois bem, a lógica tradicional demonstra a validez do método inductivo, e o faz com um rigor que nem de leve tangeram os que mais se preocuparam em demonstrá-lo e que defendem essa **lógica ultrapassante,** que não ultrapassou nada senão os limites da arrogância e da petulância.

Agora quanto ao silogismo condicional que Cooper e Clarence apresentaram o esquema acima, temos a dizer o seguinte: numa **condicional,** é mister haver: o **condicionante,** o **condicionado** é a **condição.** Vejamos novamente o esquema:

Se A, então B

Ora, A é verdadeiro,

logo B é verdadeiro.

Apresentamos dois exemplos:

Se João canta, êle existe,

Ora, João canta é verdadeiro,

logo, que João existe é verdadeiro.

Agora façamos êste outro:

Se João existe, êle anda,

Ora, João existe é verdadeiro,

logo, que João anda é verdadeiro.

Mas pode não andar.

Façamos agora outro:

Se João anda, êle existe;

Ora, é verdadeiro que êle existe;

Logo, é verdadeiro que êle anda.

Também não procede. Vejamos outro:

Se João canta, existe

Ora, é verdadeiro que João não canta;

logo, é verdadeiro que não existe.

Também não procede.

E por que, então, a fórmula está muitas vêzes errada? Por que não se observam as regras clássicas do condicional.

E essas regras são as seguintes:

1) **Pondo o condicionado, poremos a condição (ponens-ponens)**

"João canta, logo existe", porque é condição para João cantar que êle exista.

2) **Mas pondo a condição só por isso não poremos o condicionado (ponens-ponens não legítima).**

"Ora, se João canta, êle existe", não podemos, porém, concluir que, por que existe, êle canta.

3) **Dispondo o condicionado, disporemos a condição (modus ponendo-tollens legítimo).**

"Se João canta, êle existe. Se êle não existe, êle não canta."

4) **Não dispondo a condição não disporemos, conseqüentemente, o condicionado (modus tollendo tollens ilegítimo)**

"Se Pedro canta, existe; ora, êle não canta, logo não existe" é falso, a conclusão é ilegítima.

Por desconhecerem tais regras, tantos erros são cometidos, como acontece, freqüentemente, nas ciências da natureza. Mas tais erros são evitáveis por quem conhece a **dialéctica concreta.** Assim vemos os exemplos de tais erros cometidos por Newton com a sua hipótese astronômica e pelos darwinistas com a sua hipótese biológica.

São assim ilegítimos o **modus ponendo-ponens** em que, ao pôr-se o condicionado, põe-se a condição e o **modus tollendo tollens**, em que ao dispor-se a condição, dispõe-se o condicionado.

Ex, do primeiro: "Se João suicidou-se, êle morreu; ora João morreu, logo suicidou-se." Para o segundo: "Se João morreu, êle suicidou-se; ora êle não suicidou-se, logo não morreu."

E basta!

Sendo a quantidade um accidente absoluto da substância, na classificação aristotélica, e não podendo a quantidade existir **per** se, mas apenas em outro (**inesse**), e servindo a quantidade de fundamento para a matemática, no sentido comum que esta tem, pois, o número é um esquema da quantidade no modo de concebê-la, não representará nenhum progresso tratar a lógica matemàticamente, como o desejam os logísticos.

E as razões são simples. O ente de razão da matemática é o esquema da quantidade, mas os entes de razão da Lógica são os esquemas de todos os antepredicamentos, **predicabilia**, categorias e post-predicamentos, com

suas inúmeras espécies e sub-espécies. A matemática obteve, e foi o ponto de partida do seu progresso foi o tratamento lógico e tornou-se lógica. A matematização da Lógica nunca deve ser feita, reduzindo-a à Matemática, que é uma espécie de Lógica.

Pode-se falar, sim, em sentido analógico, numa matematização da filosofia, desde que se exija nesta o rigor da demonstração apodítica, que é a demonstração superior na Matemática. Apenas neste sentido. A Logística, com a orientação que segue, terá sòmente uma aplicação restrita ao campo das ciências naturais, e não provocará nenhum progresso por si mesma, apenas indirectamente, pois promoverá a necessidade de mais aprofundados estudos lógicos que se achavam um tanto diminuídos ùltimamente, devido à caricatura que se fêz da Lógica e também pela convicção de muitos que se dizem lógicos de considerarem apenas a Lógica Formal como se tal fôsse apenas aquela.

OUTROS EXEMPLOS DE CONFUSÃO SÔBRE A LÓGICA E A DIALÉCTICA CONCRETA

Cooper e Clarence escreveram às págs. 49 em diante, da obra citada, o que passaremos a sintetizar.

A lógica tradicional é uma lógica de têrmos (a logística, então, como vimos, é uma lógica de sinais). A leis de identidade, de contradição (na verdade de não-contradição) e do terceiro excluído, e do **dictum de omni... dictum de nullo** e as regras dos silogismos (as oito regras fundamentais) só nos mostram o que deve ser ou o que não pode ser verdadeiro das relações de têrmos. Mas os têrmos (grande descoberta que faz agora) têm ambos: **intenção** (que os antigos chamam **compreensão** e alguns modernos **conotação**) e **extensa** (também assim chamada pelos **tradicionalistas**). A primeira conota conceitos ou essenciais atributos e a segunda as coisas ou classes que cabem na sua extensão. Assim, animalidade e racionalidade seriam da conotação ou da compreensão do conceito **homem**, e os indivíduos humanos que existem a denotação, ou os entes que são inclusos na extensão do conceito **homem**. Embora as leis da **intensão** e da **extensão** sejam análogas, não podem ser aplicadas aos mesmos têrmos no mesmo sentido (o que já se sabia há muito). As relações de um grupo de têrmos em **intensão** podem não ser paralelas às suas relações em **extensão** (isso também o sabiam os antigos, embora tais senhores dêem a entender que foram êles que descobriram tais leis. Assim êle exemplifica. "Nenhum que ultrapassou foi preso" por ser verdadeiro em extensão, mas ser falso em intensão. Tais erros, querem dar a entender, cometiam os **tradicionalistas** (o que é uma proclamação em alto som do quanto ignora o que aquêles realizaram).

Afirmam mais adiante que as proposições não são séries de sons, excepto incidentalmente; na essência, uma proposição expressa uma asserção significativa da mente (Essa incidental observação fará estremecer de revolta aos que desejam despojar totalmente de conteúdo intencional os têrmos, como o pretendem certos logísticos nominalistas e negativistas, que constituem a parte mais pobre da logística). Dêsse modo, prosseguem, os têrmos convêm algumas vêzes, quando considerados em sua relação de **intensão**, e outras vêzes quando considerados em sua relação de **extensão.** Assim, a validez sob uma relação pode não dar-se sob outra.

Até aí nada disseram que já não fôsse sabido. Mas agora é que salta a afirmação descabida: a lógica tradicional é insatisfatória, dizem, neste ponto, porque não atende a essa distinção. E então, para provar o que afirma, apresenta o silogismo em EAO da terceira figura, ou seja um silogismo em Felapton que a **lógica tradicionalista** propõe, e que é falacioso.

Ei-lo:

No absentees are failed;

All absentees receive a grade of zero

Therefore, some who receive a grade of zero do not fail.

Nenhum ausente compareceu

Todos os ausentes receberam nota zero,

Logo, alguns dos que receberam nota zero não compareceram.

O esquema na **lógica tradicionailsta** seria:

e - M - P
a - M - S
―――――
o - S - P

O têrmo médio é uma vez universal, certo. O predicado é universal na conclusão, mas o é na premissa maior, certo; o sujeito, por ser predicado da menor, que é afirmativa, e, portanto, particular; conseqüentemente, na conclusão não pode ter mais extensão que na premissa, logo

é singular. Tudo está em ordem pela **lógica tradicionalista**, julgam tais autores. Mas o silogismo não é em Felapton, mas, sim, em Ferison; e o seu esquema seria êste:

e M - P
i M - P
———
o S - P

E mostramos por que, e isso ensina a Lógica Maior e a Dialéctica concreta, que realiza o exame dos elementos materiais do silogismo.

O têrmo **Ausentes** da primeira premissa, a maior, é tomado formalmente. A premissa diz que o ausente é o que não comparece, como o que não comparece é ausente. Mas, na segunda premissa, na menor, **ausentes** refere-se àqueles determinados indivíduos que por não comparecerem receberam nota zero. Numa premissa, na maior, o predicado é da essência do sujeito; na segunda, o predicado é algo que acontece a determinados sujeitos ausentes. Portanto, o **todos** aqui se refere àqueles que não compareceram a determinado encontro, uma aula ou exame, para exemplificar. Êste **todos** é apenas **alguns**.

O modo do silogismo não é, portanto, **Felapton**, mas **Ferison.** E em Lógica Maior se dirá que, então, alguns dos que receberam nota zero não compareceram, está certo, porque poderiam ainda muitos outros comparecerem e receber também nota zero, já que tal nota não é da essência de quem não comparece. A falácia não existe na **lógica tradicional**, existe, sim, na maneira errada de silogizar de tais logísticos. E sabem que falácia é essa? É uma **fallacia suppositionis.** A **suppositio** é o seguinte: os têrmos apresentam freqüentemente muitos sentidos e determinações variadíssimas, que muitas vêzes estão ocultas, não sendo fàcilmente perceptíveis. Por isso, na Lógica, é mister ter o máximo cuidado quanto à **suppositio,** para evitar as falácias. É mister determinar a acepção do têrmo na proposição, porque pode ter um significado determinado, e variar de uma premissa para outra. Temos, aqui, uma **suppositio formal real relativa distributiva particular determinada**, pois **ausentes, na** segunda premissa, tem essa acepção, a de alguns determinados ausentes, aquêles a quem foi dada a nota zero. Como os logís-

ticos pouco conhecem a matéria da **suppositio** e a logística não favorece êsse exame, é natural que surjam tais falácias, e as julguem que não são solucionadas pelo que êles chamam de **lógica tradicionalista.**

Então Clarence e Cooper, comentando essa **extraordinária façanha logística**, passam a sentenciar. Essa falácia decorre da incompreensão entre as diferenças **na intensão** e na **extensão** dos têrmos (bastaria que lessem qualquer manual elementar de lógica tradicionalista para verificarem que tais aspectos são cuidadosamente estudados pelos que êles desmerecem, e muito melhor estudados do que o fazem os logísticos). E dá a sentença final: "Thus no satisfactory logic of terms is possible so long as such ambiguities are allowed" ou seja: portanto, na não satisfatória lógica dos têrmos não é possível evitar tão bem tais ambiguidades. Pois mostramos que o é e muito melhor que na logística, a qual é incompatível para considerar as **suppositiones**, que são tantas e de onde surgem as **fallacias suppositiones** tão comuns de se verificarem entre os logísticos, e muitos cientistas.

Podemos ainda fazer algumas considerações importantes, dentro dos quadros da lógica tradicionalista a tal silogismo. Como o silogismo na verdade é **Ferison**, a consoante F nos indica que deve ser reduzido à primeira figura, ao modo **Ferio.** O s da sílaba **son**, indica-nos que a conclusão pode ser simplesmente convertida. Então, a conclusão pode ser, tanto uma como outra: "alguns dos que não compareceram receberam nota zero", como "alguns dos que receberam nota zero não compareceram."

Reduzindo-se a **Fério**, temos o seguinte esquema:

e M - P Nenhum ausente compareceu;

i S - M Alguns que receberam nota zero eram ausentes;

o S - P logo alguns que receberam nota zero não compareceram

Também se poderia construir de outra maneira:

e — Os que comparecem não são ausentes;

i Os (Determinados) ausentes receberam grau zero;

o Logo, alguns que receberam grau zero não compareceram.

Teríamos então um silogismo, cujo esquema seria:

e P - M
i M - S

―――――

o S - P

Temos, então, um modo da quarta figura, **Fresison**, que pode ser reduzido, e deve sê-lo, a **Ferio**, como o fizemos, para maior segurança.

Por tudo isso que escrevemos, mostramos, definitivamente, quanto é improcedente a sentença final de Cooper e Clarence: A lógica dos têrmos em **extensão** tem muito maior campo de actual inferência do que a lógica da **intensão**. Mas esquecem tais senhores que a **lógica tradicionalista** não é apenas da **intensão** nem apenas da extensão, mas de ambas. Mais uma vez, "do que se não sabe é melhor calar."

SÔBRE O JUÍZO

Muitos logísticos caricaturizam as doutrinas lógicas, como podemos exemplificar quanto ao tema do juízo.

Tomás de Aquino, refere-se ao conhecimento, em seu **"Summa contra Gentiles"** I o 55, escreve: **"simul enim** (refere-se ao nosso intelecto) **intelligit totum continuum, non partem post partem"** (ou seja, o nosso intelecto intelige um todo contínuo e não parte por parte) **et similiter simul intelligit propositionem, non prius subjectum e postea praedicatum** (e do mesmo modo simultâneamente intelige a proposição, não primeiro o sujeito e depois o predicado), **quia secundum unam totius especies omnes partes cognoscit** (conhecendo, pois, tôdas as partes, segundo uma única espécie, esquema).

O nosso intelecto capta uma unidade (simultâneamente capta o sujeito e o predicado) partes de uma proposição, e comparadas quanto à sua adequabilidade, por uma acção realizada pelo intelecto. Mas êste, por uma única operação, pode conhecer um todo inteligível e, simultâneamente, captar a adequabilidade do que afirma.

Os conceitos são, assim, productos posteriores de uma actividade da mente, bem como o juízo, que é uma segunda operação, pela qual se examina a composição ou a diminuição dos conceitos, que são captados ambos como um (**ambo ut unum**), é pois de uma coisa uma que o intelecto capta coisas que se dão simultâneamente. O "simul", para Tomás de Aquino, não quer dizer vizinhança no tempo ou no espaço, mas unidade composta do múltiplo. Sua doutrina, portanto, está perfeitamente actualizada com o que a Psicologia moderna estabelece, o que demonstra que se seu pensamento pertence històricamente ao passado, filosòficamente pertence ao presente. E isto o que não compreendem os que combatem as idéias do passado, porque elas pertencem, històricamente, ao passado, e como estamos no presente, devemos dispensá-las. Não; há juízos que, proferidos no passado, ultrapassam a temporalidade histórica para alcançar uma intemporalidade filosófica. Assim como há na estética um eternamente actual, há, também, na filosofia. É êsse eternamente actual filosófico que a *filosofia concreta* busca estabelecer, o que vence o tempo, porque já não pertence mais ao tempo, o que é intemporal e atemporal, como o conceito matemático de qualquer número, que nada mais tem de ver com o tempo.

Nos comentários que faz ao **Organon** de Aristóteles (Peri Herm. 1 lect. 8 n.º 3)escreve Tomás de Aquino: "**Ex parte etiam intellectus affirmativa enunciatio, quae significat compositionem intellectus, est prior negativa, quae significat divisionem eiusdem: divisio enim naturaliter posterior est compositione, nam non est divisio nisi compositorum**". O juízo negativo é a divisio pela qual o espírito separa o que anteriormente é dado unido na forma de um problema; é julgando que êle separa o complexo da coisa; por isso o juízo afirmativo tem prioridade ao juízo negativo. Quando a mente julga que não se aplica o predicado ao sujeito o faz em face da captação da inadequação da unidade de ambos numa totalidade, o que demonstra que o juízo afirmativo tem sempre prioridade ao negativo, sendo êste apenas uma recusa daquela. Que seja isso uma fraqueza, uma deficiência da nossa mente não nos cabe discutir, mas que é assim que ela procede, é matéria sôbre a qual não poderia pairar dúvida. Não poderia o juízo "S não é P" ser precedente ao S é P, por-

que, então, o ser humano não captaria como um todo, mas captaria como separação, antes da unidade, o que contradiz tôda a experiência humana desde a criança. Para que possamos julgar que não se adequa um conceito a outro conceito, temos de partir, pelo menos, da colocação como problema da adequação, o que demonstra que o juízo afirmativo tem prioridade sôbre o juízo negativo. A especulação de alguns logísticos, que fazem mais filosofia (e da má espécie) que, pròpriamente, logística, e que os leva a postular a prioridade do juízo negativo, e da negatividade como antecedente à afirmação, é contrariada sob todos os aspectos. Realmente, o **não** é uma característica da mente humana, pois é o homem o único animal capaz de dizer **não** à natureza e propor o **não** em seus juízos. Mas êsse **não** não é a causa eficiente do espírito, mas apenas um aprovisionador dêste, uma possibilidade dêste em dividir, em separar, em estabelecer inadequações, que é também um sinal (e tais logísticos poderiam meditar melhor aqui), de que há no homem uma potencialidade que o distingue dos animais; a de poder proferir juízos negativos, que é, sem dúvida, um testemunho do seu espírito e também de sua liberdade. Por isso no mito religioso, a desobediência (a capacidade de negar), é o pecado humano (pecado da espécie, que se transmite especìficamente aos descendentes), cuja negação deverá ser superada por uma afirmação que concrecione, afinal, a afirmação animal e a negação humana, por uma afirmação superior, que transcenda a ambas.

No Cristianismo, a afirmação de Cristo é o símbolo dessa superação, que realizará a **salvação do homem**; ou seja, a salvação do negativo que ameaça envolvê-lo no negativismo, no nihilismo. O Cristianismo é uma religião positiva e o pensamento religioso de Cristo é um religamento pela mente (pela oração, pela meditação, que são intelectuais pelas obras, pela acção) ao Ser Supremo, caminho sempre positivo e fundado em positividades.

Para Tomás de Aquino o "**intellectus humanus non potest ipsam intelligibilem veritatem nudam capere**" (o intelecto humano não pode captar em si mesma a nua verdade intelegível); "**quia connaturale est ei ut intelligat per conversionem ad phantasmata**..." (porque lhe é conatural que a entenda por conversão aos fantasmas).

A "**veritas intelligibilis nuda**" é a verdade que não supõe **phantasma**. Ora, o homem só capta através da sensibilidade, porque é através dela que **nota** o que está ante si, e a si, ante as coisas. O estudo do conhecimento humano não pode deixar de considerar a **Sachverhalt**, têrmo alemão, muito usado na filosofia moderna, formado de **Sache**, coisa e do verbo **verhalten**, reter, tomar, deter, que significaria **o que é tomado da coisa**. Ora, o que captamos da coisa, pelos nossos sentidos, é o **phantasma**. O objecto **dispõe** dêsse **phantasma**, e realiza uma relação obediente a uma ordem, a qual consiste em torná-la intelegível. Essa **dispositio rei**, como a chamavam os medievalistas disposição dada pela coisa para ser inteligida é o **Sachverhalt** (o detido intelectual da coisa), o que dá o conteúdo real, o fundamento real aos conceitos, desde que não sejam êstes meros entes de razão.

Essa **veritas intelligibilis nuda** é o que Kant chamava de **coisa em si**. Contudo, é mister fazer uma distinção: é que para Tomás de Aquino o esse da coisa inclui a sua qüididade, enquanto Kant nada mais sabe sôbre ela, nem a encontra, e apenas afirma o esse.

Em nosso "Métodos Lógicos e Dialécticos", no 3.º vol., estudamos a teoria do juízo de Tomás de Aquino, cuja nítida compreensão desfaz como inconsistentes as caricaturas que logísticos modernos constroem, tão fáceis, depois, para atacar e "refutar".

UMA AMOSTRA DO SR. RUSSELL

Nenhum grande lógico da chamada **lógica "tradicionalista"** afirmou, nem afirmaria ser possível a prova da existência do que quer que seja, seguindo-se apenas os caminhos lógicos. A Lógica apenas pode tratar da adequação ou não dos conceitos e dos juízos, enquanto lógicos, nunca enquanto ontológicos, nem muito menos ônticos, porque seria inverter a sua funcção e dar-lhe possibilidades desproporcionadas à sua natureza.

Confundindo a **esfera lógica** com a **ontológica** e a **ôntica**, poderia então Russell afirmar que não podemos formar proposições do tipo da "montanha de ouro" ou "o círculo quadrado". Diz êle que tais entes não têm um ser

lógico e, conseqüentemente, não têm nenhuma "subsistência" própria. Reproduzamos primeiramente, para depois comentar, uma passagem de suas obras, que tem sido fonte de gozos supremos para alguns logísticos. É a seguinte: "Dizemos que um argumento a "satisfaz uma função **phi** x se **phi a** é verdadeiro; êste é o mesmo sentido no qual se diz que as raízes de uma equação "satisfazem" a equação. Pois bem, se **phi** x é algumas vêzes verdadeiro, podemos dizer que há x para os quais é verdadeiro, ou podemos dizer "argumentos que satisfazem **phi x existem**" Esta é a significação fundamental da palavra "existência". As outras significações se derivam dela, ou implicam uma mera confusão do pensamento" (**Introduction to Mathematical Logic**", 1919, Cap. XV). Assim podemos dizer: "os homens existem se significamos que "x é um homem" é às vêzes verdadeiro, Mas se dizemos "os homens existem; Sócrates é um homem; portanto, Sócrates existe", não diremos nada com significação, pois "Sócrates" não é, como "homens", meramente um argumento indeterminado para uma funcção proposicional dada. Seria como dizer: "Os homens são numerosos; Sócrates é homem; logo, Sócrates é numeroso". Daí, prossegue Russell, que seja correcto dizer "os homens existem", mas incorrecto adscrever existência a uma particular dado x, que seja um homem. Portanto, a expressão "têrmos que satisfazem **phi** x existem" significa "**phi** x é às vêzes verdadeiro", mas uma expressão como "a existe (na qual **a** é um têrmo que satisfaz **phi** x) é um simples **flatus vocis — a mere noise or shaphe**".

Tudo isso (e de cambulhada com o Prêmio Nobel) dá a impressão que o oráculo de Delfos falou e traçou, para sempre, uma solução final aos temas lógicos. Comentemos, primeiramente, o que ficou dito aí, para depois avaliarmos as conclusões que êsse eminente logístico termina por deduzir.

Em primeiro lugar não cabe à Lógica provar per se a existência de coisa alguma. A Lógica é uma disciplina auxiliar, e seu objecto são os **logoi eidétikoi noétikoi**, que o homem constrói. Segundo; não é possível confundir uma proposição com um juízo. Se dizemos: "Tomara que chova amanhã", não enunciamos um juízo, porque a mente não afirma nem nega o predicado ao sujeito. Mas se dizemos "Hoje está chovendo", êsse enunciado é um

juízo, porque, neste, a mente afirma o predicado que atribui ao sujeito. Agora que **realmente** está chovendo nada prova tal juízo. Se é verdadeiro que hoje está chovendo (e o verdadeiro aqui não é a verdade lógica, mas uma verdade ôntica da chuva que está caindo), podemos concluir que é verdadeiro que há a queda de água da chuva, porque essa queda está implícita no que se conceitua por chuva. Agora se dizemos: "está caindo água do céu, portanto é verdadeiro que chove", só será verdadeiro que chove se realmente a água que cai do céu é a água que consideramos como a da chuva. Não é difícil para nenhuma mente normal compreender a diferença que há em tudo isso, entre o que é lógico e o que é ônticamente real. A Lógica é um instrumento, é um **Organon**, e não pode realizar efeitos superiores à sua natureza. Portanto, não se deve culpá-la de não os alcançar, porque não lhe cabe tal tarefa.

Desfeita essa primeira confusão, metade do caminho do sr. Russell já não precisaria ser andado. Tomou um atalho errado. A culpa não é nossa, nem dos lógicos "tradicionalistas", mas apenas de lógicos "modernos", que nada entendem do que seja a que construiram os nossos maiores.

Prossigamos: entre a proposição "montanha-de-ouro" e a proposição "Círculo quadrado", não há paridade. A montanha-de-ouro é um ente de nossa imaginação, e que permite até uma imagem, pois há muita gente que sonhou e até sonha com montanhas de ouro, e as vê em sonhos. Não há nenhuma contradição formal aí, porque poderia haver, embora não haja, montanhas de ouro. Já o círculo quadrado nem só a nossa imaginação seria incapaz de construí-lo, como não podemos representá-lo, porque há aí uma contradição formal intrínseca, porque se é círculo, não é quadrado, se é quadrado, não é círculo. Portanto, não pode vigorar para os dois casos a mesma regra. Quanto à possível existência de um ou de outro, o que se pode dizer é que a "montanha de ouro" não é **simpliciter** impossível, mas "o círculo quadrado" é. Lògicamente, não se pode provar a existência da montanha de ouro, mas se pode provar a absoluta impossibilidade de existir "o círculo quadrado", porque, no primeiro, não há nenhuma ofensa à Ontologia, mas no segundo há, e o que é ontològicamente falso (e trata-se aqui da ontologia positiva e

concreta e não de qualquer outra) não existe. Há, pois uma diferença: a Lógica pode, quando muito, provar a **possibilidade** de uma existência, fundando-se ontològicamente, não a existência, mas pode provar a impossibilidade de uma existência, quando há contradição formal intrínseca (1).

Se o sr. Russell pensasse melhor sôbre isso seria desnecessária tanta aparência de profundidade, por meios de tecnicismos matemáticos, em matéria de comesinha dificuldade na lógica "tradicionalista."

"A montanha-de-ouro" é um ente ficcional, se considerando psicològicamente, e tem uma subsistência em outro, é **realmente** ficcional; mas "círculo quadrado" é um disparate, porque não há nenhuma adequação entre tais conceitos. Não tem nenhuma subsistência psicológica, senão a que se pode dar aos conceitos tomados isoladamente. Quanto ao ser lógico de que fala Russell, montanha-de-ouro indica apenas haver uma adequação entre os conceitos, o que não se dá no segundo caso.

Se há alguns x, para os quais é verdadeiro dizer que existem (mas aqui a verdade não é mais a lógica, mas a ôntica), não se pode concluir que todos os entes que consideramos x existam. É lógico que da particular não se pode concluir a universal. O exemplo que êle dá de "os homens existem" não procede. Estamos num caso simples de **fallacia suppositionis**, pois "os homens existem enquanto existem", pois há homens que não existem mais, e há homens que poderão vir a existir. Nenhum lógico "tradicionalista" iria concluir de que se os homens existem, Sócrates existe, porque a suplência do predicado não é suficiente. É um problema singelo de Lógica Formal e também de Lógica Material. É incrível que um homem que tenha tanta fama como o sr. Russell venha argumentar com tais coisas.

Mas, ainda, o silogismo de "Sócrates é numeroso", que dá como havendo paridade com o primeiro, é simplesmente infantil. Em "os homens são numerosos **homens**

---

(1) A Lógica pode provar per se a falsidade nunca a verdade material, só a lógica. (Salvo quando já demonstrada por outros caminhos a validez das premissas).

está tomado extensistamente e **collective, colectivamente**, "Sócrates é homem" homem está tomado intensistamente, conotativamente **distributive**, distributivamente. Há dois têrmos médios e não um só. Peca, pois contra as regras fundamentais da Lógica. O sr. Russell deveria saber isso, porque qualquer estudante, mesmo descuidado, de **lógica "tradicionalista"**, não cometeria tais "gaffes".

O resto, que êle conclui nesse livro, partindo de premissas tão falsas, são conclusões também falsas, embora, às vêzes, de premissas falsas se possa alcançar uma conclusão verdadeira mas apenas **per accidens**. Mas tal não acontece aí. Algum amigo íntimo do sr. Russell deveria praticar o acto de caridade de lhe enviar um manual de Lógica "tradicionalista", pois ainda há tempo de aprender alguma coisa, apesar da sua avançada e respeitável idade.

A COERÊNCIA COMO CRITÉRIO RELATIVO DA VERDADE

Um dos temas mais importantes da Crítica é o problema criteriológico, que consiste em apontar e justificar qual o critério adequado para apontar a verdade, a **pedra-de-toque da verdade**. Sem nos determos a discutir êste tema, queremos, por ora, apenas salientar a atitude de tantos filósofos modernos, que são os primeiros a constantemente falarem na falta de um critério para apontar a verdade, e, no entanto, transformam a coerência numa arma que manejam ao sabor das suas idéias.

Assim, quando muitos raciocinam de que tôdas as geometrias, tanto as não-euclidianas, como as anti-euclidianas são verdadeiras, por que são coerentes, estão afirmando que o critério material da verdade é a coerência lógica, a conseqüência regular das ilações, deducções, etc. Sim, porque não se trata aqui de afirmar que há apenas verdades nas ilações, nas deducções, nos raciocínios, que decorrem com obediência às regras lógicas. Não é apenas essa verdade que êles afirmam, mas, ainda, a de uma verdade real, extra-lógica, uma verdade ôntica. E tanto é assim que pouco lhes importam as contradições ontológicas entre a concepção de Riemann, a de Lubatschewsky e a de Euclides, já que uma afirma formalmente o que as

outras formalmente também negam. Essas contradições não têm importância, desde que haja coerência no pensamento diverso, oposto e até contraditório em face de outros. Não é isso a proclamação, em alto e bom som, de que o critério da verdade é a coerência? Sem dúvida. Neste caso, tais senhores já encontraram a pedra-de-toque: é verdadeiro tudo que permite um desdobramento através de ilações, deducções, raciocínios, perfeitamente coerente com os postulados prèviamente propostos, os quais, em seu desenvolvimento, não alcancem a uma contradição. Mas restam ainda duas maneiras de se apresentar a verdade. Primeiro: o que é coerente do modo apontado acima, seria ainda mais se correspondesse à realidade, ou seja, que, na realidade, tal também se dê, que lhe corresponda uma verdade material. E ainda mais: além dessa verdade material e da lógica, se lhe coubesse uma verdade ontológica, ou seja, que não permitisse contradições formais, em que uma afirmativa não fôsse a privação de outra, então, quando não se desse, simultâneamente e sob o mesmo aspecto, a afirmação da posse de algo e, simultâneamente, e sob o mesmo aspecto, a privação do mesmo, o que caracteriza a verdade ontológica, então teríamos uma verdade maior, mais segura, mais firme.

Esta verdade é a **verdade concreta**, porque reune as três verdades: a ôntica, a da realidade da coisa, a ontológica, a da coerência formal, e a lógica, a da coerência das ilações. Ora, uma verdade ontológica, enquanto tal, é passível de discussão quanto à sua realidade ôntica; ou seja, que se dê com onticidade em alguma coisa. Sem dúvida, quem especular com segurança neste sector saberá que a verdade ontológica necessàriamente é real. Quanto à verdade material, a esta verdade retirada da onticidade da coisa, que é a sua afirmação, deve-lhe corresponder uma verdade lógica, porque a realidade não é contraditória, nem poderia ser, mas coerente com o princípio de não-contradição, que não admite que o mesmo, sob o mesmo aspecto, seja simultâneamente presente e ausente, (posse e privação), porque a afirmação da posse é a negação da privação, e vice-versa, e o que é não pode ser o que não é, porque é o que é. O princípio de não-contradição não é o que alguns filósofos modernos afirmam, quando o enunciam erradamente. Muitos, que gostam de filosofar, julgam que o princípio de não-contradição, decorrendo do

princípio de identidade, por êles também enunciado erradamente pela fórmula A = A, haverá contradição em A desde o momento que se dê, nêle, qualquer aspecto outro. Assim, para marxistas, qualquer distinção, qualquer modal, qualquer accidente é contradição, porque dizem: "quando o homem caminha contradiz o homem quando está sentado", ou "em cada instante que passa, um ser está contra-dizendo a si mesmo, porque já não é o que foi, e está deixando de ser o que é, para ser o que ainda não é". E jogando assim com palavras fazem verdadeiras acrobacias intelectuais, que são o gáudio de todos os que se comprazem com tais espetáculos circenses.

A realidade não é contraditória, porque não há, na natureza, contradição pròpriamente, mas, sim, na mente, porque só esta pode construir entes de razão, formalmente contraditórios. O que há na natureza é alteração, aumento, diminuição, geração, corrupção, movimento, modais, etc., mas nada disso contradiz, apenas se opõe, diverge, transita, mas sempre com respeito ao princípio de posse e privação: se há posse do mesmo no mesmo, simultâneamente não pode haver privação do mesmo no mesmo. Comprovada uma determinada realidade, pode-se logicizá-la; ou seja, captar-lhe os **logoi** noéticos, que apontam à conexio que se dá entre os factos. Pode o homem errar nessa captação, por deficiência, por imperfeição, mas a presença de tais **logoi** é evidente, porque são êles a razão de tais factos. Se há quatro objectos aqui, há de certo modo a presença do **logos** do quatro, repetido, imitado ou participado (por ora não importa discutir) por êsses quatro objectos, que afirmam a logicidade de quatro e de cuja afirmação postulada se podem inferir as ilações lógicas correspondentes. Tôda realidade é, assim, lógica, porque há **logoi**, que conexionam os factos do acontecer. Contudo, ao tomarem-se os **logoi**, que correspondem à Lógica, independentemente da realidade ôntica, apenas considerados em sua realidade lógica, há uma coerência, sem dúvida, coerência que obedece à mesma lei do **Logos**, a lei da razão de ser de alguma coisa, a lei da razão suficiente. Daí, porém, afirmar-se uma correspondência na realidade ôntica apenas fundando-se em postulações é violentar a lógica, já que sabemos que a realidade ôntica não actualiza tôdas as realidades ontológicas, tôdas as possibilidades de ser. É fácil, e não é mister muita acuidade mental

para compreender que uma verdade lógica não é ainda, necessàriamente, uma verdade ôntica, mesmo que ela não contradiga uma verdade ontológica. Esta, por sua vez, não exige uma realidade ôntica, já que a onticidade se distingue da ontologicidade na proporção em que se distinguem a realidade fáctica da realidade eidética. Dêsse modo, o que é verdadeiro ontològicamente pode não realizar-se fàcticamente, ou seja, a sua potencialidade não implica, necessàriamente, a sua actualidade. Assim o miriágono é uma realidade ontológica, embora não tivesse um correspondente fáctico, êste (**hoc myriagonum**), existente aqui e agora.

Assim, a ontologicidade de um ser, cujo advento ainda não se deu, pode ser verdadeira, sem que a sua actualização, a sua facticidade se tenha dado, como a facticidade do homem era impossível no período da nebulosa, que se pode propor como antecedente de nosso sistema solar, sem que a sua ontologicidade fôsse, então, falsa. A ontologicidade do ser factível (do **materiatum**, do **effectivum**, na linguagem escotista); ou seja, do ente que tem abaliedade, que implica outro do qual depende realmente para ser, não implica a sua necessária realidade. Contudo, o ser que independe de outro para ser, o ser que é **ipsum esse**, que é seu próprio ser, que não é factível, nem materiável, cuja razão de ser está em si mesmo, que é seu próprio **logos**, sua própria razão, êste ser, desde que verdadeiro ontològicamente, é necessàriamente verdadeiro existencialmente. Foi por não ter compreendido essa verdade ontológica, que Gaunillon poderia esgrimir com o argumento das Ilhas Bemaventuradas para opor-se ao argumento ontológico de Santo Anselmo.

Se alcançamos à verdade ontológica de um ser primeiro, cujo ser não é recebido de outro, cujo ser não foi infundido por outro, um ser **in se, a se, per se**, um ser (uma afirmação, uma positividade), que não tem antecedente, porque do contrário o seu antecedente afirmativo seria, então, tai ser, êsse ser necessàriamente existe. Podem alguns argumentar com a série, afirmando que um ser contingente (contingente por que sua realidade é provinda **ab alio**; ou seja, tem abaliedade) depende de outro contingente, e êste de outro antecedente, também contingente, sem que a série tenha tido nenhum começo, que é a

afirmação inevitável da quantidade infinita, numèricamente actualizada, o que é absurdo matemático. De qualquer forma postulariam êle uma antecedência sem princípio, uma realidade antes de tôda realidade, sempre, sem comêço. Deixaremos de lado as aporias e as contradições que de tal pensamento decorrem, já que uma série, accidentalmente ordenada, como seria essa, exigiria, fatalmente, que o princípio fôsse um ente, que principiaria de outro, o que seria afirmar a contingência de tôda série, a qual daria o que não tem, afirmando o absurdo de que o mais ontológico proviria do menos ontológico, ou, então, que proviria do nada, o que seria afirmar que o que não tem, dá o que não tem, ou, ainda, teria de afirmar um outro, de onde proviria a série, ao qual teria de dar uma perfeição ontológica, o que necessàriamente teria de incluir a sua existência, porque, do contrário, como o que é nada e não tem nada, daria alguma coisa, o que é?

Vê-se, dêste modo, que se alcançamos a uma realidade ontológica perfectivamente absoluta e necessária **simpliciter**, ela, necessàriamente, terá de existir. Um ser contingente, de perfectibilidade relativa, captada a sua verdade ontológica, não é mister que exista necessàriamente. Mas, no outro caso, a existencialidade do antecedente é necessário ontològicamente. Por isso, Santo Anselmo dizia que "o ser que nada de maior se pode cogitar", que é o primeiro, necessàriamente existe, porque a sua não existência implicaria uma contradição, já que a sua ontologicidade **é necessária simpliciter** para compreender e justificar a ontologicidade do ser contingente, do ser que tem abaliedade. As Ilhas Bemaventuradas não possuem tal ontologicidade. Sua existência será contingente, e argumentar com ela não eivava de êrro, não refutava a sua afirmação. Gaunillon não compreendeu nitidamente o argumento ontológico de Santo Anselmo, o que não é de admirar, já que grandes filósofos, como Tomás de Aquino também não o haviam devidamente compreendido. É verdade (e o sabemos hoje com segurança) que Tomás de Aquino nunca leu a obra de Santo Anselmo, e conhecia seu argumento de segunda mão, o que nos permite compreender de certo modo a sua posição.

A ontologicidade de um ser contingente não **implica** necessàriamente a sua existência. Esta exige outra prova.

Mas a ontologicidade de um ser **simpliciter** necessário exige a sua existência, porque a sua necessidade não decorre de uma adequação entre possíveis actualizados, mas de um logos que afirma a si mesmo, porque é impossível o seu não ser. Não é impossível o não-ser do homem. A sua realidade ôntica não prova a impossibilidade de sua não existencialização, porque o homem poderia não ter surgido. Contudo, a impossibilidade do ser primeiro, da fonte de onde surge o que provém de outro, decorre da própria verificação da existencialidade dêste, já que é impossível postular-se o nada absoluto, nem que nada absolutamente se dá, pois a própria postulação afirma que algo se dá, e nega, peremptòriamente, que absolutamente nada se dá. Postular a impossibilidade ontológica da fonte seria postular em absoluto a não onticidade, negada pela própria postulação (1). E aquêles, que se afanarem por realizá-la, estarão, fàcticamente, afirmando a onticidade de algo que se dá, e a ontologicidade do logos de ser do que se dá; portanto, da fonte do que se dá. Não e possível à mente humana sair dessa situação, porque a tentativa de fazê-lo mostraria per se nota que a saída é impossível, a própria tentativa de evasão afirma a recusa da evasiva.

Dêste modo, a verdade ontológica, enquanto não **simpliciter** necessária, não é ainda a segurança da existencialidade do que ela afirma. Por outro lado, a logicidade verdadeira não implica, como vimos, a ontologicidade verdadeira da contingência. Podemos resumir, portanto, o que tratamos até aqui do seguinte modo:

1) a ontologicidade verdadeira do **simpliciter** necessário implica, necessàriamente, a existencialidade;

2) a ontologicidade verdadeira do contingente (do relativo, do que é **secundum quid**) não implica, necessàriamente, a existencialidade (a onticidade);

3) a onticidade verdadeira implica a ontologicidade e a logicidade verdadeira;

---

(1) Em «Filosofia Concreta», demonstramos de modo apodítico que «alguma coisa há» é ontológica, ôntica e lògicamente verdadeiro, e de verdade concreta, já que sua negação é absolutamente impossível ontológica, lógica e ônticamente.

4) a logicidade verdadeira não implica, necessàriamente nem a onticidade verdadeira, nem a ontologicidade verdadeira.

Temos, assim, partindo do homem (e o filosofar é do homem), uma hierarquia do **logoi**, que é a seguinte:

Onticidade implica logicidade e ontologicidade.

Logicidade não implica, necessàriamente, ontologicidade e onticidade.

Ontologicidade não implica, necessàriamente, onticidade, salvo quando provada a **simpliciter necessidade.**

Ora, tais razões estão, portanto, a afirmar que, ao homem, o seu verdadeiro ponto de partida, para um são filosofar, é a **experiência**, que é a que lhe dá a cognição da onticidade. Partindo dela, poderá êle, com maior segurança, dentro das suas condições, dentro do esquematismo que lhe pertence, construir a Lógica e a Ontologia. Êsse é o caminho humano. E como a Filosofia é **vial**, e o homem é o **homo viator**, o viandante, que parte do que constitui a sua realidade para ligar-se ao que a ultrapassa, para **religar-se** à razão da razão do ser que é, do **logos** do seu **logos**, compreende-se que a boa filosofia só pode ser a que tem por orientação a **via positiva e concreta**, porque é a única via que, (**pro status isto** = no estado em que estamos) **nos** permite palmilhar com segurança o caminho a percorrer.

É sem dúvida matéria complexa a inteligência clara do que seja **experiência**. Êste têrmo, cuja origem etimológica vem do antigo **perior**, de onde **peritus** (daí **perícia**, o exame dos factos), quando dirigida para algo fora, **ex**, dá **ex-perior**, exame dos factos que se dão fora, ou são tomados fora de quem os examina. A experiência implica, assim, o **exercício** de uma potência apta a captar notas, como a potência intelectual do homem. A experiência implica, em quem a realiza, uma dualidade funcional, pois é mister que se dê o que se jecta em si mesmo (**sub**) ante **ob**, ao que se jecta a si (**ob-jecta**). Assim, na experiência, há a dualidade funccional de **subjectum** e **objectum**.

Dêste modo, a experiência terá tantos aspectos, quantos são possíveis de terem os têrmos positivos dessa dua-

lidade, o que permite compreendê-la dentro de sua heterogeneidade, cujos aspectos diversos, actualizados ou virtualizados, nos explicam os fundamentos das divergências entre as maneiras de concebê-la, divergentes entre si pelas actualizações e virtualizações, que uns fazem de uns aspectos; outros, de outros.

Estabelecidos êstes pontos fundamentais, é fácil compreenderem-se muitos outros, bem como revelarem-se os motivos que levam alguns filósofos a afirmativas inconsistentes e insustentáveis.

Não sendo a coerência lógica (a mera logicidade) garantia de onticidade, de existencialidade, um sistema qualquer com suficiente logicidade não é ainda seguramente verdadeiro **materialmente.**

O facto de, na Matemática, ser-se capaz de estabelecer sistemas, cálculos, teorias, com suficiente logicidade, não quer dizer que correspondam a uma onticidade verdadeira.

O mesmo também poder-se-ia dar na ciência em geral, como é entendida hoje. Poderíamos imaginar uma ilha, perdida num oceano, cuja flora e cuja fauna fôssem totalmente outras que a flora e a fauna que se dá no resto do mundo. Poderiam haver ali espécies inexistentes em outras partes. Poder-se-ia classificar tais espécies, dentro de uma escala zoológica e botânica, com o máximo rigor de logicidade, de modo que as condições das espécies animais se adequassem, com tôda logicidade, à flora e à fauna. Tudo isso seria **possível,** e apresentaria um rigor no grau máximo exigível. Contudo, a sua onticidade poderia ser falsa.

Então, o que se observou no pensamento filosófico mal conduzido? Os seguintes "momentos":

A onticidade implica necessàriamente uma logicidade e uma ontologicidade.

Estamos num juízo universal afirmativo, no qual o predicado é tomado particularmente. Não se poderia, portanto, inverter simplesmente o juízo e afirmar: a logicidade e a ontologicidade implicam, necessàriamente, a onticidade. Mas apenas um juízo particular afirmativo: alguma logicidade e ontologicidade implicam onticidade.

Contudo, muitos raciocinaram doutro modo, e erraram fragorosamente.

Outros, ao verificarem que nem tudo o que tem ontologicidade e logicidade tem onticidade, concluíram que a logicidade nunca implica onticidade nem ontologicidade.

A maneira de raciocinar foi a seguinte:

Verifica-se que nem tôda logicidade tem onticidade, que é um juízo particular negativo, pois se poderia, com mais precisão lógica, enunciá-lo dêste modo: **Algo que tem logicidade não tem onticidade.**

Mas até aí a ilação estaria coerente. Mas vão além das premissas, e alguns afirmam, então, que nada do que tem logicidade tem uma onticidade verdadeira. E então, qual o valor da Lógica? Esta nada mais é do que instrumento cômodo para que nós apliquemos ao mundo, classificando-o, segundo a nossa esquemática, o que, levado avante, terá que alcançar, afinal, à conclusão, que a logicidade é apenas uma maneira nossa de classificar as coisas, que são heterogêneas ante nós, devido à nossa capacidade de heterogeneizá-las, e que a realidade é apenas uma projecção da nossa conjuntorologia esquemática ou linguagem, etc., e estaríamos, então, em pleno e vicioso relativismo protagórico que conhece hoje uma revivescência entre filosofastros que nunca souberam conduzir bem as suas possibilidades pensamentais.

Daí negarem a onticidade e também a ontologicidade não exigia mais que um passo.

Estamos aqui, apontando à etiologia de tais conclusões, mostrando os motivos que as geram, e, também, os meios que podem evitá-las. Tudo parte da má aplicação do raciocínio. As conclusões, as ilações ultrapassam as suas possibilidades corretas. O que podemos concluir é o seguinte:

Nem tudo quanto tem logicidade tem onticidade e ontologicidade.

Nem tudo quanto tem ontologicidade e logicidade tem onticidade.

Nem tudo quanto tem ontologicidade tem onticidade, embora tenha logicidade.

Mas,

Tudo quanto tem onticidade tem ontologicidade e logicidade.

Tudo quanto tem ontologicidade tem logicidade, embora não tenha ainda ou nunca onticidade.

O resto é confusão.

E se se partir daí, compreende-se perfeitamente a improcedência de tantas afirmações de logísticos deficientes, de filósofos primários, e se evitariam erros que só têm servido para perturbar as mentes jovens.

O progresso da filosofia não está no campo dos negativistas, mas no dos filósofos positivos e concretos. Temos de tomar das mãos dêles o facho, e prosseguir em nossa arrancada. Não somos mais fiéis ao presente ao negarmos o passado, porque o presente está repleto do passado, e êste é o fundamento ontológico também do futuro. E êste só nos pertencerá, realmente, se compreendermos que êle é o passado do presente, e que, portanto, também o inclui.

Não é com renúncias que avançaremos. O nosso patrimônio futuro é também a presença do que nos legaram os nossos maiores, pois o amanhã confirma o hoje, e o ontem, e quando presente, apontará para mais longe ainda.

A verdadeira fidelidade ao homem implica a fidelidade à sua historicidade, considerada também ontològicamente, e ontològicamente o amanhã é uma afirmação do ontem e do hoje.

Avancemos, pois, mas de mãos cheias...

CIÊNCIA E LOGÍSTICA

O ponto de partida da ciência é empírico, parte da empíria. Tal aspecto jamais deveriam esquecer os cientistas quando fazem filosofia. O homem sabe, quando sabe que tal se dá, ou seja quando tem uma notícia da presença de um fenômeno. Primeiramente, observa tais fenômenos registra-os, acumula os dados, os informes da sua observação. Tais dados chamam-se hoje protocolários, ou seja, etimològicamente, o que primeiramente é coleccionado, reunido, anotado, as notícias reunidas. Pode-se descrever um fenômeno protocolàriamente. Êste é um ponto de partida.

Mas seria êsse o fim da ciência? Apenas reunir, protocolar os factos? Ou apenas acrescentar mais e mais dados, reunir montanhas de dados?

Não! Êsses dados são a **matéria** sôbre a qual a ciência pretende operar. E como procede? Procede buscando o **nexo que lhes dá uma razão de ser como são.** E quando não pode protocolar tal nexo, supõe-no. E suposição é sub-posição, sob-põe algo para dizer a razão de ser de tais factos que escolheu. Constrói, então, uma **hypo-thesis**, uma **hipótese.**

Pode um cientista qualquer dedicar-se apenas ao protocolário. Pode. Não pode, porém, a ciência, enquanto realização humana, porque há nela um afã de conhecer.

Se tais hipóteses são verificadas, se elas, em seu enunciado, correspondem à realidade dos factos protocolários, assumem, então, o papel de **leis naturais**, muito embora tal conceito não implique uma rigidez absoluta. São leis, enquanto são para nós leis; ou seja, enquanto os factos

correspondem à hipótese. As únicas leis que são sempre leis são as **leis matéticas**, da **Mathesis Megiste** e as da Ontologia.

Quando se estabelece um nexo de conjugar e dar uma razão a um conjunto de tais leis, diz-se que se conexionaram as partes num conjunto coordenado, ou, ainda, **contempla-se** uma variedade de leis conexionadas. O têrmo **theoria** em grego significava também contemplação, e também significa assim entre nós. Temos, então, uma **teoria.**

O processo lógico da construção da teoria é o mesmo que leva à construcção das leis, mas a diferença está em que a teoria conexiona leis, e não as leis conexionam teorias.

A validez de uma hipótese é a validez hipotética, a validez de suposição. Uma hipótese é verdadeira enquanto verdadeira hipótese. Querer que a hipótese seja uma verdade já estabelecida e definitiva, seria predicar-lhe a sua negação, porque desde o momento que fôsse uma verdade deixaria de ser hipótese, já que esta implica suposição.

Não há nem deve haver escândalo pelo facto de, na ciência, surgirem muitas hipóteses e muitas serem abandonadas ante a evidenciação de novos factos e novas leis, que não se conexionam com elas e até as contradizem.

Em tudo isso, se vê claramente, que a ciência procede dentro das regras clássicas do raciocinar.

As hipóteses são submetidas à verificação. As hipóteses conexionam as leis; estas correspondem aos factos protocolários, inclusive possíveis, que se podem deduzir rigorosamente das premissas dadas. A verificação se faz pela experimentação.

Vê-se, desde logo, que a experimentação é uma condição rigorosa da verificação científica. Se a lei contradiz os dados protocolários, como se sustentaria ela?

Contudo, não se pode, daí, afirmar que há lugar para uma ciência apenas empírica, porque então ela se reduziria apenas a apontamentos protocolários.

As teorias já afirmam um **saber**, já indicam que se sabe a razão de ser dos factos protocolários. Dêste modo,

a ciência completa-se pela presença material dos factos protocolários e pela enunciação formal das suas leis, hipóteses, teorias, etc.

Compreender-se claramente assim, é compreender-se a ciência. O resto é confusão que alguns logísticos fazem, sem que tais erros se devam pròpriamente à logística, mas sim a seguidores deficientes, embora de fama e de renome.

O CONCEITO DE CAUSA

Afirmam alguns logísticos, por desconhecimento do que já se realizou em tôrno desta matéria, no que são acompanhados por alguns cientistas, de que a ciência abandonou, em definitivo, o conceito de causa.

Tal não é verdade. O que sucedeu foi o seguinte: entendeu-se por causa o antecedente, e efeito o conseqüente, seguindo-se a maneira de concebê-los como fazia Hume, contudo, não é isso. A idéia legítima de causa implica a **dependência** real do efeito àquela. O efeito não é uma coisa totalmente outra que as suas causas; o efeito é ainda as suas causas, que nêle ainda estão e lhe dão o ser. **Não** se trata de um influxo, como se pensa, mas de **infusão** de ser, já que o ser do efeito é ainda as suas causas, ou delas provém, embora formalmente seja outro que elas. O resto tudo é confusão, e nada mais que confusão.

Esquecem que o que começa a existir antes de existir era meramente possível. Ora, o meramente possível não pode alcançar a existência a não ser que outro lhe comunique; portanto, o que começa a existir postula, necessàriamente, outro ser, pelo qual alcance a existência, êste é que se chama causa. O que deveriam fazer tais logísticos era especular sôbre isso, o que lhes evitaria escreverem tanta tolice.

Ademais se meditassem bem, compreenderiam fàcilmente a inducção, e encontrariam uma justificação melhor que as frágeis do método reductivo, que já examinamos. Bastava que meditassem um pouco sôbre os seguintes pontos:

1) um acontecimento não pode surgir sobrenaturalmente do nada, por que tal sobrenaturalidade seria absurda, pois o que não tem ser teria ser;

2) não pode surgir de si mesmo, porque então já existiria antes de existir;

3) terá de surgir de outro, porque se não fôr outro, estaríamos no segundo caso; então nada começaria a existir;

4) Se algo começa a existir tem assim uma razão de seu existir. Tais razões podem ser protocolàriamente estabelecidas, mas podem também ser teòricamente estabelecidas, desde que se compreendam claramente os planos que vão desde o pragmático ao sintáctico;

5) na singularidade dos factos podem-se descobrir, evidenciam-se aspectos gerais, já que se não fôsse assim não poderia o homem jamais criar uma linguagem;

6) tais aspectos gerais revelam nexos, regras, leis;

7) há uma regularidade (regras) na natureza, sem dúvida, o que é fàcilmente observável, e não exige uma inteligência superior para perceber tais coisas;

8) assim como há uma razão de existir uma coisa (**rationis sufficiendi existendi**), há ainda uma razão de ser assim, e não de outro modo (**rationis sufficientis essendi**), já que uma coisa é assim por razões que se evidenciam, pois de um seixo não se gera uma pomba; há irreversões, etc.;

9) os factos podem ser experimentados, reproduzidos, obedecendo-se a regras que são captadas nos primeiros; da análise pode-se alcançar, depois, a síntese;

10) em suma, um bom uso da inteligência pode mostrar, se se meditar bem, que a inducção tem seus fundamentos com rigor (1).

Não fizemos uma demonstração da inducção aqui, pois cabe à Ontologia fazê-la, e a realizamos em nossos

---

(1) A melhor prova da inducção faz-se na Mathesis ao se estudar os «logoi» das causas não livres, o que não pode ser feito nesta obra.

livros sôbre a matéria. Quisemos apenas dar algumas sugestões ao leitor para que por si mesmo verifique que a inducção tem bases lógicas seguras e, sobretudo, dialécticas, e não está necessitando de falsos defensores para justificá-la, e muito menos de defesas que mais comprometem do que justificam.

Bastaria meditar sôbre os êxitos da técnica, para que compreendessem que há uma via para justificar a inducção, e não proceder, como fazem os cépticos, que terminam por negá-la totalmente, do mesmo modo que negam validez à deducção, pelo menos quanto aos princípios de onde parte.

Não é a inducção um mistério insuplantável. Os que pensam assim são precisamente aquêles que nunca se dedicaram sèriamente em estudá-la. Não há necessidade de substituir tôdas as leis por leis estatísticas. Estas têm razão de ser enquanto não se precisou algo que conexione com segurança os factos. Também não há necessidade de considerá-las sem valor. Seu valor consistirá apenas em sua transitividade e estarão justificadas, enquanto não alcançamos melhores resultados. Um bom estudo das propriedades, que é o ápice a que alcança a ciência com seus métodos normais, permitiria alcançar a algo mais elevado, à espécie e ao gênero e, então, a juízos universais seguros. Mas, para tanto, é mister muita devoção e muito cuidado, muita dedicação ao estudo da lógica e da dialéctica. Mas em vez de fazerem isso, preferem muitos postular desesperanças, proclamar demissões, estatuir derrotas e glorificar-se com o descalabro.

Não queremos chegar a afirmar que a matematização da Lógica deve ser evitada. Tal afirmativa não decorre das nossas postulações. Mas o que desejamos chamar a atenção é para um aspecto importante:

a) não há necessidade de uma matematização exagerada da Lógica, pelas razões já apresentadas, e sobretudo, porque não facilitaria o hábito do raciocínio, que é fundamental para o desenvolvimento da inteligência e do progresso intelectual do homem;

b) a natural aversão da maioria dos estudiosos para a matemática, que se deve em grande parte à deficiência didáctica dos professores dessa matéria, que não sa-

bem despertar em seus alunos o interêsse suficiente para dedicarem-se ao seu estudo (1);

c) como conseqüência, a grande deficiência da lógica ou da capacidade lógica, ante a ascensão de um irracionalismo nihilista e supinamente perigoso, seria ainda agravada pelo afastamento dos estudos lógicos, por parte dos que não sentem propensão aos estudos matemáticos;

d) como conclusão: tal solução deveria ser preferida se os métodos clássicos de raciocínio lógico-dialécticos não fôssem suficientes para conduzir a mente a conclusões rigorosas. Ora, tal não se dá, senão naqueles que não se dedicam ao estudo mais acurado da Lógica. Portanto, não há motivo algum para querer substituir a lógica e a dialéctica por uma lógica de sinais, embora tal lógica não deva ser coartada em sua acção. Ao contrário, deve ser estimulada, não, porém, transformando-a numa solução totalitária, tão em desacôrdo com o espírito do saber, que é por natureza libertário e criador, do contrário se mecanizaria, se estiolaria, se atrofiaria em fórmulas afastadas da vida, com prejuízo para o desenvolvimento da inteligência humana, que ninguém tem o direito de violentar ou obstaculizar.

---

(1) Exceptua-se a tendência moderna de ensinar a matemática pelos métodos dos conjuntos, seguindo a linha didáctica dos pitagóricos, o que torna aquela disciplina agradável a qualquer estudioso.

GRANDEZA DA LOGÍSTICA

Em suma, o que há de **grandeza na logística** é o seguinte:

1) Por ser uma lógica de sinais, facilita o uso do raciocínio às pessoas que disponham de menor acuidade mental, e que não são devidamente capazes de manejar com maestria a dialéctica, como se deve conceber, que é lógica concreta, por concrecionar numa grande unidade a Lógica Formal, a Lógica Material, a Lógica Predicamental, a Lógica Demonstrativa, a Lógica Maior, a Crítica e as grandes contribuições dialécticas modernas. Tais estudos exigem um esfôrço diuturno, uma dedicação muito grande, uma disposição de ânimo poderosa e uma mente muito forte, o que não se pode exigir de todos, já que o processo filosófico e científico da humanidade nos revela que o número das pessoas dotadas de tais capacidades é sempre reduzido.

2) Assim como as máquinas de calcular facilitam a execução mais cuidadosa das operações aritméticas, e as eletrônicas, de operações ainda mais complexas, a lógica de sinais porá às mãos de qualquer pessoa elementos suficientes para poder raciocinar no campo das observações, pesquizas e estudos científicos.

3) A lógica de sinais, quando rectamente compreendida, não pretende pròpriamente substituir a chamada lógica tradicionalista, em cuja expressão há uma marcante intenção de dar-lhe um certo ranço de velharia e um odor de museu, o que, correspondendo à esquemática do homem utilitário, que predomina na maioria das consciências, tem um sentido bem **moderno** — mas pretende, sim, — pelo menos entre os seus cultores mais equilibrados — de servir de complemento, tornando-se mais uma lógica aplicável ao contingente, que é a matéria da ciência.

4) Já que é descurado pela pedagogia e pela instrução modernas o estudo da Lógica, com graves prejuízos para a humanidade, pois nunca a semrazão dominou tanto, já é alguma coisa aceitável que, pelo menos, no campo da ciência, se procure oferecer ao homem de estudo um meio, um instrumento relativamente hábil para guiá-lo em suas tarefas.

5) O uso de sinais facilita o desvinculamento da influência de aderências esquemáticas afectivas, muitas de origem ainda infantil, que levam a emprestar aos têrmos intencionalidades várias, que modificam as acepções e provocam erros que poderiam ser evitados. Neste ponto, queremos salientar que a **Dialéctica concreta**, através de suas providências, como o demonstramos em nossa obra sôbre o tema, realiza, com a mesma segurança, tal **desideratum,** sem cair nos males que a "lógica de sinais" pode promover.

6) A lógica de sinais pode oferecer, e realmente oferece, ao que não pode dedicar-se mais sèriamente aos estudos lógicos, como o exigem uma dialéctica segura, uma construcção mais científica

e orgânicamente ordenada, como se depreende da influência que nela pode exercer a matemática.

7) Como é passível de nos oferecer, embora de modo mecânico e cego, formas rectas de pensar, justificando com segurança normas úteis para o raciocínio, sua aplicação ao campo das ciências é sem dúvida proveitoso, enquanto permanecer dentro dêsse terreno.

Como conseqüência:

sem dúvida a "lógica de sinais", mais comumente chamada **logística**, ou lógica simbólica por muitos outros, é um velho desejo dos lógicos, preocupados em oferecer aos discípulos um meio hábil e fácil para manejar com segurança o pensamento, a fim de alcançar resultados não só coerentes, mas seguros, que tragam consigo muitos benefícios, como rectamente conduzida pode trazer, desde que não deturpada de sua verdadeira finalidade, que é oferecer maior proveito com menor esfôrço e um meio mais fácil de emprêgo da Lógica por meio dos não podem dedicar-se ao seu estudo mais sério.

MISÉRIAS DA LOGÍSTICA

Mas, se essa foi a intenção que se avivou desde Aristóteles, através da Idade Média, até os séculos mais remotos, houve, contudo, um conjunto de homens que

a) desconhecendo quase totalmente o que já se havia empreendido no campo da lógica, através dos séculos;

b) movidos por idéias mal construídas, e com o intuito de combaterem a filosofia positiva e concreta;

c) aproveitaram-se da logística para transformá-la não mais num **organon**, num instrumento de trabalho, mas numa verdadeira cosmovisão, numa postulação filosófica para combater o que

1) jamais puderam entender bem;

2) o que não compreenderam nunca nìtidamente;

para

I) Apresentar a logística como um instrumento de agitação filosófica em favor:

do agnosticismo;

do cepticismo;

do ficcionalismo;

do positivismo;

do materialismo;

do cientismo ridículo, pretensamente filosófico;

do satanismo;

do nihilismo até.

E para oferecer tais pratos, aproveitaram as contribuições de doutrinas filosóficas refutadas com séculos de antecedência, tais como:

o dogmatismo ingênuo de Wolf;

o cepticismo de Hume;

as teorias precipitadas sôbre a linguagem;

a má compreensão da teoria do conceito e do juízo;

as falsas concepções cosmológicas;

a má compreensão da gestação esquemática do homem;

os graves erros primários do criticismo kantiano;

e tudo isso,

condimentado com

ignorância,

atrevimento,

petulância,

má fé,

e, em alguns, ingenuidade

lançaram, então,

a moeda falsa da logística transformada em filosofia, alcançando a conclusões que de modo algum podiam estar contidas em suas premissas, mas que influem em

tolos,

em ingênuos,

em desprecavidos,

em inadvertidos,

em ignorantes do que já se fêz e se faz;

para que êles, afinal

contribuam na obra de corrupção dos fundamentos da cultura ocidental, que é a filosofia positiva e concreta, para levar o homem à negação da humanidade em si mesmo, que é a negação do **acto humano**, percorrendo os seguintes caminhos:

1) pela mecanização da lógica, afastar o homem do orgânico e da vida, dos grandes exercícios mentais, que são um meio de desenvolver a sua inteligência, substituindo pelo cinebertismo das fórmulas mecânicas, o que levará à atrofia da inteligência, que é também um hábito, facilitando, assim, o manejamento do cientista pelos dominadores do **kratos político**, econômico e social;

2) instaurar a dúvida, não mais apenas metódica, mas definitiva, de modo a colocar, definitivamente, o homem num

estado crônico de cepticismo,

de descrença,

de desesperança,

de satanismo,

de modo que aceitará, sem maiores resistências:

uma nova ordem de brutalidade e de exploração humana em favor da qual porá suas fôrças mecânicas, depois de haver renunciado a si mesmo, a sua personalidade, tornando-se, finalmente, e apenas o sábio de número tal, um número apenas entre outros números,

que se projectará, então, no futuro da humanidade, como

a sombra informe do homem que já foi

Portanto:

Não somos contra a "lógica de sinais",

mas contra aquêles que desejam usá-la para sinistros intentos.

O que denunciamos não é a moeda boa, o bom método, o emprêgo são, mas

a moeda falsa,

o método espúrio,

a intenção criminosa